

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE MARINGÁ.

ALESSANDRA DE MELO

PÁGINAS SANGRENTAS: O GENOCÍDIO ARMÊNIO PELO VIÉS DO JORNAL “O
ESTADO DE S. PAULO” 1894-1923

MARINGÁ
2017

ALESSANDRA DE MELO

PÁGINAS SANGRENTAS: O GENOCÍDIO ARMÊNIO PELO VIÉS DO JORNAL “O
ESTADO DE S. PAULO” 1894-1923

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em
História.

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha

MARINGÁ
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Rosângela A. A. Silva – CRB 9ª/1810)

Melo, Alessandra de.

M485p Páginas sangrentas: o genocídio armênio pelo viés do jornal “O Estado de S. Paulo” 1894-1923 / Alessandra de Melo. — Maringá, 2017.

107f.

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá (PR), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

Inclui bibliografia

ALESSANDRA DE MELO

PAGINAS SANGRENTAS: O GENOCÍDIO ARMÊNIO PELO VIÉS DO JORNAL “O ESTADO DE S. PAULO” 1894-1923

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em
História.

Orientador:
Prof. Dr. João Fábio Bertonha

BANCA EXAMINADORA

Assinatura:

Prof. João Fábio Bertonha
Instituição: Universidade Estadual de Maringá - UEM

Assinatura:

Prof. José Henrique Rollo Gonçalves
Instituição: Universidade Estadual de Maringá - UEM

Assinatura:

Prof. Alexandre Busko Valim
Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

"(...) aqui tem todo o segredo da minha conduta para consigo: não existe felicidade nem infelicidade neste mundo, existe apenas a comparação de um estado com outro e mais nada. Só aquele que experimentou o extremo infortúnio se encontra apto a experimentar a extrema felicidade. É necessário ter querido morrer, Maximilien, para saber como é bom viver."

O Conde de Monte Cristo – Alexandre Dumas

DEDICATÓRIA

A família, pelo amor incondicional,

A Bell, pelas mordidas,

Ao Joaquim, pelos sonhos,

Ao João, pela paciência em ensinar,

Aos amigos, especialmente Érico e Larissa, pelo incentivo e apoio.

Agoi Abralas Abralas Clavisfer!

Ethan Seere!

RESUMO: No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX se sucederam uma série de massacres ao povo armênio sob tutela do Império Otomano, resultando em 1,5 milhão de vítimas oficialmente e uma diáspora, inclusive para a América. As notícias, mesmo censuradas, foram divulgadas na Europa e foram publicadas por jornais como *O Estado de S. Paulo*, de maneira significativa e divulgadas a uma população, muitas vezes, alheia a tal etnia. Dessa forma, neste trabalho procuramos analisar o conteúdo divulgado no jornal *O Estado de S. Paulo*, referente aos massacres, bem como uma leve explanação da visão do jornal sobre o Império Otomano e seus governantes. Para tanto, serão analisadas as notícias vinculadas pelo jornal supracitado no período de 1894 a 1923, incluindo os massacres hamidianos e a situação do Império otomano pós Primeira Guerra Mundial.

Palavras-chave: Armênia; Brasil; Genocídio; Noticiário; Política.

ABSTRACT: At the end of the XIX century and in the first decades of the XX century a series of massacres took place to the Armenian people under the tutelage of the Ottoman Empire, resulting in 1.5 million victims officially and a diaspora, including for America. The news, even censored, were published in Europe and were published by newspapers such as *O Estado de S. Paulo*, in a significant way and divulged to a population, often unaware of that ethnic group. Thus, in this work seeks to analyze the content published in the newspaper *O Estado de S. Paulo*, referring to the massacres, as well as a slight explanation of the newspaper's view of the Ottoman Empire and its rulers. Therefore, it will be analyzed the news linked by the aforementioned newspaper from 1894 to 1923, including the Hamidian massacres and the situation of the Ottoman Empire after World War I.

Keywords: Armenia; Brazil; Genocide; Newscast; Politics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

JT = Jovens Turcos

CUP = Comitê União e Progresso

OESP = O Estado de S. Paulo

IO = Império Otomano

ONU = Organização das Nações Unidas

EUA = Estados Unidos da América

TÜSIAD = Turkish Industrialists' and Businessmen's Association

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPITULO 1 – HISTÓRIA DA ARMÊNIA	14
1.1 A Armênia e o declínio do Império Otomano	14
1.2 A Armênia e o Império Otomano: relações antes e durante os massacres	17
1.3 Os massacres armênios de 1915	22
1.4 Direito e História: O crime de genocídio	29
CAPITULO 2 – ATORES: O JORNAL O ESTADO DE S. PAULO E A COMUNIDADE ARMÊNIA NO BRASIL	37
2.1 O Estado de S. Paulo: O Brasil e a Primeira Guerra Mundial	37
2.2 A imigração otomana para o Brasil	47
2.3 Imigrantes armênios no Brasil	52
CAPITULO 3 – O ESTADO DE S. PAULO E O MASSACRE ARMÊNIO	58
3.1 O Estado de S. Paulo – Considerações sobre o editorial	58
3.2 Análise do massacre armênio na pauta do jornal O Estado de S. Paulo.....	59
3.2.1 Abdul-Hamid II – O sultão vermelho	64
3.2.2 A culpa é dos armênios!.....	69
3.2.3 Os julgamentos: a diferença entre os armênios e os turcos ao longo do OESP.....	71
3.2.4 Em prol dos armênios	79
3.2.4.1 A simpatia brasileira	81
CONCLUSÃO.....	83
REFERÊNCIAS.....	87
ANEXOS	93

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado busca realizar uma análise do conteúdo do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre os massacres de armênios ocorridos no Império Otomano entre os anos de 1894 a 1923. Desta forma, pretendemos inicialmente atingir os objetivos de apresentar brevemente a História da Armênia, sua trajetória na Antiguidade, seu contato com os otomanos principalmente no século XIX e XX, e o desenrolar dos massacres, como já o fizeram Donald Bloxham e Arnold J. Toynbee, que contribuíram para nos aprofundarmos na historicidade do tema selecionado e conhecer o contexto em questão do período analisado.

Assim, primeiramente, faz-se necessário um levantamento bibliográfico acerca da História da Armênia e seus principais aspectos, bem como um detalhado quadro do que foi o genocídio armênio, suas causas e consequências. Para isso, não poderíamos deixar de lado, o extenso debate acerca do termo genocídio, apontando os critérios para enquadramento em tal conceito e porque o defendemos como tal. Assim, para o trabalho propriamente sobre o termo, analisaremos referências do Direito Internacional e de teóricos como Jacques Sémelin e Israel W. Charny, buscando compreender as motivações e desdobramentos do genocídio em questão.

Posteriormente, na segunda parte da dissertação, discutiremos como o genocídio armênio foi divulgado pela mídia internacional no período de 1894 a 1923, aproximadamente. Igualmente, alguns jornais que circularam no Brasil neste período também o abordaram de forma expressiva, entre eles, *OESP*. Nossa pesquisa, que utiliza este jornal como fonte, busca responder algumas questões: Primeiro, como o Brasil era uma das opções de locais escolhidos entre os sobreviventes do genocídio, qual o interesse do jornal *OESP*, em detalhar os massacres para a população brasileira, que em muitos casos, era alheia a tal etnia? Segundo, como a comunidade armênia no Brasil só iria crescer a partir da segunda metade do século XX (após aos massacres), o *OESP* possuía algum interesse especial em defendê-los? Terceiro, é válido supormos que, os massacres dos armênios foram utilizados pelo referido jornal como forma de se aproximar dos valores liberais, no qual estava em concordância?

Procuraremos responder a estas e outras dúvidas emergentes pautados em alguns teóricos que abordam a metodologia envolvendo a imprensa, como Tânia Regina de Luca, Renee B. Zicman e Perseu Abramo, pontuados no terceiro capítulo. Por melhor compactuar com a presente pesquisa, optamos por alguns autores com ressalvas, como a obra *Atrocidades Turcas na Armênia*, de Arnold Toynbee (1889-1975). Como nota-se em seu texto, Toynbee

constrói seu livro com base em testemunhos oculares de viajantes, missionários e sobreviventes, bem como boletins recebidos pelo governo inglês, esboçando forte apelo à violência e que, em vários casos, não podem ser confirmados pela historiografia. Mesmo com esse impasse teórico, o selecionamos e optamos por utilizá-lo com respaldo de Donald Bloxham e Donald Quataert.

Para trabalharmos diretamente com as fontes, ressaltamos a utilização de Perseu Abramo (1929-1996), jornalista e sociólogo brasileiro, cuja obra *Padrões de manipulação na grande imprensa*, aborda as formas utilizadas pela mídia para descaracterizar a realidade e produzir opiniões a partir de fatos distorcidos do contexto. Tal obra é de grande valia para o trabalho proposto, visto que, ao longo da análise do *OESP*, notamos a utilização de diferentes padrões pontuados por Abramo.

Já de Jorge Caldeira (1955), utilizamos o texto *Júlio mesquita – Fundador do jornalismo moderno no Brasil*, do livro *A Guerra (1914-1918) por Júlio Mesquita* (2002), notamos a parcialidade de sua posição, visto que este escrevia diretamente para uma obra do jornal *OESP*. Mesmo assim, podemos contar com informações valiosas, visando destacar brevemente sobre a vida de Mesquita e informações sobre a consolidação do jornal no período da Primeira Guerra Mundial.

Por fim, Samantha Power (1970) na obra *Genocídio – A retórica americana* em questão, mesmo não abordando completamente sobre os massacres de armênios, nos traz ótimas informações sobre o assassinato de Talaat Pasha por Soghomon Tehlirian, os apelos de Henry Morgenthau para os EUA e as potências, a ligação da Alemanha nos massacres, bem como as alegações sobre a negação do genocídio. Dessa forma, mesmo que algumas obras possuam ressalvas, acreditamos ser possível filtrar as informações para o desenvolvimento do presente trabalho.

Diversos outros autores já trataram em grande detalhe tanto do genocídio enquanto fenômeno ideológico mais amplo quanto do chamado Genocídio Armênio enquanto exemplo específico de manifestação deste fenômeno.

O grande problema é que a maioria destes autores está mais focada em um ramo de análise dos massacres de armênios que foge ao escopo deste trabalho, estando focados em ao menos 3 subtemas os quais, ainda que importantes, não são centrais à nossa discussão:

- Alguns autores, tais como Richard Hovannisian e Aida Alayarian, estão mais interessados na discussão a respeito do negacionismo do genocídio no âmbito internacional

enquanto pilar da formação do nacionalismo turco, especialmente no pós-guerra e nos dias atuais.

- Um segundo grupo de autores adota uma postura claramente pró-turca e, em alguns casos, francamente negacionista, tais como Kamuran Gürün, Heath Ward Lowry, Justin MacCarthy e Mim Kemal Öke.
- Um terceiro grupo de autores está mais interessado nas questões teóricas relacionadas aos estudos de História Oral imediatamente posteriores a genocídios ou eventos traumáticos de forma geral. Neste grupo se encontram autores como René Kaës e Janine Altounian, que se interessaram em particular pela característica polifônica dos discursos dos sobreviventes.

Dessa forma, ainda que a não discussão destes autores pareça um fator limitador para a análise proposta, trata-se de uma escolha metodológica pragmática. Apesar da existência destes e de outros autores, Toynbee, Bogossian e Loureiro ainda são os autores mais relevantes no caso dos estudos realizados no Brasil, não necessariamente por que seu relato seja o mais acurado, mas sim por que teve o maior impacto no país, algo refletido no fato de serem poucos autores cujos textos a respeito do genocídio foram publicados em português.

Posto isso, este trabalho busca apreender os possíveis interesses de um jornal de renome ao apresentar para seus leitores, massacres ocorridos com uma população em outro continente, cuja expressividade na comunidade brasileira se daria somente após 1920, quando um número significativo de imigrantes advindos da Armênia ao Brasil.

Como mencionado, o trabalho sobre as relações históricas das imigrações foi e é bem feito no Brasil, contando com nomes como Roberto Grün e Hagop Kechichian, contudo, sentimos falta de pesquisas que busquem compreender a recepção jornalística diante das notícias de tais massacres. A comunidade armênia, de início, se demonstrava resistente aos costumes e influências da sociedade brasileira, sendo até hoje uma minoria em São Paulo. Mas, questionamos então, por que *OESP* daria tamanha ênfase em veicular tal tema? Acreditamos que a pesquisa trará uma nova percepção para compreender a manipulação de um grande veículo de informações a fim de consolidar sua hegemonia utilizando de um fato histórico ocorrido com um povo distante e pouco expressivo no Brasil.

CAPITULO 1 – HISTÓRIA DA ARMÊNIA

1.1 – A Armênia e o declínio do Império Otomano

A Armênia, atualmente, possui fronteiras com a Geórgia, Turquia e Azerbaijão, tendo pouco mais de 29 mil quilômetros e uma população de aproximadamente 3 milhões de habitantes. Mesmo perante divergências sobre sua origem, comumente a Armênia é associada às antigas Tribos de Nairi e/ou Reino de Urartu, no entanto, “constituíam, sem dúvida, uma parte das tribos Trácio-frígias, que atravessaram o Helesponto no século XIII antes da nossa era e se instalaram na Ásia Menor após destruir o império dos Hititas” (ALEM, 1961, p. 13).

Com um histórico turbulento de invasões (Cimérios, Medos e Romanos), por volta do século VII, com a ascensão do Islã e a criação do Império Árabe, os dois grandes Impérios do período no Oriente, Bizâncio e Pérsia, encontraram-se enfraquecidos devido a problemas internos e guerras, não resistindo frente às forças árabes, que conquistaram a Pérsia.

A Armênia, por algum tempo, ficou no meio do conflito entre árabes e bizantinos, no qual nenhum dos dois Impérios podia aceitar ver seu inimigo instalado neste país, ameaçando suas fronteiras. Por volta do século XI, ocorreram as primeiras invasões turcas na Armênia, que, posteriormente, sucederiam em vários séculos de influência turco-otomana, sendo a região anexada ao Império Otomano no século XVI.

Neste período, o Estado Otomano possuía um governo islâmico, sendo uma de suas características a separação entre não-muçulmanos e muçulmanos, seja por leis ou impostos. Já em meados de 1800, o Império Otomano dava sinais de declínio, possibilitando que alguns povos que o constituíam, viessem tentar readquirir sua independência (como gregos e romenos). Estas independências trouxeram privilégios para os povos cristãos otomanos, que insurgiram contra a opressão econômica e política.

Entre os séculos XVI e XVIII, o Império Otomano gozava de certa prosperidade como uma potência militar, controlando uma gama de territórios. Contudo, este Império iniciou sua queda em meados do século XVII, quando ocorreu a Revolução Industrial na Europa, não sendo acompanhada pelos otomanos. Além disso, a Sublime Porta¹ começou a perder territórios e assinar acordos de derrotas, como o Tratado de Carlowitz (1699), enquanto no século XVIII, perderia territórios para os austríacos e russos.

¹Sublime Porta (*Bab-i Ali*): designação utilizada para o Império Otomano entre 1718 e 1922.

Tais fracassos geraram críticas internas sobre a eficácia da diplomacia e a organização militar tradicional, pontuando a necessidade de reformas para o reavivamento do Império. O então sultão Mahmud II (1808-1839) iniciou algumas reformas, como a extinção dos Janízaros² (1826) e a criação de uma nova ordem militar. Houve uma maior atenção na educação de escolas navais, militares, médicas e artísticas, além de enviar jovens otomanos para estudar na Europa.

Uma das principais características desse período foi o conjunto de reformas administrativas e jurídicas, instauradas entre 1830 a 1876, a Tanzimat (Reorganização), que facilitou a concentração de poder nas mãos do Sultão. Dessa forma, entre 1829 e 1856, o Império buscou a eliminação das distinções entre os súditos, através de decretos que equiparavam os indivíduos do sexo masculino entre si e o Estado, sob os aspectos fiscais, militares e administrativos, por exemplo. Quataert (2008) comenta que os objetivos destes decretos não eram apenas suprimir certos privilégios dos muçulmanos, mas também submeter os cristãos, que estavam sob o protetorado europeu, novamente ao Império.

Num outro decreto imperial de 1856 (Hatt-i Humayun) reiterava-se o dever estatal de fomentar a igualdade e salientavam-se as garantias de uniformidade para todos os súditos, incluindo idêntico acesso às escolas públicas e a cargos oficiais. Também se insistia na universalidade do cumprimento do serviço militar obrigatório por parte dos homens otomanos, isto é, a imposição do alistamento de todos os indivíduos do sexo masculino nas forças armadas. (QUATAERT, 2008, p. 69).

A obrigatoriedade do alistamento resultou em uma numerosa tropa, mas para que isto se concretizasse era necessário conceder direitos à população. Ademais, esta tática visava manter a lealdade dos súditos cristãos que lhes eram simpáticos, os Habsburgos e russos.

Quando Abdul Hamid II assumiu o poder, em 1876, uma monarquia constitucional lhe foi sugerida, bem como uma Constituição e a participação do parlamento nas decisões governamentais. No início, Abdul Hamid II cumpriu a Constituição, mas logo deteve o poder para si.

As reformas do Tanzimat e mesmo da gestão de Abdul Hamid II produziram um grupo de funcionários públicos e estudantes insatisfeitos com o sultão e ávida por mais reformas. Em 1889 foi criada a primeira oposição organizada com estudantes de medicina em uma sociedade que se ampliou ao receber apoio de estudantes de escolas superiores de Constantinopla. (SOCHACZEWSKI, 2015, p. 246).

² Os janízaros formavam a elite do exército otomano. A classe foi criada pelo Sultão Murad I, em meados de 1330. Era constituída por crianças não muçulmanas (normalmente cristãs) convertidas ao Islã.

Este grupo se intitulou de Ittihadve Terrakki (União e Progresso), tentando um golpe sem sucesso em 1896. Com o tempo, se tornaram o Partido dos Jovens Turcos. Em 1908, com um motim na Macedônia, requisitaram ao sultão a restauração da Constituição, que devido às pressões, o mesmo acatou e retomou a Carta Magna, vigente até aproximadamente 1909, quando foi finalmente deposto e o Comitê União e Progresso³ assumiu o controle do Império Otomano.

Durante o período dos Jovens Turcos (1908-1918), manteve-se o sultanato, assegurando o controle do poder nas mãos dos membros do Comitê. Tal Comitê era composto por funcionários públicos e militares, com o objetivo principal de retirar um governante incapaz e instalar um governo para defender e manter o Império Otomano.

Com a retomada da Constituição e uma breve igualdade de direitos, a população mostrou-se receptiva ao novo governo. No entanto, com a perda dos territórios para os Habsburgos, a independência da Bulgária, as falhas da diplomacia e a Guerra dos Balcãs⁴ (1912-1913), o clima de renovação foi gradualmente se dissipando. Com o final da Guerra dos Balcãs, “o Império Otomano perdeu 83% do seu território europeu e 69% de sua população europeia, assim como importante fonte de impostos e alimentos” (SOCHACZEWSKI, 2015, p. 249).

O período de governo dos Jovens Turcos foi de tensão devido aos diversos conflitos existentes, as tensões internacionais cresceram, pondo em risco as tentativas de reformas, que bem ou mal, mantiveram o Império vivo anteriormente. Mesmo considerando a neutralidade, devido aos conflitos anteriores que assolaram a população e as finanças imperiais, ingressar em um novo grande conflito não era a opção mais sensata.

Contudo, o triunvirato⁵ acreditava valer a pena se aliar aos alemães para contrapor a Rússia, já que a tentativa tímida de aproximação com a Grã-Bretanha e a França foi inútil. Assim, sabendo que a Alemanha não pretendia aparentemente obter territórios do Oriente Médio, e sim vencer os russos, o Império assinou um acordo de aliança em agosto de 1914. Apesar disso, as relações entre otomanos e alemães não eram de todo pacíficas, sendo

³ O Comitê União e Progresso foi uma organização política criada por estudantes que passou a liderança do partido dos Jovens Turcos em meados de 1906. O partido assumiu o poder por volta de 1906 a 1918, quando parte de seus membros estavam presos e julgados.

⁴ A Guerra dos Balcãs foi uma disputa entre países como Turquia, Sérvia e Bulgária, pela posse de territórios do Império Otomano. A guerra encerrou-se momentaneamente com o Tratado de Bucareste, com a divisão da macedônia, pela Servia e Grécia, e parte da Bulgária passando ao controle da Romênia.

⁵ Sistema de governo ditatorial entre 1872 a 1922, contando com os governantes Talaat Pasha (ministro do interior), Enver Pasha (ministro da Guerra) e Djemal Pasha (ministro de obras públicas). Após o Armistício de Mudros, os três governantes foram sentenciados a morte. (BOGOSSIAN, 2011, 31).

resultado de “tensões culturais, interesses conflitantes e desconfianças mútuas envenenando o relacionamento”. (BERTONHA, 2012, p. 270).

De qualquer maneira, o fato crucial para o envolvimento otomano na Primeira Guerra Mundial, foram os ataques as bases e navios russos em 1914, fato que resultou na declaração de guerra por parte dos russos em novembro do mesmo ano, sendo seguida pela Grã-Bretanha e França.

De certa forma, um dos principais interesses otomanos era a retomada da Macedônia, Anatólia Oriental, Egito e Chipre, além de eliminar a dominação econômica da França, Reino Unido e Estados Unidos. Ao longo do conflito, o Império Otomano sofreu inúmeras baixas⁶, tanto no campo de batalha, quanto com doenças e massacres de sua própria população. Contudo, ao final da guerra, o Império Otomano se rendeu e os estreitos foram abertos, fortes tomados, prisioneiros de guerra foram soltos, forças militares desmobilizadas e rendidas, entre diversas outras exigências.

Durante o período em que o Império Otomano esteve envolvido com a conflagração, se tornaram recorrentes as perseguições ao *millet* armênio, acusado de colaboração com os inimigos. Tais fatos, mesmo que acobertados pela imprensa oficial, logo seriam divulgados com tamanho requinte de crueldade pelos viajantes e embaixadores que serviam ou serviram no país. Henry Morgenthau⁷ *apud* Keremian, comenta:

Se com isso não logravam que as vítimas se rendessem, recorriam a outros numerosos métodos de “persuasão”. Arrancavam-lhes as sobancelhas e a barba, pelo por pelo, tiravam lentamente as unhas dos dedos das mãos e dos pés, aplicavam ferro em brasas sobre o peito, arrancavam-lhes a carne com garfos candentes e logo despejavam manteiga fervendo nas chagas. Em alguns casos a soldadesca pregava as mãos e os pés em pedaços de madeira, evidentemente, imitando a crucificação [...] (KEREMIAN, 1981, p. 31).

Posto isso, ao analisar os massacres armênios, que resultariam no genocídio⁸ em 1915, não podemos dissociar o fato da conjuntura decadente do Império Otomano, marcada por um golpe de Estado e mudanças políticas internas. Assim, o sultão Abdul Hamid II, no poder

⁶⁶ Em média de 800.000 mortos.

(http://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2014/06/28/interna_internacional,542894/a-primeira-guerra-mundial-em-numeros.shtml)

⁷ Henry Morgenthau, embaixador norte-americano no Império Otomano desde 1913, militou pela interferência diplomática dos EUA em prol dos massacres de armênios. Para mais, ver: Samantha Power, *Genocídio – A retórica americana em questão*, 2004.

⁸ Segundo Mazzuoli, por *genocídio* entende-se a destruição, no todo ou em parte, de qualquer grupo de pessoas, em razão de sua raça, etnia, credo religioso ou outras condições/características, tais como assassinato de membros do grupo, dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo, submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasione a destruição física total ou parcial, medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo e transferência forçada de menores do grupo para outro grupo.

desde 1876, passou a sofrer com a organizada oposição, oriunda tanto das minorias étnicas quanto da população muçulmana. O Comitê União e Progresso (posteriormente denominados Jovens Turcos), aproveitando das condições favoráveis e apoio da população, aplicou um golpe afastando o Hamid II e retomando a Constituição.

O momento de cordialidade entre Estado e minorias, no entanto, seria breve. Ao assumir o controle, o Comitê União e Progresso mudou o seu discurso⁹, instalando ideais nacionalistas e perseguição a minorias tidas como empecilho¹⁰, como os armênios. Assim, no próximo tópico, procuramos abordar as relações do *millet* armênio com o Império Otomano, bem como o desenvolver do genocídio.

1.2 - A Armênia e o Império Otomano: relações antes e durante os massacres

Como mencionado, a história do povo armênio se inicia na antiguidade, a Armênia, localizada no Cáucaso, próximo ao Mar Negro e Mar Cáspio, em parte da Anatólia, estava englobada em localidades tidas como zonas tampão pela geopolítica atual (FERNANDES, 2004, p. 04). Obtendo momentos de independência, posteriormente foi dividida entre persas e otomanos em meados do século XV. Assim, sua história é de conquista por diferentes Impérios, entre eles, o Império Persa (1502) e o Império Otomano (após 1514).

Após o desaparecimento do último reinado armênio, a maior parte da Armênia caiu sob o domínio turco, enquanto as regiões orientais ficaram primeiro, sob o domínio da Pérsia, depois sob o dos russos, aos quais foram anexadas no século XIX. (DIVERSOS, 2011, p. 15).

Mesmo subjugados aos otomanos, os armênios gozavam de certa autonomia, devido à dificuldade do governo de fiscalizar a razoável vastidão do Império otomano. Organizado em meados de 1300, na região ocidental da Ásia Menor, desenvolveu-se nas proximidades da atual cidade de Istambul.

Ao longo de um sólido processo de construção, o Estado expandiu-se para ocidente e para oriente, derrotando os reinos de Bizâncio, da Sérvia, da Bulgária, os principados dos Turcos nômades da Anatólia (Ásia Menor) e o sultanato mameluco sediado no Egito. No século XVII possuía um vasto território que se estendia pela Ásia Ocidental, o Norte de África e o Sudeste da Europa. Em 1529, e uma vez mais

⁹ Ao assumirem o governo otomano, o Partido dos Jovens Turcos foi bem visto pela população armênia, que ansiavam pelo fim dos conflitos entre os otomanos e armênios, esperando que com o novo governo, diminuíssem os problemas.

¹⁰ Um dos objetivos do CUP era tornar o Império Otomano uma nação forte, baseada em princípios nacionalistas.

em 1683, os exércitos otomanos atacaram Viena, procurando conquistá-la aos Habsburgo. (QUATAERT, 2008, p. 14).

Segundo Bogossian (2011), devido a sua vasta extensão com diferentes regiões dentro de uma única localidade, o Império possuía uma característica multi-religiosa, priorizando as relações com as comunidades judaicas e cristãs. Estas unidades eram formadas a partir da religião, desenvolvendo dessa maneira o sistema de *millet*.

Os *millets*, como designificação dos não-muçulmanos, teve origem no início do século XIX, durante o governo de Mahmud II. (Quataert, 173). Consistiam em uma comunidade em que vigorava a autonomia religiosa, administrativa e jurídica proporcionando independência nos assuntos tratados.

As relações entre os *millets* e o Império Otomano foram pautadas na cordialidade, no entanto, a partir do século XIX sofreram alterações, “ao longo desses cem anos, transformou-se a condição dos *Millet*, em relação ao *millet* armênio, foi iniciado o processo que culminou com as perseguições e a grande emigração¹¹ entre os anos 1890 e 1920.” (BOGOSSIAN, 2011, p. 20).

Como reforça Quataert, o Império Otomano era uma instituição multi-étnica, com uma população mista de armênios, árabes, turcos, etc. Tais populações recebiam diferentes tipos de tratamento dentro do Império, “mas que de maneira geral pautava-se pela tolerância prescrita para com as relações frente aos “povos do livro”.” (BOGOSSIAN, 2011, p. 32).

No geral, possuíam proteção Estatal desde que cumprissem seus deveres, como pagamento de impostos e fornecimento de homens ao exército. Como Goldfeld (2012) ressalta que com o decorrer das reformas do século XIX,

Pela legislação de 1843, no âmbito do Tanzimat, que já visava igualdade entre todos os súditos não-muçulmanos estes já deveriam servir, mas na prática os membros dos *millets* se mantiveram isentos do serviço militar desde que pagassem uma taxa. (GOLDFELD, 2012, p. 160).

Estas minorias étnicas possuíam relativa importância financeira, “de modo que o Império não poderia subsistir apenas com base no rendimento das atividades da etnia politicamente dominante”. (BOGOSSIAN, 2011, p. 21). No entanto, um erro comumente ocorrido quanto ao *millet* armênio, é generalizar que este dominaria boa parte da economia do

¹¹ Inicialmente em decorrência dos massacres hamidianos entre 1894-1896, e posteriormente com os massacres de 1915. Segundo Loureiro (2016, p. 47-48) “entre 1870 e 1910, cerca de 100 mil armênios emigraram e entre 1890 e 1910 pelo menos 741 mil hectares de propriedades armênias foram ilegalmente tomadas ou confiscadas por representantes do Estado”.

Império. Quataert elucida que realmente determinados grupos dominavam o monopólio de uma área da indústria, contudo, incorre-se em erro quanto à generalização de tal afirmação em todo o Império,

Algun observador possa ter notado que os armênios de dado bairro de Istambul dominavam a manufatura do calçado, partindo do pressuposto de que tal padrão se aplicava não apenas a toda a cidade mas que era também extensivo aos restantes centros urbanos do império, o que não corresponde à verdade. Com efeito, noutra localidade, a mesma atividade seria dominada por um grupo diferente. (QUATAERT, 2008, p. 178)

Quanto à política, as minorias dispunham de razoável autonomia no início do século XIX, já que mesmo não participando da política imperial, conservavam o direito de eleger seus próprios representantes locais, sem interferência ativa do governo. Apesar disso, ainda no século XIX, a situação das minorias começa a mudar devido às reformas (Tanzimat) realizadas pelo Império para centralizar a administração e limitar o poder das comunidades locais. Estas reformas visavam contrabalancear os diferentes nacionalismos que surgiram entre os súditos não-muçulmanos, afinal,

A busca de uma identidade otomana compartilhada por todos os súditos do império visava impedir a emergência de conflitos e reivindicações de cunho nacionalista que por todo o século XIX desestabilizaram a vida política e, em alguns casos, ameaçaram a integridade do Império. (PINTO, 2010, p. 126).

Contudo, a tentativa de homogeneizar o Império mostrou-se ineficiente, demonstrando a impossibilidade de assimilar as diferentes minorias étnicas, ressaltando seu aspecto de corpo distinto dentro do Império, encaradas como aquilo que não representava uma nação e necessitava se diferenciar.

Ao estabelecer o mesmo tratamento a todas as etnias, constatou-se a disparidade que havia entre elas, já que algumas possuíam protetorado de determinadas nações¹² europeias, “que viam nelas uma oportunidade de consolidar a sua expansão imperialista na região, dificultada pelas pretensões do próprio império Otomano.” (BOGOSSIAN, 2011, p. 42). Este protetorado implicava não apenas em proteção, como também auxílio financeiro, ressaltando a diferenças com o restante da população otomana, que era deixada a própria sorte, afinal, o governo desorganizado e carente de eficiência, comprometia a capacidade de estimular a economia e, conseqüentemente, melhorar a condição de seus súditos. Assim, as comunidades

¹² Por exemplo, a França se encarregou dos católicos, a Rússia dos cristãos ortodoxos e a Inglaterra dos drusos e judeus, já que a população anglicana e protestante não era suficientemente numerosa.

com protetorado europeu desfrutavam de segurança e conforto (além de comércio favorecido devido a suas relações com tais países), foram responsabilizadas pela crise que, ora ou outra, abalavam o Império e atingiam mais fortemente os súditos muçulmanos que determinados *millets*.

Assim, no final do século XIX, as tensões cresciam consideravelmente entre as etnias e logo se manifestaram violentamente. De acordo com Fernandes, esta hostilidade era resultado do estatuto inferior dos muçulmanos no campo da indústria e comércio, nos quais os armênios foram os principais responsabilizados devido ao seu status comercial favorável. Segundo Goldfeld, no período de 1850 a 1870, foram encaminhadas 537 notas do *millet* armênio explanando sobre casos de assassinatos, fraudes e depredações, que eram ignoradas pelo Governo central.

As reformas do Tanzimat extinguiram formalmente os antigos sistemas que instituíam a diferenciação, distinção e a superioridade legal muçulmana. A igualdade de estatuto era sinônimo de igualdade de deveres e do cumprimento do serviço militar para todos. As normas respeitantes ao modo de vestir foram abolidas; apesar de se manterem os tribunais religiosos, muitas das suas funções desapareceram também. (QUATAERT, 2008, p. 175).

Não apenas as diferenças econômicas devem ser atribuídas a estes atritos, como também as novas ideias adquiridas do contato com os países europeus, como o nacionalismo. Assim, além da tentativa de criar uma nação otomana, surgiram tentativas semelhantes entre as etnias, como os armênios, espelhados pelo “sucesso de movimentos nacionalistas como o dos gregos, que haviam conquistado sua liberdade às expensas da Sublime Porta.” (GOLDFELD, 2012, p. 24-25).

Alguns grupos desenvolveram ideais separatistas e se organizaram em forma de resistência ao governo, como o Hentchaguiian (Social-democrata, 1887) e a Federação Revolucionária Armênia (Taschnagtsutun ou Dashnak, 1890). Tais partidos passam a incentivar o confronto direto com o governo, “gerando conflitos em cidades como Van e Zeitun, cuja administração chegou a ser tomada por grupos armênios.” (BOGOSSIAN, 2011, p. 25).

Como ressalta Alem (1961), um dos mais importantes casos foi o assalto ao Banco Otomano (Constantinopla, 1896), incitado pelo Partido Dashnak¹³, possuiu motivações políticas, que buscou chamar a atenção das potências ocidentais para os massacres e

¹³ O Partido Dashnak, fundado em Tiflis (1890), buscava a criação de um Estado nacional armênio.

perseguições ocorridas. Para isso, o grupo ameaçou explodir o banco, onde continha as reservas do Império, causando o colapso financeiro do mesmo.

Apesar disso, mesmo com o posicionamento de embaixadores europeus que propuseram compelir os otomanos por reformas, as implicações de tal ato foram desfavoráveis, uma vez que a população turca, em represália, “executou cerca de seis mil armênios apenas na cidade de Istambul, sob o olhar complacente do governo.” (BOGOSSIAN, 2011, p. 33).

Dessa forma, em meio aos conflitos internos, o grupo nacionalista Comitê União e Progresso desenvolveram e aplicaram um golpe de estado, retomando a Constituição e em seguida, retirando o sultão do poder, fato que levaria por algum tempo, o apoio de alguns partidos minoritários. A situação dos armênios se tornou relativamente estável com o novo governo, contudo, com o crescente nacionalismo turco, em 1915 iniciaram-se novas perseguições e massacres.

1.3 Os massacres armênios de 1915

Ao trabalhar com os massacres armênios como genocídio, notamos extensos debates sobre sua classificação, ora englobando os massacres como genocídio, ora refutando tal ideia. De qualquer maneira, ressaltamos e defendemos os massacres ocorridos como genocídio, baseado em alguns princípios que trataremos adiante.

Um dos principais pontos defendidos pelos teóricos que negam o genocídio está no fato do termo ter sido criado por Raphael Lemkin, em 1944, posteriormente aos fatos, ou seja, o emprego da categoria seria, portanto, anacrônico, posto que foi cunhada após o que ela nomina. No entanto, segundo as concepções de alguns autores como Sémelin e Jonassohn, Loureiro afirma que:

pouco importa a quantidade de pessoas mortas [...], tampouco a época histórica em que o extermínio aconteceu. A ideia central, [...], é que um grupo específico, definido pelo perpetrador, foi alvo de políticas de extermínio que buscavam a sua destruição. (LOUREIRO, 2015, p. 166).

Outro aspecto para o não reconhecimento do genocídio seriam as características definidas na *Convenção para Preservação e a Repressão do Crime de Genocídio (1948)*. O assassinado em massa ocorreu em diversas ocasiões, tanto anteriormente ao período oficial (com os massacres hamidianos), quanto no período de 1915-1923. Como resultado, a baixa na

população armênia ficou estimada em um milhão e meio de vítimas segundo Eric Hobsbawm¹⁴. Ainda sobre os assassinatos, acreditamos que se enquadrem no Art. II da convenção, não apenas quanto a assassinatos diretos, como também aos indiretos, pois lhes causaram danos à sua integridade física e mental, por exemplo, com o recrutamento de homens em idade militar que posteriormente eram executados.

Ademais, parte das mortes resultou de situações adversas em que os armênios foram colocados, também foram “conduzido ao deserto e assassinado; também morrendo de fome, sede, frio e tortura” (KERIMIAN, 1981, p. 23). O que resultava também na tentativa de impossibilitar os nascimentos, posto que “as crianças eram encaixotadas vivas e atiradas ao mar Negro,” (KERIMIAN, 1981, p. 23). De qualquer maneira, acreditamos ser relevante esta pequena introdução sobre o termo de genocídio, que será melhor abordado no decorrer do trabalho.

Com a ascensão dos Jovens Turcos, os armênios apoiavam tal partido devido ao seu objetivo de encaminhar o Império à modernidade, antes que este ruísse. Com o desenrolar de sua ideia nacionalista, os Jovens Turcos substituíram o discurso de igualdade pelo de Nação Dominante, focando a soberania na população muçulmana e turca. Com isso, os armênios viram a tolerância para consigo diminuir gradativamente, levando os países europeus a tentar uma interferência, como o Tratado de Berlim (1878). De acordo com essas resoluções, o Império Otomano deveria realizar as reformas locais nas províncias dos armênios e garantir sua proteção contra os circassianos¹⁵ e curdos¹⁶, além de informar aos fiscais o estágio de evolução das medidas.

Em janeiro de 1914, otomanos, franceses, russos e ingleses assinaram uma resolução na qual as províncias armênias seriam controladas por inspetores europeus, apresentados pelas Potências Aliadas e nomeados pelo Império, que deveriam promover as reformas estipuladas. Mesmo quando assumiram, tais cargos mantiveram-se em vigor por pouco tempo, afinal, com

¹⁴ “A Primeira Guerra Mundial levou à matança de um incontável número de armênios pela Turquia – o número mais habitual é de 1,5 milhão -, que pode figurar como a primeira tentativa moderna de eliminar toda uma população” (HOBSBAWM, 1995, pg. 57).

¹⁵ “nação formada por um conjunto de montanheses originários da zona noroeste do Cáucaso e uma parte oriental do Mar Negro, desde a península de Taman até perto de Abjazia georgiana” (148 - Diniz, Beatriz. Resenhas. Língua e Literatura, v. 15, n. 18, p.147-149,1990.)

¹⁶ “Os curdos são um povo de origem indo-européia assentados na região da Mesopotâmia há mais de quatro mil anos”. (RIBEIRO, 2016, p. 2). Cerca de 30 milhões de curdos estão espalhados no mundo, contando com cerca de 14 milhões apenas na Turquia.

a entrada do Império na Primeira Guerra Mundial, ao lado da Alemanha, o acordo foi quebrado e os inspetores convidados a se retirarem, alegando um atentado a sua soberania¹⁷.

Em julho de 1914, o Partido Dashnak realizou uma assembleia para determinar qual posição os armênios deveriam assumir com a eclosão do grande conflito, ficando determinado o apoio aos países que habitavam, bem como a tentativa de dissuadir o Império Otomano de tomar parte na guerra. Tal tentativa se mostrou inútil, o Império escalou diferentes minorias para a luta, enquanto na Rússia se organizava um grupo de voluntários armênios para atacar o Império Otomano. Desta forma, “no exército otomano, os armênios eram vistos com grande desconfiança, não apenas devido aos conflitos dos últimos anos, mas também pelo receio de deserções ou sedições, especialmente em direção à Rússia” (BOGOSSIAN, 2011, p. 59).

Essa desconfiança em relação aos armênios mesclou-se de forma complexa ao contexto de início da Primeira Guerra Mundial, tendo em vista que, tanto a Rússia como a Grã-Bretanha, ambas inimigas do Império Otomano, possuíam um histórico diplomático pró-armênio. Segundo Bloxham

É difícil exagerar a magnitude da decisão de ir à guerra em face das gerações de ortodoxia otomana no que se refere a ficar longe de conflitos em que o território otomano não estava envolvido. Essa guerra, em particular, não era apenas contra o “inimigo hereditário”, a Rússia, mas contra duas potências – Grã-Bretanha e França – que até os anos 1890 tinha sido os mais firmes aliados europeus do Império. Já que, tradicionalmente, também a Rússia e a Grã-Bretanha haviam se envolvido nos assuntos armênios, uma oportunidade se apresentou para quaisquer líderes otomanos dispostos à “vingança” contra uma comunidade doméstica que se mostrara propensa ao apoio externo “Texto traduzido” (BLOXHAM, 2005, p. 66. Tradução nossa).

Em janeiro de 1915, devido à lei de serviço militar sob a população cristã, os homens em idade militar são convocados e enviados para trabalhos em obras públicas, o que, segundo Loureiro, possuía amplos benefícios para o governo, como

modernização da infraestrutura de transportes que seria necessária para maior mobilidade de tropas otomanas através do país; desmobilização de qualquer tipo de defesa de localidades armênias que seriam varridas poucos meses depois por forças oficiais e paramilitares que organizavam as deportações; e extermínio gradual desses trabalhadores (LOUREIRO, 2016, p. 54-55).

¹⁷ De acordo com Litrento, pode-se entender como soberania “o poder do Estado em relação às pessoas e coisas dentro do seu território, isto é, nos limites da sua jurisdição” e como autonomia “a competência conferida aos Estados pelo Direito Internacional que se manifesta na afirmação da liberdade do Estado em suas relações com os demais membros da comunidade internacional, confundindo-se com a independência” (LITRENTO, 2001, 116).

Com as derrotas otomanas no Cáucaso, os armênios da região foram acusados de traição e, em represália, enquanto os soldados recuavam, atacavam os vilarejos armênios, matando e saqueando tudo pelo caminho. Assim, os armênios foram acusados de traição, interferência das potências europeias na soberania do país, entre outros, passando a ser vistos como inimigos internos do Império Otomano. Para o IO, a

existência de uma população armênia no Cáucaso sob a égide do Império Russo e a proximidade de algumas de suas lideranças com o Tsar também ajudaram a compor a imagem dos armênios como o inimigo interno a ser combatido, pois, do contrário, eles poderiam formar uma espécie de quinta coluna no interior do Império Otomano em prol dos russos (LOUREIRO, 2016, p. 56).

Assim, com o desenrolar das animosidades, em 24 de abril de 1915, o governo otomano ordenou

a prisão de 600 armênios da elite de Constantinopla. Logo depois um novo plano de extermínio [...] Foi posto em execução. Em todo o país, soldados, gendarmes, curdos e salteadores arremessaram-se sobre os armênios. Os homens jovens e validos foram exterminados, o resto da população foi deportada em terríveis condições. Essa vez, o plano deu resultados tecnicamente melhores porque, dos 2.100.000 armênios que restavam no império otomano, cerca de um milhão pereceram de 1915 a 1918. (ALEM, 1961, p. 61-62).

De acordo com Bogossian, essas mortes tornam a comunidade acéfala, eliminando seus principais líderes, sejam políticos, artistas, médicos e professores. Tal episódio é considerado pela etnia como o marco inicial do genocídio, “essa data representa o sacrifício de pessoas inocentes, que viria a se tornar uma regra nos meses subsequentes e abriria espaço para a utilização da categoria de ‘genocídio’ para descrever tais acontecimentos” (BOGOSSIAN, 2011, p. 34).

Para Bloxham: “[...] a guerra foi usada como uma forma de encobrir o genocídio, no entanto, se o crime não podia forçosamente ter sido planejado diante de um futuro incerto, esse planejamento deve ter sido desenvolvido após a declaração de guerra” (p. 66-67).

Não obstante, o governo turco nega a intenção genocida, alegando situação de guerra, doenças e fome. Segundo o governo, os armênios tomaram armas contra o IO instigados pelos russos, fato confirmado por Toynbee ao citar sua aproximação com tal exército, ademais, citam que os envolvidos nos massacres foram convocados pelos britânicos para serem julgados diante do Tribunal de Malta, cujos acusados foram absolvidos.

Atualmente, o governo turco questiona a escala dos massacres, principalmente, as fontes utilizadas pelos armenófilos. Uma das principais referências a esse respeito foi o

embaixador dos EUA na Turquia entre 1920 e 1926, Almirante Mark Bristol, frequentemente citado por órgãos oficiais turcos,

Vejo que relatos estão circulando livremente nos Estados Unidos em que os turcos massacraram milhares de armênios no Cáucaso. Tais relatos são repetidos tantas vezes que fazem meu sangue ferver. O Near East Relief tem relatos de [Ernest] Yarrow e de nosso próprio povo americano que mostram com certeza que tais relatos armênios são absolutamente falsos. A circulação de tais falsos relatos nos Estados Unidos, sem refutação, é um ultraje e certamente está causando mais mal do que bem aos armênios. [...] Por que não dizer a verdade sobre os armênios de todas as formas? “Texto traduzido”. (apud TÜSIAD, 2008, p. 18-19, Tradução nossa).

Essa versão turcófila, muito criticada pela maioria das fontes relativas ao período em questão, converteu-se em um contraponto bastante polêmico aos relatos de Henry Morgenthau, outro embaixador dos EUA na Turquia.

Para Bloxham (2005) e Power (2004), em 1915 o governo otomano enviou ordens de deportação dos armênios dos vilarejos orientais. Esta expedição ficou sob os cuidados de uma organização composta por criminosos equipados pelo Comitê União e Progresso (DIVERSOS, 2011, p. 19). Os comboios eram compostos por mulheres, crianças e idosos. Em vilarejos distantes, famílias eram saqueadas, assassinadas e suas casas ocupadas, fatos esses encorajados enquanto qualquer tipo de ajuda era condenada, mesmo ocorrendo esporadicamente. No entanto, essas deportações levantavam suspeitas, não apenas nos próprios armênios quanto na população otomana por onde estes passavam.

A deportação era, na verdade, apenas uma forma disfarçada de extermínio. Os mais fortes eram eliminados antes da partida. A fome, sede e chacina dizimavam os comboios. Milhares de corpos estavam empilhados ao longo das estradas. Defuntos estavam pendurados nas árvores e postes telegráficos; corpos mutilados flutuavam rio abaixo ou eram arrastados para as margens (DIVERSOS, 2011, p. 20).

O Governo turco alegou, entre outras medidas, que a deportação foi devido ao envolvimento dos armênios com os invasores russos da Anatólia Oriental. Além disso, o governo apontou que entre 1893 e 1915 a população armênia do leste da Anatólia se juntou com partidos revolucionários, como os Dashnak.

Assim, como já debatido por diversos autores sobre a intencionalidade do Império de promover o extermínio dos armênios, faz-se necessário comentar alguns pontos de como isso ocorreu. O primeiro pressuposto seria a Primeira Guerra Mundial, no desencadear dos massacres, junto com a alegação de que as perseguições seriam uma resposta aos ataques dos

armênios, por exemplo, nos casos de resistência como em Karaklis (1918) e nas montanhas de Karabagh (1918). Tais resistências ocorreram e isso é notável nas páginas do jornal OESP.

A Acção das tropas armênias – Londres, 8 (U.P.) – Comunicados aqui recebidos annunciam que, a 1 do corrente, as tropas armênias derrotaram os turcos numa batalha travada em Baku, logar que torna muito seria e difficultosa a situação dos inimigos.

Os armênios augmentam mais os seus exércitos e as suas tropas tornam-se diariamente mais corajosas a medida que vão ficando mais fortes¹⁸.

Em segundo lugar, os otomanos alegam que os episódios seriam reflexos dos conflitos, não sendo planejados e controláveis, assim, não poderiam ser enquadrados como uma política de Estado.

Essa versão foi criticada por Bloxham, segundo o qual a natureza aparentemente caótica dos massacres foi construída de forma deliberada. As deportações faziam parte de uma clara política de Estado e, de fato, os governadores provinciais otomanos operavam sob estrita vigilância dos kâtibi mesul (secretários responsáveis), sendo que todos eram membros do CUP.

Diferentemente dos primeiros deportados de Zeytun, os armênios não eram enviados para lugares em que o povoamento era possível, embora difícil; eles eram enviados, indefesos e sem provisões ou meios de subsistência, para regiões desérticas onde o desgaste natural poderia cumprir seu papel mortal. Isso não era tudo. Nas orgias de assassinato, estupro, mutilação, sequestro e roubo que acompanharam as deportações de Erzurum no começo de junho, o desejo dos radicais por massacre também foi saciado quando guerrilheiros, soldados, curdos e outros membros de tribos muçulmanas atacaram os deportados em pontos estratégicos. Esta carnificina recebeu uma sanção eufemística pela autorização de Talat da execução de opositores e fugitivos das colunas de deportação. Apenas 20% dos deportados nesta fase do programa chegariam a seus destinos. (BLOXHAM, 2005, p. 86. Tradução nossa).

Por fim, de acordo com Bogossian, ocorreu ainda a interrupção das comunicações e vigilâncias externas dos países europeus, ficando ativas apenas as relações diplomáticas da Alemanha e Estados Unidos da América, que não possuíam interesses em romper sua neutralidade, afinal, para a Alemanha lhe era vantajoso comprometer suas relações com o Império, visto que este já havia demonstrado interesses em se aliar à Tríplice Entente antes da conflagração. Assim, o Império Otomano procurava manter as evidências fora do foco das nações dominantes, que visavam repreender tais perseguições.

¹⁸ “A Acção das tropas armênias”. *O Estado de S. Paulo*. 09/08/1918.

Bogossian e Power ainda relatam que, para Talaat Pasha, era importante os países estrangeiros verem a expulsão dos armênios como uma deportação, mantendo as aparências e realmente tomando as medidas necessárias apenas nos locais estipulados, no entanto, estes “‘locais apropriados’ aos quais o ministro fazia referência eram os desertos e vilarejos no interior do Império” (BOGOSSIAN, 2011, p. 36).

Quanto ao tratamento para com os armênios, estava a desapropriação de suas casas, indução a longas caminhadas em direção ao deserto da Síria ou Iraque, posteriormente, levados para alojamentos onde eram reinstalados. Contudo, foi permitido aos armênios levarem alguns objetos e suprimentos, que, devido às longas marchas, acabavam rapidamente ou eram saqueados.

Ocorria também a convocação dos homens em idade militar para servir ao exército, mas assim que retirados de suas vilas, eram executados. Os que sobraram e seguiram para as marchas eram mulheres, crianças e idosos. As mulheres mais jovens e atraentes eram vendidas e levadas para os haréns ou violentadas e mortas. Quanto às crianças, algumas eram entregues aos espectadores pelo caminho, a fim de salvar suas vidas, enquanto outras eram mortas ou convertidas.

Aqueles que tinham um destino menos trágico eram, no caso das crianças, adotados por famílias turcas ou beduínas, que se encarregavam de sua educação e de sua proteção, ou, no caso das mulheres, convertidas forçadamente ao islã e casadas com turcos (ibid).

Outrossim, com vários jornalistas estrangeiros impedidos de circular dentro do Império, as únicas informações que seriam divulgadas eram por parte da imprensa oficial e boatos que chegavam a Constantinopla, nem sempre confiáveis. Os relatos que escapavam do controle do governo, chegavam à Europa e eram divulgados para agências de notícias de diferentes países, inclusive para o Brasil. Um dos jornais brasileiros que se destacou com essas notícias foi o OESP, que desenvolveu significativo status na sociedade paulista no século XX, contando com considerável número de relatos sobre os massacres dos armênios.

No entanto, nem todos pereceram, alguns armênios mais abastados conseguiam subornar as autoridades ou soldados, escapando das marchas e deportações, vários imigraram para outros países. Entre estes países, estava a França, Canadá e Estados Unidos da América, como destaca Grün (1992). A América do Sul também estava entre os destinos procurados, sendo Argentina e Brasil subsequentemente os mais requisitados, aproximando-se de 25 mil os imigrantes em terras brasileiras (GRÜN, 1992). Muitos imigrantes instalavam-se em países

que possuíam contatos ou familiares, seja devido às perseguições de meados de 1890, seja para buscar melhores oportunidades.

1.4 Direito e História: O crime de genocídio

Trabalhar com grandes massacres ocorridos na história requer cautela e grande atenção, principalmente a respeito de genocídios. As diferenças de como este conceito é abordado no campo da História e no campo do Direito são complexas, afinal, o termo foi criado por um jurista, tipificado pela ONU como crime e posteriormente, adotado pelas demais ciências sociais. Dessa forma, o genocídio em si deve ser apreendido de maneira mais aprofundada, e para isso, utilizaremos alguns autores do direito internacional, como Campos, Miniuci e Raphael Lemkin.

Segundo Miniuci¹⁹, existem diferenças entre as destruições de grupos. Primeiramente no sistema político-econômico, sendo que podem ocorrer relações de concorrência, disputa de um governo ou oportunidades de negócios. Para este autor,

A destruição de um grupo político ou econômico ocorrerá, de modo geral, não como ato premeditado, mas como consequência de uma disputa com outros objetivos, que não o de simplesmente destruir organizações políticas ou econômicas, sem qualquer vantagem para o destruidor. (MINIUCI, 2010, p. 3).

Sobre a destruição de grupos, o autor os classifica em duas tipologias: destruição como resultado de uma concorrência entre eles e a destruição deliberada, com o intuito de extermínio, sem se preocupar com vantagens/desvantagens que possam ocasionar. Em ambas as tipologias, o genocídio é um processo destrutivo, que consiste na identificação de um inimigo, organização de um projeto de destruição e desenvolvimento de táticas para concluir tal objetivo. Miniuci²⁰ ressalta que o genocídio possui semelhanças com a guerra, pois esta pode ocorrer em pequena ou grande escala. No entanto, diferentemente da guerra, quando o inimigo é um Estado, no caso do genocídio, o inimigo é comumente um grupo civil.

A guerra é feita contra Estados e forças armadas, e não contra populações. [...] o genocídio é um conflito social violento, na forma de uma guerra, perpetrado por organizações de poder armado contra grupos sociais civis desarmados, com o

¹⁹ Geraldo Miniuci Ferreira Junior é doutor em Direito pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e Livre-Docente pela Universidade de São Paulo.

²⁰ MINIUCI, Geraldo. “O genocídio e o crime de genocídio”. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 83, p. 299-321, 2010.

objetivo de destruir o poder social desse grupo na economia, na política e na cultura. (MINIUCI, 2010, p. 04)

Assim, como debate com Lemkin, o processo do genocídio engloba não apenas a destruição física de determinado grupo, como também política, cultural, social, biológica, econômica, religiosa e moral. A destruição cultural deriva de uma somatória de ações, que passam desde a proibição da utilização do idioma em locais públicos (como escola ou através da imprensa), até o controle de atividades artísticas. Já a destruição física e biológica, resulta não somente dos assassinatos, como também de precárias condições sanitárias e de abastecimento, bem como ações para diminuição da taxa de natalidade. Deve-se englobar também nesse projeto, a destruição de templos religiosos e patrimônios históricos, visando a diminuição da influência do grupo em novos adeptos, a reprodução cultural e a socialização.

O termo genocídio, no entanto, originou-se apenas em 1944, cunhado por Raphael Lemkin²¹ para “indicar a destruição em massa de um grupo étnico, assim como todo projeto sistemático que tenha por objetivo eliminar um aspecto fundamental da cultura de um povo.” (BOBBIO, 1998, p. 533). Lemkin, ainda advogado da Universidade de Lvov, deparou-se com uma manchete no jornal, relatando a morte de Talaat Pasha²² por Soghomon Tehlirian, um jovem armênio, que atirou em sua nuca, o executando. Posteriormente ao julgamento do assassinato de Talaat Pasha, Lemkin passou a se dedicar ao estudo de criminalização de chacinas.

Em 1933, Lemkin propôs um projeto de lei internacional que visava proibir a destruição de grupos e procurava instituir uma punição aos culpados. Tal projeto deveria ser apresentado na conferência de Direito Internacional de Madri, no entanto, ficou impossibilitado perante a recusa da permissão de viagem por parte do Ministério do Exterior Polonês (visto sua aproximação com a Alemanha Nazista).

Após sua fuga da Polônia, invadida pelos nazistas, Lemkin se refugiou nos Estados Unidos, ingressando na Universidade de Duke, divulgando os crimes cometidos pelos nazistas. Posteriormente apresentou um projeto de resolução para uma convenção sobre

²¹ Raphael Lemkin (1900-1959) foi um judeu de origem polonesa que esteve intimamente ligado a situação vivida por milhares de judeus no período da Segunda Guerra Mundial. Vivendo na região polonesa de Bialystok, vivenciou os pogroms sob comando de autoridades russas. Durante a primeira guerra mundial, sua família precisou se refugiar na floresta perante uma invasão alemã. Ver: <http://www.museudeimagens.com.br/raphael-lemkin-genocidio/> Acesso em: 20 Dez. 2016.

²² Responsável pelo extermínio de milhares de armênios durante a Primeira Guerra Mundial.

genocídio²³, tal resolução foi apresentada à Assembleia Geral, sendo aprovada em 9 de dezembro de 1948 como Convenção Sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio²⁴.

Assim, ficou estabelecido nesta convenção, que:

Art. II – Na presente Convenção, entende-se por genocídio qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como:

- a) assassinato de membros do grupo;
- b) dano grave à integridade física e mental de membros do grupo;
- c) submissão deliberada do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial;
- d) medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- e) transferência forçada de menores do grupo para outro grupo. (CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO, 2017).

Contudo, Miniuci ressalta que “se a totalidade for destruída, sem que tenham sido destruídos seus elementos constitutivos, não haverá genocídio, ainda que um grupo social tenha sido aniquilado.” (MINIUCI, 2010, p. 19).

Tal Convenção sofreu críticas, principalmente quanto à penalidade, que segundo Bobbio, foi deixada sob jugo dos Estados signatários. Além disso, foi criticada

a pretensão irreal na qual esta se baseia, isto é, que em presença de crimes como o de Genocídio, que não podem ser cometidos sem a anuência, a participação, instruções ou até a cumplicidade estatais, um Estado pode aceitar punir ou fazer punir aqueles que agiram de acordo com as suas instruções superiores ou valendo-se de sua aquiescência (BOBBIO, 1998, p. 544)

Lemkin caracterizou o crime de genocídio como uma antiga prática que, no entanto, estava se desenvolvendo de forma mais moderna, buscando destruir bases fundamentais para a vida do grupo selecionado, “destruição essa que implica usualmente a desintegração das instituições políticas e sociais” (LIPPI, 2011, p. 03).

Para Paula Campos²⁵, o Direito Internacional Público costumava colocar os Estados como únicos sujeitos do Direito Internacional até o início do século XX, deixando os indivíduos vulneráveis a suas atitudes, que poderiam comprometer seus direitos básicos. No direito contemporâneo o sujeito passa a ser visto como sujeito de direito diante da ordem internacional. “O indivíduo, é tido como finalidade última do direito, possuindo condições

²³ A palavra deriva da expressão grega *génos*(raça, tribo) e latina *cædere*(matar).

²⁴ Para a visualização do texto sobre a Convenção, sugerimos: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/convenca....crime_genocidio.pdf Acesso em 20 Dez. 2016

²⁵ Paula Drumond Rangel Campos é PhD em Relações Internacionais/Ciência Política pelo Institut de Hautes Études Internationales et du Développement (IHEID) de Genebra, Suíça.

mínimas de sobrevivência a serem garantidas pelo Estado. É justamente nessa premissa que está centrado o conceito de Direitos Humanos (D.H.).” (CAMPOS, 2007, p. 04).

De maneira sucinta, os Direitos Humanos “regem as relações dos Estados para com os seus cidadãos, assegurando-lhes condições mínimas de sobrevivência” (CAMPOS, 2007, p. 05). Sendo obrigações que exigem abstenções ou ações do governo, visando uma vida digna, inerente a qualquer ser humano, tais direitos estão sempre em construção ao longo do tempo. De maneira geral, consistem em um conjunto de normas que deve definir a conduta do Estado a ser adotada em caso de conflitos visando evitar o excesso de violência.

Segundo Campos, a *Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio* é resultado das determinações de Nuremberg e da consciência após a Segunda Guerra Mundial. As atrocidades cometidas pelo Nazismo demonstraram a necessidade de um estatuto de proteção dos Direitos Humanos, que, para Campos, é de interesse da comunidade internacional, bem como deve ser colocado acima das jurisdições estatais. Contudo, em quais premissas se baseiam os Direitos Humanos? Para Campos, essas premissas se baseiam nas normas que são universalmente aceitas para todos os seres humanos, como dignidade e direitos iguais. No entanto, estudiosos das Relações Internacionais apontam algumas controvérsias sobre essa universalidade, uma vez que existem diferenças culturais que acabam por corroborar nas premissas que influenciarão nos direitos humanos.

Nesse debate, encontram-se dois grupos: universalistas e relativistas. Os universalistas defendem a ideia de direitos universais em função de sua característica humana, criticando o argumento dos relativistas como oportunidade para os Estados escaparem do controle da comunidade internacional diante de algum crime contra as suas populações. Para os relativistas, as noções de direito são variáveis de acordo com os fatores sociais, políticos, culturais e até mesmo temporais. Cada sociedade possui sua própria noção de direitos que acredita ser fundamental, ficando impossibilitada a ideia de moral universal. Caso se insista, corre-se o risco de ferir as diversas culturas, impondo-lhes uma visão de direitos humanos, tomando-se por um caráter imperialista.

De maneira geral, acredita-se ser viável a união das duas teorias. Faz-se necessário respeitar as diferentes culturas e costumes milenares existentes no planeta, contudo, deve-se manter um mínimo de direitos comuns à humanidade, visando garantir sua sobrevivência digna.

Para Walzer, é necessária a interferência da sociedade internacional quando esse padrão mínimo é corrompido pelo Estado. No entanto, tais interferências devem se basear em

propostas negativas (não matar, não roubar, etc.). Assim, acredita-se que os Estados não devem se absterem de proteger essas propostas, já que a soberania não pode servir como barreira de proteção para aqueles que atacam esses princípios compartilhados pela humanidade, devendo despertar a solidariedade entre as partes.

Dessa forma, para dar resposta à comunidade internacional e punir os responsáveis por tais crimes instaurou-se o Tribunal de Nuremberg²⁶ com objetivo de julgar os crimes cometidos pela Alemanha Nazista. Entre as acusações estavam os crimes contra o Direito Internacional, e entre as penalidades, estava a pena per capita e prisão perpétua, por exemplo.

Contudo, como relembra Campos, os excessos não partiram exclusivamente por parte dos países do Eixo, mas também ocorreram do lado dos Aliados do Capitalismo, fato que não foi suficiente para levá-los a julgamento, posto que este se moldou a partir dos interesses dos vencedores, mostrando a manipulação das Potências.

Esses valores universais tenham sido fruto de uma oportunidade política daqueles países com mais poder para determinar o desenho legal que queriam fazer prevalecer no Sistema, o que, vale destacar, não desqualifica a importância do julgamento das atrocidades nazistas, mas apenas demonstra como esses valores são agregados a um juízo de oportunidade e conveniência dos mais poderosos. (CAMPOS, 2007, p. 10).

Afinal, quais foram as controvérsias encontradas no Tribunal de Nuremberg? Campos cita, primeiramente, a não observação de princípios básicos do direito penal, a violação do princípio de juiz natural²⁷ e a falta de punição para os crimes cometidos durante a guerra, pelos Aliados. Assim, nota-se que o Tribunal serviu para os interesses dos vencedores, utilizando-se de um contexto internacional favorável à punição de crimes que chocaram o mundo.

Independente das contestações envolvidas, o Tribunal trouxe contribuições para a sociedade internacional, como a “consciência jurídica universal e da existência de uma hierarquia dos Princípios Gerais do Direito sobre o direito positivo” (CAMPOS, 2007, p. 12), consolidação de uma punição ao indivíduo em plano internacional, superação de normas ultrapassadas e para a melhor consolidação do Direito Penal.

Posteriormente, a ONU decidiu sistematizar o Tribunal de Nuremberg através da resolução 96 (1946), no qual o genocídio foi avaliado como crime internacional, passível de culpabilidade internacional do sujeito. Enfim, de certa maneira os julgamentos possibilitaram a afirmação de genocídio como crime internacional,

²⁶ O Tribunal Militar de Nuremberg instaurado por meio do Estatuto de Londres foi uma proposta norte-americana (1945) para os demais vencedores da guerra, com vistas a julgar os crimes dos países do Eixo.

²⁷ Os juízes foram indicados para o processo, podendo comprometer a imparcialidade do julgamento, além de afetar a representatividade internacional, pois apenas quatro países foram representados.

Ao mesmo tempo em que evidenciaram como a disputa por poder, [...], foi capaz de contornar os rumos desse contexto e, [...], de ditar, mais tarde, o que deveria ser entendido como genocídio com vistas a maximizar os ganhos dos mais poderosos, aproveitando-se da consciência da humanidade que buscava evitar a repetição de novas atrocidades como as cometidas pelo III Reich. (CAMPOS, 2007, p. 14)

Assim, foi aprovada por unanimidade (após alterações) a *Convenção para Prevenção e Repressão de Crime de Genocídio*, através da Resolução 260²⁸, que indiciou o genocídio como infração internacional²⁹, que buscou criminalizar o genocídio para prevenir novas atrocidades e, caso ocorressem, deixar uma resolução penal estipulada. A lista de exigências para classificação como genocídio partiu de uma imposição estadunidense. Tal lista mostra que genocídio não é apenas assassinato em massa com objetivo de extermínio, mas situações que levam ao desaparecimento de tal grupo. Quanto à punição, serão caracterizados não apenas os atos comissivos como também os omissivos, desde que esteja visível a finalidade de extermínio.

Deste modo, faz-se necessário compreender quem são os sujeitos ativos (perpetradores) e passivos (vítimas) que são citados na Convenção, já que os Estados capazes de direcionar seus interesses nesse projeto contraíram-lhe sua efetividade.

O artigo 4 prevê que os sujeitos ativos, sejam eles governantes ou pessoas físicas, arquem com sua responsabilidade perante o delito criminal. No entanto, como Campos ressalta, a falta de culpabilidade de pessoas jurídicas no documento, como empresas³⁰ particulares, já que estas podem contribuir para a ocorrência de genocídios, comenta também sobre a responsabilidade dos Estados, que “pode ser percebido pela leitura dos dispositivos da Convenção que não há uma explícita previsão sobre isso” (CAMPOS, 2007, p. 20).

Quanto aos sujeitos passivos, estes podem ser qualquer pessoa física, mas que pertençam a um grupo nacional ou étnico, pois visa à coletividade. Estabelecer os grupos passivos limita a possibilidade de qualquer grupo perseguido ser caracterizado como genocídio. Além disso, permite ao Estado se esquivar de uma acusação de perpetração de genocídio para determinado grupo, pois este não se enquadra legalmente nas características estipuladas na Convenção.

²⁸ Tal Resolução só entrou em vigor em 1951 após a ratificação do vigésimo país.

²⁹ Sobre o conceito de infração internacional, pode-se citar alguns autores. Para Glaser (1970-78), é classificada como o contrário do Direito Internacional, que por ferir os interesses protegidos dos Estados, lhes incute um caráter criminal. Já para Plawski (1972), faz-se necessário três elementos para se enquadrar como infração internacional: 1) o elemento legal; 2) o elemento material (o ato reprovável em si); 3) o elemento moral.

³⁰ Neste caso, Campos cita a empresa *International Business Machines* (IBM). (CAMPOS, 2007, p. 19).

A Convenção também previa a proteção de grupos políticos e culturais³¹, que, no entanto, foi retirada da pauta, pois alegaram que a cultura não é inerente do ser humano, mas sim, consequência de seu envolvimento social. Sobre o genocídio político, este sofreu oposição de alguns países³² que alegavam novamente a necessidade do indivíduo participar de um grupo de forma inerente e não por escolhas. No entanto, observa-se que “muitos genocídios³³ têm sido perpetrados por motivações ideológicas em que o Estado extermina sua oposição política doméstica, o que torna a definição clássica de genocídio incompleta diante da realidade” (Campos, 2007, p. 24).

Por fim, para evitar a imprescritibilidade do genocídio, a ONU aprovou em 1968 a Convenção sobre a imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos crimes contra a Humanidade, que, no entanto, segundo Campos, só lhe é aplicável aos países que ratificaram a Convenção. Assim, fica a critério do Estado considerar ou não tais crimes como imprescritíveis, já que os genocídios podem ser reconhecidos após o ato, o que preveniria a impunidade.

Assim, faz-se necessária esta abordagem jurídica quanto ao termo de genocídio para explanarmos o motivo de defendermos os massacres como tal. Dessa forma, com uma análise sobre o conceito e os massacres, podemos concluir que mesmo perante as particularidades do caso armênio, este não constitui em negação como tal, extrapolando a alegação básica de mortes em conflitos por motivos de guerras, pois, como debatido ao longo deste tópico, os massacres armênios se enquadram no art. II da *Convenção para Prevenção do Crime de Genocídio*, mesmo que o debate sobre o assunto não seja puramente jurídico.

Dessa maneira, procuramos abordar neste capítulo as principais características referentes às relações entre o *millet* armênio e o Império Otomano, abordando traços de suas respectivas histórias ao longo do século XIX e XX, explanando, ainda que brevemente, como as relações políticas internas influenciaram no desencadeamento do genocídio armênio. Procuramos demonstrar o cenário em que ocorreu o genocídio armênio, ressaltando a queda do Império Otomano e sua participação na Primeira Guerra Mundial. Além disso, acreditamos

³¹ Campos entende por genocídio cultural os atos que visassem a destruir a língua, religião ou cultura dos grupos protegidos, a proibir o uso dessa língua entre seus membros, a destruir livrarias ou livros impressos em certa língua, ou sobre certa religião, assim como à destruição de museus, monumentos históricos ou objetos relacionados a certa cultura (CAMPOS, 2007, p. 22).

³² URSS, Uruguai, Brasil (Campos, 2007, p. 23).

³³ Em 1994, durante cem dias, 800 mil pessoas foram assassinadas em Ruanda. Segundo Paula (p. 45, 2011) “Não se pode reduzir o genocídio a um mero conflito tribal, ou a uma disputa pelo poder, ou a uma vingança aleatória contra os tutsis levada a cabo pelos hutus, por causa do presidente assassinado em abril de 1994. Foi uma disputa pelo governo central, sim, mas levada ao extremo de procurar privar a facção rebelde (na iminência de tomar o poder) de um povo para governar. Houve um plano, organizado nos altos escalões do poder de Ruanda, para exterminar todos os tutsis. As mortes não decorreram de uma mera guerra civil”.

ser relevante a defesa do conceito de genocídio, abordando seus aspectos jurídicos devido ao debate³⁴ existente sobre o caso armênio, sob as alegações do governo turco citadas acima.

Isto posto, no segundo capítulo enfatizaremos uma das consequências deste contexto, a imigração otomana, destacando o caso armênio e a formação de sua comunidade no Brasil. Por isso fez-se necessária a compreensão dos acontecimentos dentro do território otomano que acabaram por influenciar a vinda de poucos imigrantes ainda no final do século XIX, devido à questões econômicas, e principalmente, a chegada da segunda leva de imigrantes no século XX.

Ainda no próximo capítulo, procuraremos abordar a história do jornal *OESP* e sua posição diante da Primeira Guerra Mundial, que servirá de base para compreender o cerne do trabalho, que se concentra na sua visão dos massacres armênios, que coincidiram com o período da conflagração.

³⁴ Segundo Power (2004, p. 586) “Alguns historiadores turcos afirmam que apenas 200 mil armênios foram mortos, principalmente em supressão legítima da rebelião. Ver, por exemplo, Stanford J. Shaw e EzelKural Shaw”.

CAPÍTULO 2 – ATORES: O JORNAL O ESTADO DE S. PAULO E A COMUNIDADE ARMÊNIA NO BRASIL

2.1 - O Estado de S. Paulo: O Brasil e a Primeira Guerra Mundial

Por muito tempo o uso de jornais como fonte histórica foi questionado, uma vez que este era acusado de representar posições políticas e ideológicas, fato comprovado já que os primeiros folhetins possuíam forte caráter ideológico, circulando basicamente para divulgar ideias de determinado partido político, candidato ou líder.

Todavia, a partir do século XIX, ocorreram mudanças na constituição dos jornais, libertando-se de seu caráter artesanal em prol do empresarial, como menciona Bahia (1990). Se anteriormente os jornais eram instrumentos de partidos políticos, doravante visavam não somente o poder político, como também o retorno financeiro. Os jornais mais expressivos modificaram seus formatos, incorporando métodos atualizados de tipografia, editoração e quantidade em larga escala, resultando na “criação de um novo tipo de jornalismo que muda drasticamente o padrão editorial das publicações” (BARBOSA, 2007, p. 48).

Um dos jornais brasileiros mais significativos, *OESP*, passou por tais mudanças. Sua história teve início em 04 de Janeiro de 1875, quando ainda se denominava *A Província de S. Paulo*, fundado com base em princípios do Partido Republicano Paulista, possuía circulação de quatro mil exemplares diários, sendo pouco conhecido fora de sua região de circulação.

Segundo Caldeira (2002) no decorrer de 39 anos, Julio Mesquita tornou-se dono do jornal e transformou *A Província de S. Paulo* no atual *OESP* com renome nacional. Evidencia-se este progresso, quando, em 1927³⁵, *OESP* totalizou uma tiragem de 60 mil exemplares por dia, para uma população de 570 mil pessoas, sendo grande parte analfabeta. Logo, “sob seu comando, portanto, aconteceu a transformação de um órgão destinado a um grupo relativamente limitado de leitores com interesses políticos em outro que falava a uma sociedade complexa” (CALDEIRA, 2002, p. 21).

Apesar disso, essa mudança só se concretizou graças a nova concepção de jornal como meio empresarial adotada por Júlio Mesquita. *A Província de S. Paulo* pré-Mesquita possuía alguns traços do jornalismo partidário, por exemplo, a defesa do ideal republicano, posto que se desenvolveu a partir de militantes do partido. No entanto, desde sua fundação, os envolvidos sabiam que não deveriam criar expectativas quanto ao financiamento do governo, fato que resultou na consolidação de uma empresa sólida. De qualquer forma, o

³⁵ Ano da morte de Júlio Mesquita.

posicionamento político era imprescindível no jornal, fato que Julio Mesquita demonstrou com habilidade, pois “embora fosse um republicano convicto, Mesquita não aceitou transformar o jornal num porta-voz oficial do Partido Republicano Paulista, tendo ao longo dos anos se distanciado e até promovido críticas a ele” (SOUZA, 2015, p. 261).

Julio Mesquita é considerado um dos precursores do jornalismo moderno brasileiro, característica que lhe exigiu várias identidades, seja política, jornalística ou empresarial. Mesquita nasceu em 1862 (Campinas-SP), tornando-se jornalista profissional em 1888, aos 26 anos, quando foi contratado pelo jornal *A Província de S. Paulo* como gerente. Uma de suas principais características no jornal distinguia-se pela busca de distanciamento do jornalismo tradicional do século XIX, visto como uma representação e veículo de determinado partido.

Como ativo republicano, Mesquita tornou-se um dos principais líderes dos republicanos radicais, fato que lhe influenciou no ingresso da carreira política como vereador. Com interferência de sua vida política sob sua atividade jornalística, Mesquita optou pela ausência de assinatura nas notícias do jornal, fato singular na atividade jornalística.

Para ele, um texto sem assinatura valia muito mais que outro assinado; enquanto esse último trazia sempre uma opinião pessoal, o anonimato permitia construir textos que fossem de uma instituição, e por isso mesmo mais valioso. Representariam o jornal todo, não apenas um de seus membros (CALDEIRA, 2002, p. 24).

Mesmo sendo uma ideia difícil de ser aceita inicialmente, acabou sendo incorporada ao jornal, o que lhe resultou certos benefícios, como a padronização dos textos do jornal, sendo então submetidos a uma norma gramatical e de estilo. Tal regra desencadeou uma

definição do texto jornalístico como algo próprio, que não se confundia nem com artigos nem com o material que deveria merecer publicação em livro. Eram textos especificamente montados para serem lidos no dia, e não deveriam merecer qualquer preocupação com a posterioridade. Destinavam-se apenas a informar pessoas (CALDEIRA, 2002, p. 24).

Como resultado ocorreu uma mudança na atividade jornalística, que passou a ressaltar a relação entre o jornal e os leitores, bem como com o mercado. Se anteriormente a prioridade do jornal era de se sustentar na oposição, esperando algum crédito quando seu parceiro partidário assumisse o poder, considerando a tiragem como característica secundária, a partir desse momento, o foco passava a ser os assinantes, pois desta forma, quanto mais assinantes, maior o campo de influência política do jornal. Assim, visando à modernização, o jornal

investiu não apenas nas informações como também em fotografias e mapas, sempre ressaltando o alto preço cobrado das agências de notícias, afinal, o foco principal era

eliminar todos os resquícios de partidarismo na cobertura política – o que não queria dizer deixar de ter posições políticas, mas sim deixar de acreditar que tais posições se traduziriam imediatamente em atos do governo -, ampliar noticiário, buscar todos os leitores e anunciantes que estivessem dispostos a pagar pelo serviço, e entregar-lhes um jornal de qualidade melhor que a concorrência(CALDEIRA, 2002, p. 28).

De qualquer maneira, essa consolidação se concretizou apenas mais tarde, quando em 1912, o jornal conseguiu lançar debêntures³⁶ no mercado para financiar a sua expansão. Apesar disso, mesmo com o progresso do jornal, Mesquita teve que se ausentar da atividade devido à problemas de saúde e, posteriormente, com o progresso do jornal e os grandes lotes investidos, era necessário pagar os indivíduos que adquiriram as debêntures.

Com o decurso de sua trajetória, *OESP* ora defendia o governo federal, ora se colocava contra ele, bem como quanto ao governo estadual. Mesmo tendo todas as oportunidades para levar o jornal de volta ao partidarismo, Mesquita fez o contrário, rompendo com o governo Campos Salles por não concordar com as atitudes políticas dos governantes, alegando que estes não transformavam a eleição em representação da vontade do povo. Ademais, quando dispôs a influência do jornal a serviço dos leitores, consolidou a ruptura com o partidarismo. Como consequência, sucedeu-se a retirada dos acionistas opositores restantes, fato que possibilitou a Mesquita comprar suas ações e se tornar, literalmente, o proprietário do jornal.

De todo o caso, Mesquita tinha confiança nas opções que tomou para tornar seu jornal uma empresa sólida sem depender das intempéries da política nacional. Tal confiança se baseava em alguns apontamentos, primeiro devido ao fato de que o jornal liderava o mercado da cidade e em segundo por manter suas posições políticas. No entanto, tal progresso foi afetado quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial.

O jornal elaborou uma das coberturas mais completas sobre o conflito, fato que lhe ajudou a garantir lugar de destaque na História da imprensa. É obvio que o conflito estava mais sensível na Europa, mas de forma indireta, também foi sentido em outras partes do globo. No Brasil, a conflagração não se fez sentir de imediato, sendo noticiada pela imprensa como um fato europeu e compreendida como uma rivalidade entre franceses e alemães. Com a prolongação do conflito e sua abrangência para outros pontos fora do círculo europeu, a

³⁶ Espécie de título de crédito de empréstimos tomado pela empresa junto a terceiros.

guerra fez-se sentir na sociedade brasileira, mais propriamente em uma crise agroexportadora. No entanto, nem tudo eram problemas.

O surgimento de um incipiente processo de industrialização brasileiro, o aumento das receitas oriundas das exportações de matérias-primas e o declínio das importações de produtos manufaturados podem ser alocados no rol de resultados econômicos positivos do conflito para o Brasil (SOUZA, 2015, p. 260).

Mesmo que a posição brasileira fosse de neutralidade, esta não durou muito tempo, sendo rompida em 1917. A partir deste ano, a Alemanha impôs um bloqueio naval em águas europeias aumentando a tensão (BERTONHA, 2011). Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, os apelos para o ingresso do Brasil no conflito aumentaram, visto este requerer uma aproximação com a potência. Já foi afirmado que o posicionamento brasileiro interessava aos Estados Unidos, pois influenciaria a posição dos demais países latino-americanos (CERVO, 2002, p. 210). Apesar de modesta, a atuação do Brasil no conflito permitiu integrar as negociações do Tratado de Versalhes possibilitando certa projeção da diplomacia brasileira.

Quanto ao jornal *OESP*, desde o início da Primeira Guerra Mundial se posicionou ao lado da causa aliada, visto sua admiração pela França e pelos valores da Entente, diferente de alguns jornais – como *Jornal do Comércio* e *Correio da Manhã*, que preferiram manter a imparcialidade nos primeiros anos do conflito.

A adesão à causa aliada, o centro nervoso dos valores, é totalmente convicta e intransponível, mas quase nunca se traduz em certeza de vitória, desqualificação da capacidade bélica dos adversários, distorção no julgamento dos resultados das batalhas. (CALDEIRA, 2002, p. 30).

A partir de agosto de 1914, Mesquita passou a lançar os boletins abordando o conflito, intitulados de *A Guerra*, resumindo e divulgando as notícias recebidas da Europa. Mesquita divulga a guerra de maneira mais sucinta, diferente dos outros jornalistas se empenhou em fornecer aos leitores informações claras e precisas. Publicou toda semana, as segundas-feiras, uma crônica em que analisava e explicava as notícias recebidas da Europa, América e Ásia. “Nessa fase inicial de seus artigos, as referências causais centraram-se basicamente na questão do já bastante mencionado assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro, Francisco Ferdinando” (PASTORE, 2002, p. 41). Com o desenvolvimento do conflito, Mesquita passa a discorrer sobre as complexas causas da Guerra, que aumentava e envolvia outros países. Como descrito por Pastore, Mesquita buscava a parcialidade em seus editoriais, visto que suas opiniões e informações eram baseadas em fontes francesas.

Ressalta-se que “nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial, caracterizado como ‘mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso’” (LUCA, 2008, p. 115-116). Mesmo com uma nova forma de abordar e mostrar as notícias, distinguindo a informação do editorial, *OESP* não pode fugir a parcialidade. A imprensa nunca deve ser considerada mera divulgadora de informações, afinal não está isolada da realidade político-social em que está inserida, pois possui seus próprios interesses políticos, como exemplifica Maria Helena Capelato.

Mesmo no nível fundamental já há uma valoração dos pólos, uma orientação axiológica, segundo o jargão semiótico, que indicará, mesmo que de maneira insipiente neste nível, a inclinação ideológica que se concretizará no nível discursivo (GOMES, 2007, p. 4).

Ora, Abramo comenta sobre a relação da realidade com as informações divulgadas pela grande imprensa, esta realidade é “criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada no lugar da realidade real” (ABRAMO, 2016, p. 38). Tais manipulações passam diretamente por Mesquita, que, como citado por Caldeira (2002), ficava pessoalmente responsável pelos boletins semanais sobre a Primeira Guerra Mundial.

Como descrito por Souza (2015, p. 262), Mesquita “analisava o conflito a partir de uma linguagem coloquial e fluente, sem grandes demonstrações de erudição, mas ao mesmo tempo com uma mistura precisa de análise jornalística e reflexiva”, afinal, segundo Almeida (2004, p. 26-27), ainda em 1876, a taxa de analfabetismo chegava próximo de 78%, e em 1920, aproximava-se de 65% da população.

Desse modo, seu trabalho tinha uma dupla carga. Por um lado, aparava as diversas arestas partidárias dos telegramas recebidos de vários países, até chegar a uma possível imparcialidade de acordo com seus princípios. De outro, realizava uma síntese empregando seus valores. Normalmente, Mesquita abordava na introdução uma mescla dos valores que estavam em foco em meio aos combates, sempre deixando em evidência os valores importantes para si próprio, visto que ele era o colunista. No entanto, isso só era possível com a ausência da assinatura, que caso contrário, comprometeria a credibilidade do texto, deixando evidente seu posicionamento. Esta estratégia se tornou marcante no trabalho de Mesquita, que, ao longo do tempo foi moldando a seção *Notas e Informações* em uma das principais do jornal. Esta seção era formada por “pequenas notas editoriais, entremeadas de informações a respeito dos personagens ou do assunto focado” (CALDEIRA, 2002, p. 30). Com o passar do tempo, Mesquita dedicava-se mais a essa tarefa, procurando produzir textos com

características jornalísticas e não evidenciando posições explicitamente pessoais. “A coluna [...] sobre a guerra [...] é inteiramente de sua autoria; quando não escrevia a publicação era suspensa. Ao longo dos dias [...] ele ia coletando o material, publicado nas edições de segunda-feira com o título ‘Boletim Semanal da Guerra’” (CALDEIRA, 2002, p. 30).

Posteriormente, com o desenvolver da guerra, o jornal *OESP* destaca as informações sobre o conflito nas primeiras páginas intitulado *A deflagração*. Quanto aos editoriais que levavam o nome de Notas e Informações, fazia-se questão de ressaltar a idoneidade das informações obtidas, especialmente através da agência de notícias Havas³⁷ (SOUZA, 2015, p.262). Contudo, essa confiança nos boletins da Havas nem sempre se confirmaram, como o ocorrido em 7 de junho de 1915, em que a agência divulga informações desencontradas e é criticada por Mesquita, alegando a falta de intervenção devido às estratégias militares.

Entretanto, no momento actual, quando a estratégia política se desenvolve em tão estreita dependência da estratégia militar, esse incidente, em que pese á Havas, é mais grave do que parece. Não é só o optimismo da Allemanha e da Austria que aumenta: é a intervenção da Rumania na conflagração, fatal e imminente depois da intervenção da Italia, que se retarda. Retardada a da Rumania, retarda-se a da Bulgaria. Retardada a da Bulgaria, retarda-se a da Grecia. Nenhum desses paizes interviria, ou intervirá, pelos bellos olhos das potencias da Triplice Entente ou pela belleza da causa que ellas defendem³⁸.

Retomando Souza (2015), a autora ressalta que a diferença nesta autonomia estava, principalmente, no fato de não depender do capital proveniente do governo federal e estadual. Ao invés de buscar apoio no dinheiro público, fez o oposto, publicando uma série de editoriais (1915) sobre a política adotada por Campos Salles quanto à compra de posições editoriais e as possíveis consequências aos jornais que aceitavam esta proposta, com isso, deixava evidente a relação do jornal com o governo. Desta forma, Mesquita demonstrava vigorosamente sua posição pró-Aliados alegando a defesa da democracia e valores liberais, afinal “entendia que o que acontecia em solo europeu constituía-se em uma disputa entre a democracia, que considerava um bem fundamental, e o militarismo alemão, a que atribuía um mal sistêmico” (SOUZA, 2015, p. 263).

Ainda assim, deve-se ter cuidado ao posicionar Mesquita completamente no campo Aliado. Pastore (2002) comenta que, segundo uma leitura sistêmica dos boletins, nota-se que ele era favorável à causa aliada, contudo, pretendia firmar-se na imparcialidade. Tal

³⁷ Criada em 1835, por Charles-Louis Havas, a agência enviava informações através de telegramas para os jornais, mediante pagamento. Possuiu papel de destaque na divulgação das informações sobre a Guerra e importante papel na propaganda da Entente. Hoje é conhecida como Agence France-Presse. (nota nossa).

³⁸ “O Theatro Oriental da Guerra”. *O Estado de S. Paulo*, 07/06/1915.

característica fica evidente em alguns comentários quanto à Itália e os interesses financeiros sobre os empréstimos firmados durante o período a determinadas nações envolvidas.

Em seus boletins era notável a esperança na vitória dos aliados, mesmo quanto aos avanços do inimigo, ainda assim, Mesquita não menosprezava o poderio alemão, contudo, elevava a capacidade francesa, britânica e russa. Assim, nos primeiros anos do conflito, Mesquita se conteve em informar sobre a movimentação de ambos os lados envolvidos. Quando abordava o poder bélico alemão, este era seguido da truculência dos dirigentes e soldados. No entanto, mesmo sendo visivelmente simpático à França, isto não foi empecilho para certa admiração quanto a “algumas qualidades atribuídas aos alemães, sendo constantes as referências sobre sua ‘inteligência’, ‘ciência’ e ‘técnica’” (SOUZA, 2015, p. 263).

Contudo, esta admiração por tais qualidades alemãs também ajudava a afastar as acusações de fomentar a intolerância com os alemães habitantes no Brasil. Ademais, Mesquita enfrentava problemas com a comunidade alemã, como destaca Caldeira (2002). O fato de não assinar as colunas provocou reações, especialmente, na comunidade alemã, que possuía certa influência na cidade com seu próprio jornal, o *Diário Alemão*, que dirigiu críticas ao jornal pelo posicionamento ao lado dos Aliados, mesmo com a posição de neutralidade adotada pelo Brasil, além disso, o acusava de receber fundos do governo inglês.

No entanto, com o decorrer do conflito e a entrada do Brasil na guerra, tal situação mudou completamente. Abandonando a cordialidade e admiração aos alemães, o jornal passou para “referências negativas e pejorativas, especialmente quando se aludia à periculosidade e às más intenções dos que viviam no Brasil” (SOUZA, 2015, p. 265). A partir desse momento, reforçaram-se as referências aos alemães quanto à culpabilidade na guerra ocorrida.

Intolerante não desejamos que o governo paulista o seja nem mesmo com os allemaes, porque tudo nos arrasta para a nobre escola de política incorrigivelmente liberal, de que Wilson é hoje no mundo o chefe supremo. Mas, nestes dias de luta aberta, a tolerância tem o limite das leis da guerra, a que os allemaes precisam obedecer. Pouco importa que elles se queixem, (porque elles, em seu desmedido orgulho, não supportam resignados a reacção das suas victimas), muito, muitíssimo, immensamente mais razoável é a queixa universal contra as crueldades do exercito e da marinha do kaiser³⁹.

A situação da guerra também afetou os negócios, de modo que o preço do papel aumentou, os anunciantes se retraíram e os lucros caíram. “Esta situação se agravou bastante com os ataques do concorrente germanófilo, até porque este logo encetou uma campanha para

³⁹ “Notas e Informações.” *O Estado de S. Paulo*, 30/10/1917

que os anunciantes alemães da cidade boicotassem o adversário” (CALDEIRA, 2002, p. 31). O resultado entre a união da retração dos negócios e o boicote de alguns anunciantes acabou por reduzir significativamente o faturamento.

Por conseguinte, a entrada dos Estados Unidos na guerra (1917), resultou em uma decisão de suma importância para o decorrer do conflito. Como mencionado, o Brasil permaneceu na neutralidade até meados de 1917, quando ocorreu o torpedeamento de embarcações brasileiras e a prisão do comandante do navio Macau (CERVO, 2002, p. 208). Com o ingresso dos Estados Unidos, o jornal passou reproduzir os valores enaltecidos da Europa agora replicando para os Estados Unidos, reforçando uma tendência observada entre as elites latino-americanas sobre a desilusão com uma Europa incapaz de evitar a guerra.

Assim, Mesquita demonstrava completo apoio quanto à luta brasileira ao lado dos Estados Unidos, vislumbrando os benefícios que o Brasil teria ao final da guerra. Tal posicionamento era visível no jornal *OESP*, afinal a notícia da declaração de guerra foi abordada com relativo entusiasmo, chegando a emitir elogios ao governo federal pela decisão.

Ainda assim, foram levantadas dúvidas quanto a esse posicionamento junto aos Estados Unidos, alegando certo imperialismo. Como liberal, Mesquita refutava essa idéia quando evocado o exemplo das Filipinas e Cuba, como defende Souza, afinal, para Mesquita, os Estados Unidos estariam incluindo esses países na civilização.

Mesquita também proferiu comentários sobre a entrada do Japão na guerra, relatando seus possíveis ganhos. Além disso, ressaltou o possível conflito de poder entre Estados Unidos e Japão, no Pacífico, que

apesar dos indícios, na época, somente os mais bem informados e atentos ao inexorável jogo de predomínio das potências militares poderiam afirmar que antes da Primeira Guerra Mundial Japão e Estados Unidos já eram fortes concorrentes no Pacífico (PASTORE, 2002, p. 47).

Mesquita acreditava que a guerra não se prolongaria, contudo, tinha noção que a França de 1914 não era a mesma de antigamente. Esta conhecia suas próprias fraquezas e possuía noção da força militar alemã. No entanto, tinha esperanças que a França conseguisse se sustentar até receber ajuda dos britânicos e russos, “caso isso acontecesse, afirmou [...] que a Alemanha não ganharia a guerra” (PASTORE, 2002, p. 47). Outra pontuação de Mesquita, segundo Pastore, seria que devido à não conseguir dominar Paris, os alemães seguiriam para o norte, buscando dificultar a entrada de suprimentos e desembarque de tropas britânicas, desenvolvendo assim, a *Corrida para o Mar*.

Com o fim da guerra e o armistício, os boletins sobre o conflito cederam lugar para as “consequências desastrosas da gripe espanhola, que fez milhares de vítimas no Brasil, incluindo alguns membros da redação de OESP” (SODRÉ, 1999, p. 346). Desta forma, durante o conflito, *OESP* não se omitiu na defesa dos Aliados, sempre ressaltando os valores liberais. Contudo, esse impasse entre democracia e liberalismo nem sempre foi mantido pelo jornal, compreendendo quando deveria acatar certas medidas para defender seus interesses, afinal, a “defesa dos valores liberais e da democracia não excluíram as referências claras sobre a necessidade de reprimir a comunidade alemã no Brasil, considerada perigosa aos interesses nacionais” (SOUZA, 2015, p. 271)

O ingresso do Brasil na Primeira Guerra Mundial fez surgir certa esperança de ascensão da diplomacia brasileira, com a participação da Liga das Nações posteriormente. Ocorreu um aumento nas negociações comerciais entre Brasil e Estados Unidos, mantendo uma balança comercial favorável durante e após o conflito, como destaca Cervo (2002). Assim, se por um lado ocorreu uma crise agroexportadora, por outro, surgiu um surto industrial para substituir as importações (BERTONHA, 2011, p. 111).

O Estado brasileiro optou pela neutralidade nos anos iniciais do conflito até 1917, quando as tensões com a Alemanha aumentaram devido ao bloqueio naval imposto pelo país. “Quando, em abril de 1917, entraram no conflito os Estados Unidos, país com o qual o Brasil tentava estabelecer uma aliança especial desde anos antes, as pressões internas para a entrada na guerra cresceram” (BERTONHA, 2011, p. 104). Se anteriormente, alguns setores do exército eram simpatizantes aos alemães, enquanto as elites iam de encontro aos ideais aliados, com o ataque aos navios brasileiros, a situação se agravou, promovendo ataques as empresas alemãs, conforme o autor supracitado.

Os reflexos do conflito na economia brasileira são destacados por Cervo (2002, p. 211) que comenta sobre a crise agroexportadora nos primeiros anos do conflito, resultado da dificuldade de exportação do café, não enquadrado pela Grã-Bretanha como um gênero de primeira necessidade em períodos de guerras. Com a redução da entrada de capitais através de exportações, as importações tornam-se controladas, procurando evitar o aumento da dívida externa. Para tanto, o desenvolvimento da industrialização⁴⁰⁴¹ passa a ser pauta nas propostas

⁴⁰ Dividido em quatro períodos: Primeiro período de 1508-1808 (Proibição); Segundo período 1808-1930 (Implantação); Terceiro período 1930-1956 (Revolução Industrial); e o Quarto período após 1956 (Internacionalização)

⁴¹ Para aprofundamento no debate sobre a industrialização brasileira, sugerimos: SAES, FLÁVIO A. M. DE. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 3, p. 20-39, 1989.

governamentais. Avulta-se que durante e após o conflito, “o saldo da balança comercial brasileira foi favorável. Ao mesmo tempo que o país importava menos, em razão da desorganização da produção européia, aumentaram suas exportações” (CERVO, 2011, p. 212).

Quanto à imprensa, esta passa a se interessar com a possibilidade de manipulação do poder e influência das decisões das elites, o que se torna evidente quanto ao *OESP* e seu posicionamento pró-aliados⁴², o jornal se torna de grande utilidade e com uma ampla cobertura do conflito, além de passar a ter uma maior interação com a sociedade. Os boletins se tornam úteis não apenas para os estudos históricos focando no conflito básico, mas em determinados aspectos derivados, como o abordado por este trabalho.

Mesmo com este novo formato de apresentação nas informações ao público, os jornais não deixam de ser agentes políticos na sociedade brasileira, afinal, opinam sobre grandes temas nacionais e mundiais e “posicionavam-se ao privilegiar a veiculação de material enviado por determinadas agências noticiosas internacionais” (SOTANA, 2008, p. 1). Dessa forma, a mídia não pode ser considerada por completo imparcial, já que carrega valores e está incluída em um jogo político, não sendo somente um veículo de informação, como menciona Capelato (1980).

OESP, objeto selecionado para este trabalho, demonstra sua parcialidade colocando-se pró-aliados, e, como constatado com a pesquisa, apropriando-se do fato dos massacres de armênios no seu ápice, enquanto países como Inglaterra e França, estavam em desalinho com o Império Otomano.

Enquanto o interesse de dividir o Império Otomano estava vívido entre as potências, nota-se grande gama de notícias (principalmente de agências que passavam pelos territórios aliados) sobre as barbáries otomanas com uma população cristã (armênios), para posteriormente a 1920 (ano do Tratado de Sèvres que dividiu o território otomano entre Inglaterra e França), o tema possuir queda nas páginas do jornal.

⁴² Souza (2014, p. 269) destaca uma importante passagem do jornal: “Felizmente, como temos novo piloto ao leme da nossa diplomacia, o barco brasileiro segue rumo certo: vá cada um para o seu destino. O nosso é estabelecer solidariedade, a todo o risco, com o grupo dos Aliados. Se eles se salvarem, salvar-nosemos; se eles perecerem, pereceremos. Acabou o predomínio do egoísmo nacional porque prolongá-lo seria humilhação intolerável a que não se sujeitam senão as nações sem passado e sem direitos a contar com o futuro. (...) Nem nos parece inconciliáveis os dois métodos entre os quais o Congresso hesita: ir primeiro para os Estados Unidos e depois com eles para a Europa, ou irmos todos já para o ponto em que os ideais se confundem, tudo é ir para o dever. Seja por onde for, vamos bem”. (“A nossa vez chegou”, *OESP*, 18 de maio de 1917).

2.2 A imigração otomana para o Brasil

Em 1870, o Brasil possuía diplomatas em cerca de trinta países, com vinte e seis representantes estrangeiros em solo brasileiro. Já o Império Otomano, no mesmo período, possuía um Ministério das Relações Exteriores no qual os

serviços diplomáticos otomanos cobriam apenas um rol de dez países, mas eles asseguravam de alguma forma uma conexão eficiente com grandes capitais, como Londres, Paris, Viena, São Petersburgo, Berlim, Washington e Roma” (GOLDFELD, 2012, p. 72).

As relações diplomáticas entre o Império Otomano e o Brasil, tiveram início com a assinatura do Tratado Bilateral de Amizade e Comércio (1858). No entanto, ainda em 1849, o Império Otomano indicava João Samuel como cônsul no Rio de Janeiro, e somente em 1908 foram criados consulados do Império no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A partir do final do século XIX e início do XX, as relações entre o Império Otomano e o Brasil tenderam a se fortalecer com a imigração de otomanos para o nosso país, como árabes provenientes da Grande Síria e, posteriormente, gregos e armênios. Mesmo com uma política imigratória brasileira que visava à mão de obra para a agricultura, tais imigrantes não se encaixariam no modelo pré-determinado. Como recorte, busca-se abordar, de maneira geral, a imigração otomana para o Brasil, focando, então, especificamente na imigração armênia, suas principais características e o contexto de relações com o Império Otomano.

O Império Otomano, mesmo como instituição teocrática muçulmana, permitia a autonomia de seus súditos perante o pagamento de impostos, a partir de um sistema de organização próprio, o *millet*.

Dessa forma, os líderes dos *millets* eram responsáveis por fazer seus seguidores obedecerem às leis com o sultão e classe governante, enquanto cumprissem este propósito, teriam pouco contato com o governo, que só intervinha quando tais obrigações não fossem cumpridas. Afinal “os *millet* funcionavam como pequenas teocracias, exercendo o líder espiritual poder civil, fiscal, educacional e até mesmo jurídico sobre seus seguidores.” (BOGOSSIAN, 2011, p. 33).

O sistema de *millets* sobreviveu até o colapso do Império Otomano e, conseqüentemente, a Primeira Guerra mundial, sendo que os acontecimentos internos afetaram seu funcionamento e suas relações com o poder otomano, o que explica parte dos motivos de emigração. Outros motivos estavam nas guerras entre os Russos e os Otomanos (1806), ocorridas ao longo do século, que proporcionaram o deslocamento de grandes grupos

provenientes de regiões como da Criméia, Balcãs e Cáucaso, para a Anatólia e Grande Síria, por exemplo.

Entre algumas das exigências estavam a obrigatoriedade do recrutamento militar, já determinada no Tanzimat (1843), no entanto os membros dos *millets* mantinham-se isentos desde que pagassem uma taxa, como reforça Quataert.

Os não muçulmanos, por seu turno, recusaram-se a servir no exército (apoiados pelos seus patronos das grandes potências); com efeito, só se alistaram em 1908 por ocasião da Revolução dos Jovens Turcos. Quando o novo regime otomano tomou a peito a aplicação da lei do recrutamento aos cristãos, muitos mostraram o seu desagrado emigrando para o Novo Mundo (QUATAERT, 2008, p. 70).

Já em 1909, com a alteração constitucional que levou a obrigatoriedade do recrutamento a todos os membros dos *millets* e a necessidade de soldados para as Guerras Balcânicas, os súditos não muçulmanos passam a migrar. Contudo, frisa-se que a migração não era exclusividade devido às guerras, “a necessidade econômica, [...], já havia feito um número expressivo de gregos, ‘sírios’, armênios e judeus procurarem melhores oportunidades em cidades como Alexandria, Cairo e Marselha” (GOLDFELD, 2012, p. 160-161). Desta forma, com uma imigração que se iniciou em meados do século XIX e início do XX, os súditos otomanos imigraram tanto para a Europa quanto para as Américas. Procurou-se abordar algumas das etnias que se dirigiram ao Brasil, como os sírios e libaneses, gregos e judeus. Os armênios também estão englobados nesta situação, portanto, serão abordadas suas características no próximo tópico.

Entre os grupos étnicos que adentraram no Brasil sob o registro do Império Otomano, estão os sírios, libaneses, gregos, armênios e judeus. Esta imigração ocorreu ao lado da oficial, não contou com subsídio do governo.

É bastante recorrente nos depoimentos concedidos por imigrantes oriundos da Grande Síria que estes quando começaram a chegar na década de 1870 vinham por conta própria e que quando já contavam com certa estabilidade financiavam a vinda de parentes (GOLDFELD, 2012, p. 163).

Contudo, Souza (2007) ressalta que, como nem todo imigrante era subsidiado pelo governo, este deveria arcar com suas próprias despesas, fato que ocorreu com os árabes. Com uma viagem que durava em média 40 dias, com paradas em cidades europeias para se obter o visto de entrada no país escolhido, vários imigrantes eram enganados, acreditando ter comprado a passagem completa, que na verdade os levava apenas até certo ponto do trajeto.

Com isto, optavam por permanecer na cidade e trabalhar para completar a viagem, ou acabavam se tornando mendigos, fato que era preocupante para a Sublime Porta, que buscava zelar por sua imagem.

Assim, a imigração grega para o Brasil iniciou em meados de 1841, de forma menos expressiva, mas ainda assim contando com um total de 50.000 imigrantes gregos no Brasil (KATCIPIS, 2014, p. 17). Tais gregos eram oriundos tanto de territórios otomanos quanto da própria Grécia⁴³ ou ainda de regiões gregas sob domínio europeu.

As primeiras famílias gregas a se estabelecerem no Brasil, aparentemente, foram os Calógeras e os Ralli, no Rio de Janeiro. A primeira era oriunda de Corfu e a segunda de Chios, e ganharam certo destaque tanto no serviço público brasileiro como no comércio internacional do café (GOLDFELD, 2012, p. 165).

Entre os estados escolhidos para se situarem, está Santa Catarina. Neste estado, a colonização iniciou por volta de 1883, quando o capitão Savas Nicolau Savas, oriundo de Kastelorizo, retornando de Montevidéu faz uma parada em Desterro (KATCIPIS, 2014, p. 33). A autora Goldfeld (2012) menciona também a família Diakopoulos, natural de Esmira, que se instalou no Mato Grosso e passou a explorar o comércio de madeira no início do século XX, posteriormente, trabalhando com exportação e importação.

Outra etnia proveniente em partes de terras otomanas são os sírios e libaneses, estes participaram de uma imigração espontânea, na qual não havia subsídio do governo. Em sua maioria eram jovens, que se instalando nas cidades, procuravam juntar certo capital para regressarem a sua terra natal, ou, trazer suas famílias.

A imigração síria começou em meados de 1870 da província da Grande Síria⁴⁴, no entanto, os registros do Arquivo Nacional determinam o ano de 1885, fato compreensível diante da variedade de declarações de etnia ocorridas, afinal, nem todos os imigrantes se declaravam otomanos, “alguns [...] se declaravam ‘turcos’, outros ‘sírios’ e outros ainda ‘libaneses’, ‘árabes’ e ‘egípcios’. São poucos os casos daqueles que foram identificados no porto do Rio como simplesmente ‘otomanos’” (GOLDFELD, 2012, p. 167).

Após a estadia de D. Pedro II na Grande Síria, o Brasil já contava com “imigrantes de sobrenome Mizziara, Estefno, Maluf [...] percorrendo o interior [...] mascateou [...] com

⁴³ Independente em 1830.

⁴⁴ A Grande Síria, como destaca Martins (2010, p. 15), o Império Otomano conquistou parte da Europa, Ásia e África, sendo este o caso da região da Grande Síria, que era responsável por parte considerável da receita do Império.

pequeno comércio na região da Rua 25 de Março, [...] e na Rua da Alfândega, no Rio.” (GOLDFELD, 2012, p. 168).

Inicialmente, vindos em pequenos grupos, instalaram-se no Brasil e desenvolveram comunidades que contavam até mesmo com jornais. Desenvolvendo a atividade de mascatagem, muitos juntam capitais e retornam para suas cidades natais, no entanto, o receio da convocação por parte do exército otomano, influenciou nas decisões de retomada às Américas. Desta forma, aos poucos tais imigrantes passam a se organizar em uma coletividade, desenvolvendo instituições humanitárias, recreativas e de benemerência, instituindo uma comunidade ainda no final do século XIX.

Por fim, a imigração judaica para o Brasil ocorreu de forma descontínua, iniciada no período colonial com os cristãos-novos, se estendendo pelos séculos XVI e XVII. Vale ressaltar que, “o verdadeiro movimento emigratório por parte dos judeus otomanos se deu a partir das sérias modificações ocorridas na virada do século XIX para o XX, em especial após a ascensão dos Jovens Turcos em 1908” (GOLDFELD, 2012, p. 175).

Assim como ocorreu dentro de outros *millets*, a obrigatoriedade da convocação militar pesou na decisão de emigrar, bem como a questão econômica decorrente dos problemas internos do Império Otomano.

Os judeus otomanos que imigraram para o Brasil no final do século XIX se estabeleceram no Rio de Janeiro e no estado de São Paulo, em cidades como Franca e Campinas, e, posteriormente, seguiram para a capital. Entre algumas personalidades conhecidas, estão o apresentador de televisão Silvio Santos e o historiador Boris Fausto, cujos antepassados vieram de regiões como Salônica e Esmira.

Enfim, tais imigrações estavam dificultadas desde 1880, quando o Império Otomano receava a perda de impostos e população, bem como temia macular sua imagem no exterior com um imigrante pobre vivendo em condições precárias. Além disso, o governo receava ainda os planos revolucionados moldados no exterior por parte dos emigrados. Mesmo assim, a imigração não foi suspensa, de 1870 até o final da Primeira Guerra Mundial, o número de imigrantes foi estipulado numa média total de 70 mil a 80 mil otomanos que ingressaram no Brasil, entre eles, judeus, muçulmanos e armênios.

Todavia, a imigração otomana para o Brasil encontrou certos obstáculos quanto à política migratória brasileira, afinal, ocorriam extensos debates quanto à imigração como alternativa à mão de obra escravas e as seleções de determinados tipos de imigrantes, desejados pelo governo. A imigração europeia intensificou-se no final do século XIX e

atingiu o ápice no início do século XX, “Entre 1881 e 1915, cerca de 31 milhões de imigrantes chegaram às Américas” (KLEIN, 2000, p. 25). Já Fausto (1995), relata que aproximadamente 3,8 milhões de estrangeiros ingressaram no Brasil entre 1887 e 1930, sendo que entre 1887-1914 concentrou o maior fluxo, com aproximadamente 2,74 milhões, devido à necessidade de mão de obra para as lavouras de café. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a demanda diminuiu consideravelmente, sendo retomada após 1918 e se prolongando até 1930. As regiões que receberam mais imigrantes foram Sul, centro-sul e leste. Em 1920, segundo Fausto, 93,4% dos imigrantes habitavam essas regiões, tendo São Paulo se destacado pelas facilidades oferecidas pelo governo (passagem e alojamento) e oportunidades de trabalho.

Assim, os debates sobre a imigração englobavam tanto a mão de obra, quanto a busca de uma legitimação na construção de uma identidade nacional próxima à europeia. Mesmo com o foco da imigração sendo a Europa, outros povos também se deslocaram para o Brasil. Contudo, a imigração de não-europeus não era bem vista pela política em vigência, como destaca Grün⁴⁵. Assim, Goldfeld (2012, p. 163) ressalta que “trata-se de uma imigração que em momento algum contou com o apoio oficial do governo brasileiro.”

O perfil de imigrantes desejados no final do século XIX eram agricultores, colonos e artesãos, adeptos da ideia de viver em colônias, focando na região sul do país e nos cafezais paulistas. Para auxiliar na fiscalização foi criada a Sociedade Central da Imigração (1883), que buscava vetar a entrada de imigrantes não enquadrados nas características objetivadas, como os súditos otomanos.

A política brasileira era guiada rumo ao branqueamento racial baseado em auxílios como o decreto 528, de 28 junho 1890, que buscava, entre outros, organizar a entrada no país de

indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas (BRASIL, 1890).

Tal decreto ainda relata sobre a necessidade de contribuição por parte dos diplomatas de dificultar o ingresso de imigrantes da África e Ásia, “e, caso falhassem, a polícia dos

⁴⁵Em 1934, no decorrer da Assembléia Constituinte ocorreram debates sobre a política imigratória brasileira, baseados no principio do eugenismo, deputados brasileiros tentavam impedir a continuidade da imigração japonesa para o Brasil, sob o argumento de que estas etnias orientais-mongólicas eram inassimiláveis. “A partir das demandas da Liga das Nações [...] armênios acabavam entrando no debate como *outros* exemplos negativos, considerados indivíduos de pouca contribuição potencial para o progresso do país” (GRÜN, 1992, p. 33-34).

portos impediria seu desembarque ‘bem como dos mendigos e indigentes’” (GOLDFELD, 2012, p. 165). Fato também mencionado por Kechichian (2000, p. 32), quando no início da imigração, ainda no século XIX, os imigrantes aportavam no Rio de Janeiro, após chegarem da Marselha eram conduzidos para a Ilha das Cobras, a fim de proceder alguns exames.

Todavia, de acordo com Lesser (2001, *apud* Souza, 2007, p. 55) este discurso tinha uma dupla realidade, se por um lado eram desejáveis imigrantes brancos visando o branqueamento e progresso cultural em termos europeus, por outro lado, alguns receavam a vinda de imigrantes ligados a lutas trabalhistas, por isso reconsideraram a ideia e passam a apoiar imigrantes não-europeus, como árabes e asiáticos.

Por fim, a simpatia pelo Brasil, por parte dos otomanos, aumentou com a visita de D. Pedro II à Grande Síria, sendo que este conheceu várias instituições de ensino cristãs e doou aproximadamente 15 mil francos para custear estudos de crianças carentes em Jerusalém, “fazendo assim que muitos o admirassem e simpatizassem com este país tão distante, mas que se mostrou tão amigo através de seu imperador” (GOLDFELD, 2012, p. 168).

Dessa forma, a imigração otomana para o Brasil, que encontrando obstáculos em determinados momentos devido a política migratória brasileira, foi intensificada no final do século XIX e início do XX, devido a política constitucional sobre o recrutamento obrigatório do súditos não muçulmanos, em que estes passam a migrar do IO e entre seus destinos, estavam as Américas. Dessa forma, entre os súditos otomanos, que adentraram em solo brasileiro, estão os armênios, cuja massa mais expressiva adentrou no território após 1920.

2.3 Imigrantes armênios no Brasil

A imigração armênia para o Brasil esta englobada em um contexto maior identificado como diáspora armênia. Mesmo existente desde 1375⁴⁶, tal termo é recorrentemente utilizado para classificar o momento de saída da população para outras regiões e países, fugindo dos massacres ocorridos pelo Império Otomano.

O marco inicial da diáspora refere-se a data de 24 de abril de 1915, quando o governo otomano ordenou a prisão e execução de aproximadamente 250 intelectuais apenas em Constantinopla. Assim, com os decorrentes massacres, os sobreviventes e os fugitivos imigram para outros países, como Síria, Líbano, França, Estados Unidos, Argentina, Brasil, entre outros.

⁴⁶ Conquista do Reino Armênio da Cilícia pelos mamelucos.

Quando emigraram, os armênios carregaram consigo uma carga cultural, o que possibilitou, em seus países receptivos, a reconstrução, de certa forma, das instituições que possuíam em suas cidades no território otomano. Contudo, esse processo não ocorre sem trocas com a cultura do país em que passam a residir, mesmo que com resistências, como o caso da Comunidade Armênia de São Paulo.

Os primeiros imigrantes (tanto armênios quanto de outras etnias) enxergavam a América como a terra das oportunidades, sendo desconhecida a realidade, baseada em uma imagem idealizada. Dessa forma, pautados na prosperidade dos vizinhos sírios e libaneses, que imigraram para a América e retornaram as suas cidades, com relevante prosperidade, os armênios procuraram seguir seu exemplo.

Dessa forma, a imigração armênia para o Brasil ocorreu em dois momentos no final do século XIX e início do XX, “a primeira delas, bem pouco documentada, data do final do século passado, quando imigrantes tinham como alvo principal o trabalho nas obras dos portos do Rio de Janeiro e de Santos” (GRÜN, 1992, p. 19).

Os imigrantes que chegaram ao Brasil desembarcaram em Santos (SP), seguindo para as cidades de São Paulo ou Rio de Janeiro, locais em que se estabeleceram. Havia também os que entravam pelo Uruguai (KECHICHIAN, 2000) e seguiam pelo Rio Grande do Sul, até atingir São Paulo, principalmente a cidade de Osasco, onde havia uma comunidade mais volumosa. “Um número consideravelmente menor de refugiados instalava-se em outros estados, como Ceará ou Mato Grosso, nos quais atualmente existe uma pequena população de descendentes de armênios” (BOGOSSIAN, 2011, p. 39).

Estes primeiros imigrantes com a atividade de mascates (comércio ambulante) conseguem acumular certas fortunas e posteriormente, instalar indústrias relevantes para a época, como a *Gasparian & Fileppo* e o *Lanifício Varam*.

Foi justamente a atividade de mascate que permitiu, de início, que os armênios se inserissem economicamente nos países da América do Sul. A pouca necessidade de habilidades específicas para a realização da mascateação, incluindo o conhecimento básico do idioma, permitiu esses imigrantes se aventurarem pelo interior até chegar as regiões rurais e urbanas que favorecessem o desenvolvimento comercial. Assim, os primeiros armênios chegaram a São Paulo nas décadas de 1900 e 1910, mas, sobretudo, na década de 1920, estabelecendo-se no centro da cidade, junto com os sírios e os libaneses, nas imediações da Rua 25 de Março (LOUREIRO, 2012, p. 110)

Já a segunda fase da imigração ocorreu em meados da década de 1920, em que a maioria dos imigrantes eram sobreviventes dos massacres de armênios. Como imigrantes em situações precárias devido ao confisco de bens das famílias antes de serem levadas para os

campos de refugiados, tais pessoas eram acolhidas pelos seus conterrâneos já estabelecidos no Brasil.

Eles foram recebidos pelos seus antecessores da primeira leva, que estavam formando organismos de ajuda aos recém-chegados [...] Em torno da igreja apostólica, destacando-se o conselho dos quarenta, que reunia os principais integrantes da colônia engajados na ação comunitária na época (GRÜN, 1992, p. 22).

Os dois grupos significativos no Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro) possuem certas diferenças quanto à sua organização. Por exemplo, os armênios que se situaram em São Paulo, desenvolveram um grupo característico marcado por fortes laços de identidade, diferente dos que se estabeleceram no Rio de Janeiro, que mesmo possuindo laços acabaram sendo assimilados por outros grupos de imigrantes tanto do Oriente Médio quanto do Império Otomano, como os sírios, libaneses e palestinos, que já continham certa coletividade no local. Dessa maneira, “em vez de fundarem as suas próprias instituições, os armênios freqüentavam aquelas fundadas por esses povos *árabes*, tais como a Igreja Ortodoxa Antioquina e o Clube Monte Líbano, as quais possibilitavam a socialização entre os membros da *colônia*” (BOGOSSIAN, 2011, p. 39).

Já os armênios de São Paulo desenvolveram um sistema de laços comunitários, reforçando sua identidade e dificultando a assimilação seja pela reprodução de posições, como ocorreu na questão comercial e em aspectos culturais e de tradição. No entanto, essa forma diferente de organização deve-se, como ressalta Grün (1992), a nova leva imigratória ocorrida em meados de 1910, caso contrário, os imigrantes estabelecidos no final do século XIX, poderiam ser assimilados, como ocorreu com o grupo do Rio de Janeiro.

Ao seguirem para a cidade, Grün (1992) comenta que os imigrantes eram divididos em dois grupos: os de vocação urbana que lhes era sugerido se instalar em Santana, partindo para o setor calçadista e a fabricação artesanal. O outro grupo era considerado de vocação rural, seguiam para Presidente Altino, se dedicando à criação de gado leiteiro e a fabricação de coalhadas e iogurtes.

Este armênio de vocação urbana possuía seu ramo de trabalho nos setores calçadistas, têxtil ou metalúrgico, “a Rua São Caetano [...] Foi, durante a maior parte do século, a “Rua das Sapatarias”. Ali se concentrava um núcleo de comerciantes armênios dedicados ao ramo” (GRÜN, 1992, p. 23). Como São Paulo era o foco destes imigrantes, ali “encontravam-se aproximadamente 200 estabelecimentos comerciais e industriais por volta de 1936” (KECHICHIAN, 2000, p. 53).

Destacando-se no ramo de calçados, estes imigrantes focaram na produção para classes baixas, com produtos de baixo preço e qualidade. Já nos anos de 1920, com um núcleo de fabricantes de calçados, os imigrantes desenvolveram uma rede de posições na indústria e no comércio, que ajudaria na inserção do imigrante recém-chegado. Esta inserção no mercado de trabalho feita pelos próprios conterrâneos, que persuadia o imigrante a receber como parte do salário, moldes de calçados de coleções anteriores e matérias-primas não selecionadas, o que de certa forma, lhe proporcionava confeccionar seus próprios calçados e começar a comercializá-los.

Uma vez chegado e instalado mais um armênio no ramo de calçados de São Paulo, ele ia à igreja, era apresentado aos Riskallah e outros nomes bem estabelecidos e a partir daí recebia créditos em mercadorias para fixar-se ou aumentar seus negócios (GRÜN, 1992, p. 49).

Além de receber crédito dos conterrâneos e lhe comprarem insumos, parte desta produção era vendida ao próprio conterrâneo,

mais um armênio significava um aumento de mercado potencial para os produtos armênios já estabelecidos; o armênio (ainda) descapitalizado tinha possibilidade de gerar um ciclo de negócios (produção/venda/recebimento), para depois pagar pelos insumos ou produtos finais (GRÜN, 1992, p. 52).

O papel da igreja era fundamental para firmar estas relações, o que possibilitou a criação de uma rede hierarquizada. Este imigrante armênio era inserido com mais facilidade no ramo de calçados, já que receberia ajuda e certo adiantamento, que deveria ser aplicado apenas na confecção dos sapatos.

Assim, alguns armênios de São Paulo se dedicavam na produção de calçados, como concordam Grün e Kechichian (2000). O apresso por esta atividade remete ao fato de ser uma das atividades desenvolvidas por seus antepassados que, vivendo em “uma área de montanhas e extremamente rochosa, a armênia se especializou na criação de gado caprino, do qual obtinha leite, carne e couro” (BOGOSSIAN, 2011, p. 42). Assim, após imigrarem, procuraram manter o mesmo ramo de atividade já desenvolvido em sua terra natal, já que exigiria um investimento menor. Desta forma, com o progresso do setor, a atividade se tornava predominante entre os membros, que para manter a tradição, repassavam os costumes aos seus descendentes.

Quanto a questão cultural e reprodução de posições dentro da comunidade armênia, vários descendentes seguiam os passos profissionais de seus antecessores. Ainda com 12

anos, aproximadamente, os filhos passavam a ajudar os pais nas suas respectivas lojas, o que lhes motivava a prosseguir no mesmo ramo de comércio e fortalecia seus laços culturais.

Este aspecto de reprodução de identidades era incentivado pela igreja dentro da colônia armênia,

o papel central da igreja na vida dos armênios é um traço que percorre toda sua diáspora. [...] Os armênios tinham, no seu corpo eclesiástico, a única instituição perene, capaz de zelar por suas tradições culturais e mesmo por sua língua. (GRÜN, 1992, p. 9).

A igreja possuía um papel importante na conservação da identidade na comunidade, não apenas pela ajuda na inclusão econômica do imigrante recém chegado, lhe apresentando pessoas influentes, mas também quanto à educação das crianças, já que a igreja apostólica e a igreja católica possuíam colégios em anexo as suas dependências, contanto com o ensino do idioma e a história de seu país natal. Como cita Silva (2000), a identidade é um processo de produção, estando ligada às estruturas narrativas e discursivas, bem como, conectada as relações de poder. “O outro cultural é sempre um problema, pois coloca permanentemente em xeque nossa própria identidade” (SILVA, 200, p. 97)

Com o passar das décadas, essa manutenção de identidades foi abalada pelas novas gerações, que afrouxavam as tradições e levavam novos costumes para a comunidade. Além de seguirem novos ramos comerciais com as especializações em universidades, que gerou certo anti-intelectualismo dentro da comunidade, passaram também a adotar o casamento inter-étnico, já que “nas decisões sobre casamento, estão em jogo os quesitos mais diretamente associados à reprodução social e étnica” (GRÜN, 1992, p. 73).

O enriquecimento financeiro de algumas famílias armênias possibilitou, futuramente, o rompimento de algumas tradições dentro da colônia. Com as novas gerações nascidas no Brasil, estas se dedicam a outros ramos devido aos estudos superiores e contato mais assíduo com a sociedade brasileira. “opções que não seriam possíveis não fosse a inserção social possibilitada pelo sucesso da atividade inicial”, como menciona Bogossian (2011, p. 84).

Outro ponto foram os casamentos dentro da colônia. Como pontua Grün (1992), os casamentos deveriam ocorrer apenas entre os membros da colônia, contudo, ocorria nas primeiras gerações, casamentos com brasileiras, não somente no Rio de Janeiro como também em São Paulo. Bogossian (2011) ressalta que este fato se deve à forma diferente de inserção dos armênios no Rio de Janeiro, sendo considerada também a colônia síria e libanesa. Grün (1992) comenta ainda que normalmente, os casamentos arranjados eram

incentivados com os próprios funcionários da empresa, que possivelmente eram descendentes de armênios, o que levava a uma continuidade da tradição.

Se eu pego uma moça armênia, eu sei que tem mais chances de dar certo o casamento: eu sei quem é a família, como foi a criação dela, que meu filho teve uma educação parecida [...] Eu incentivo o menino, mas quem vai conhecer a moça e ver se gosta é ele... (GRÜN, 1992, p. 78).

Com as novas gerações, esta característica de casamentos entre armênios começa a ruir. Contudo, mesmo estas gerações assumindo uma postura mais crítica quanto às tradições de seus precursores, os casamentos entre armênios não se encerram por completo, receando a perda da “armenidade”.

Por fim, com relativa estabilidade no século XIX, o *millet* armênio dentro do Império Otomano passa a sentir as consequências dos problemas internos do governo, como o crescente nacionalismo, tanto quanto aos jovens turcos quanto dentro da coletividade, a situação aparentemente iria mudar após os massacres hamidianos. Contudo, a situação se torna catastrófica e os armênios passam a serem perseguidos dentro do Império Otomano sob comando do Comitê União e Progresso, que viam nestes um empecilho para uma nação otomana forte e homogênea.

Com os decorrentes massacres, vários indivíduos decidem imigrar, buscando refúgio (e novas oportunidades) em outros países, como o Brasil. Ao se instalarem no Brasil, seguiram caminhos diversos, algumas comunidades são assimiladas, enquanto outras reforçam suas características e buscam evitar a quebra de suas tradições, como a comunidade de São Paulo. Por fim, possuindo uma comunidade relativamente pequena, mas que prosperava economicamente como menciona Grün e Kechichian.

Dessa forma, constata-se com o trabalho que o jornal OESP se destaca no período da Primeira Guerra Mundial, devido à sua ampla cobertura dos fatos, noticiando informações vindas principalmente da França a respeito dos massacres de armênios ocorridos majoritariamente no período da Guerra. Tais notícias são recebidas pela população que incluía a comunidade armênia no Brasil, mas como uma comunidade pouco expressiva, não possuía poder político e econômico para influir no OESP.

No próximo capítulo será examinado como tais massacres ocorridos durante o século XX, por parte do Império Otomano, repercutiram de maneira considerável dentro do Brasil, como se percebe devido à quantidade de matérias divulgadas sobre o caso pelo jornal *OESP* buscando levantar hipóteses sobre os motivos implícitos do OESP em divulgá-los.

CAPITULO 3 – O ESTADO DE S. PAULO E O MASSACRE ARMÊNIO

3.1 - O Estado de S. Paulo – Considerações sobre o editorial

As notícias divulgadas pelo *OESP* provinham, em sua maioria, da França, logo, é evidente o posicionamento associado às potências da época, como Inglaterra, França e Estados Unidos, partilhando ideias e concepções simpáticas à Entente, em detrimento da visão dos otomanos, vistos como bárbaros e incivilizados.

Ao longo de sua história, a tiragem média diária do jornal ficava em torno de 10.000 exemplares em 1896, crescendo para 18.000 exemplares em 1897 devido ao interesse do leitorado sobre a Guerra de Canudos, posteriormente, a tiragem ficou em torno de 35.000 exemplares, com edições diárias no ano de 1916⁴⁷.

Esse aumento de tiragem deve-se a cobertura da Primeira Guerra Mundial, particularmente dada por Júlio Mesquita, editor das colunas que abordavam o tema, como *A Conflagração* e *Boletins Semanais*.

Dessa maneira, não somente durante os massacres armênios de 1915 a 1917, cujo número de vítimas foi mais significativo, o jornal *OESP* passa a divulgar amplamente os massacres, bem como a situação interna do IO.

Assim, acredita-se que o jornal enfocou tais episódios, baseando-se na opinião europeia como forma de antagonizar as características civilizadoras da Entente/América, de seus bárbaros rivais, pelo período em que defender uma população cristã massacrada pelos otomanos poderia ser útil para submeter o IO.

Por mais que os massacres, em grande maioria, sejam abordados com explícito vitimismo, *OESP* menciona formas de resistência e revolta, que serão abordados ao longo do texto. Por fim, nota-se que mesmo se posicionando pró-aliados e pró-armênios, ocorreram (raros) casos do jornal *OESP* se colocar contra ambos.

3.2 – Análise do massacre armênio na pauta do jornal O Estado de S. Paulo

Precedendo a análise de conteúdo propriamente dita das matérias d'O Estado de São Paulo, cabe ressaltar alguns aspectos importantes referentes à história da imprensa no Brasil e

⁴⁷ O site do Estadão conta com uma linha cronológica referente á informações editoriais. Para mais, ver: <http://site.estadao.com.br/historico/cronologia/crono1.htm>

à própria carga teórica da análise envolvida, devido à metodologia escolhida, faz-se necessário a distinção entre os métodos para a melhor compreensão da forma de abordagem das notícias.

Segundo Renée Zicman (1985, p. 91)

Até 1945-50, a Imprensa Brasileira caracteriza-se por pequenas empresas com capitais e negócios limitados e gestão improvisada, **primando por suas posições políticas**: o que se costuma chamar de “Imprensa de Opinião”. Esta Imprensa tinha características claramente políticas e apaixonadas, ultrapassando a simples função de “espelho da realidade” para tornar-se um instrumento ativo de opinião pública. [grifo nosso].

Essa situação de grande politização dos meios jornalísticos é confirmada por Corrêa,

Como se sabe, a imprensa, durante o período imperial (pode-se dizer que até os primeiros anos da República), era um foro de poder informal, vinculado ao governo e à organização partidária. [...] As colunas dos jornais eram usadas para escrever anonimamente o que não podia ser dito publicamente na Assembléia, Senado ou Câmara, constituindo um fórum de discussão alternativo à tribuna. (2009, p. 139)

Desta modo, não é de se estranhar que, como será possível verificar adiante, *OESP* tenha tomado posições políticas de maneira explícitas, uma postura reforçada pelo fato d’*O Estado* ter sido um dos raros jornais oposicionistas em plena atividade durante a República Velha.

No que se refere à análise de conteúdo, cabe entender, inicialmente, do que se trata e qual sua utilidade no presente trabalho, além de ser necessário explicitar as diferenças conceituais mais importantes desse tipo de estudo comparado à análise do discurso. Segundo Capelle, (2003, p. 13)

De forma mais geral, percebe-se que a análise de conteúdo toma o texto como documento restrito a ser compreendido e como ilustração de uma situação, limitada a seu próprio contexto. Nesse caso, ela parte da estrutura do texto para interpretá-lo. Por outro lado, a análise do discurso considera que a situação está atestada no texto e busca mais a compreensão do processo produtivo do discurso do que a interpretação do texto como um fim em si mesmo. [...] ou seja, **a análise do discurso não visa o que o texto quer dizer, como é a posição da análise de conteúdo em face de um texto, mas como ele funciona diante de um determinado contexto social e histórico.** [grifo nosso].

Tendo em vista esta distinção conceitual, interessa, sobretudo, o desenvolvimento histórico das informações que foram veiculadas pelo *OESP*. Embora os motivos pelos quais determinadas matérias tenham ou não sido publicadas e a forma discursiva como as políticas turcas e a questão armênia tenham sido noticiados sejam importantes, o interesse maior do

presente trabalho reside mais nas informações veiculadas do que nas pretensões ideológicas do jornal em questão.

Mais especificamente, interessa-se em fazer o que Zicman chamou de análise temática, desenvolvendo nossa investigação a partir de certos “*temas ou itens de significação* relativos a um determinado objeto de estudo e analisados em termos de sua presença e frequência de aparecimento nos textos analisados” (1985, p. 95).

Capelle (2013) adota uma terminologia ligeiramente diferente, categorizando a supracitada análise temática como uma abordagem de raízes mais positivistas e estatísticas, de tal sorte que, sob o olhar dessa autora, influenciada por Bardin e Minayo (2000), o presente estudo seria melhor entendido como uma análise da expressão, isto é:

[...] um conjunto de técnicas que trabalham indicadores (estrutura da narrativa) para atingir a inferência formal. A análise da expressão parte do princípio de que há uma correspondência entre o tipo de discurso e as características do locutor e de seu meio (CAPELLE, 2013, p. 8).

Dito isso, a presente análise de conteúdo foi iniciada através de uma leitura flutuante dos artigos do *OESP* ao longo do período de 1894 a 1925, buscando identificar temas de incidência recorrente alusivos à situação na Turquia. Os focos de análises estão em subtemas, como os massacres de armênios, a tentativa de ocultar/desclassificar os ataques dos armênios, a simpatia pelos Jovens Turcos e a aversão á Abdul Hamid.

Em uma pesquisa quantitativa, constata-se número significativo de notícias a respeito do tema. Sobre Abdul-Hamid II, constam 182 ocorrências no período de 1892 a 1919, sendo que nos anos de 1920 a 1929 obtiveram-se somente três menções ao seu nome. De tal quantia, selecionou-se 41 jornais para a pesquisa qualitativa, em que o critério de seleção se baseou em notícias relacionadas ao tema dos massacres com o sultão e a visão do jornal *OESP* sobre o governante.

Já sobre os Jovens-Turcos, pontua-se um número de 306 ocorrências, das quais selecionou-se o período de 1895 a 1921, constando com uma média de 192 para a próxima etapa da pesquisa. Por fim, sobre o termo Comitê União e Progresso, selecionou-se 41 ocorrências do período de 1908 a 1915.

Sobre os massacres de armênios, revoltas e temas relacionados ao assunto, contatou-se um número superior a 800 ocorrências, o que tornaria a análise demasiadamente exaustiva devido ao padrão de notícias encontradas, visto isso, optou-se por selecionar um número menor em quantidade, mas significativamente relevantes.

Além disso, vale ressaltar que, posto a quantidade de ocorrências acerca da política otomana, cuja temática foge à proposta da presente dissertação, o esforço será direcionado para a análise qualitativa sobre os massacres ocorridos divulgados no jornal OESP.

Tabela 1: Frequências de menções a itens de significação relevantes

TERMO	1880-1889	1890-1899	1900-1909	1910-1919	1920-1929	Total de ocorrências	Total Selecionado
Abdul Hamid II	7	40	90	42	3	182	40
Jovens Turcos	0	5	90	207	4	306	192
CUP	0	0	21	44	0	65	41
Armênia	10	79	75	237	142	543	120
Armênios	4	64	62	124	51	305	255
Sultão Vermelho	0	0	3	0	0	3	3

Fonte: Melo, A. (2017)

Com o levantamento de dados e uma primeira análise baseada na Tabela 1, pode-se constatar que:

- a) Sobre Abdul Hamid, nota-se uma elevação de ocorrências com seu nome principalmente no período de governo dos JTs, cuja agressividade torna-se latente ao sultão.
- b) No período dos massacres de armênios, as ocorrências dos JTs ganham considerável destaque, bem como o posicionamento do OESP hora apoiando, hora julgando.
- c) Grande parte dos termos referentes aos armênios e à Armênia focam na violência empregada e em notícias pouco expressivas.

O presente trabalho está mais focado em recortes temáticos a respeito das notícias publicadas, de maneira a ressaltar que a exposição dos massacres de armênios e de suas consequências apresentou nuances e desenvolvimentos temporais distintos, dependendo do subtema abordado. Não obstante, uma evolução histórica dos pareceres do OESP a respeito da questão armênia pode ser estabelecida com feições generalizantes, identificando ao menos 5 períodos distintos:

- Um primeiro momento começa em 1892, com as primeiras matérias dedicadas a Abdul Hamid e se estende até o fim de 1896, às vésperas da

Guerra Greco-Turca. Nesta etapa, o jornal expõe, em geral, matérias mais contidas, cautelosas, embora um princípio de oposição aos otomanos já esteja presente.

- O segundo intervalo de tempo é marcado pelo início oficial dos conflitos greco-turcos, em 1897, até a deposição de Abdul Hamid pelo Comitê União e Progresso, em 1908. Trata-se de uma etapa mais franca em termos de conteúdo politizante em que OESP passa a explorar não apenas temas políticos, mas também religiosos e étnicos, tipicamente destacando os massacres hamidianos.
- O golpe de 1908 marca o início de outra etapa marcante que se estende até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Nessa época, o jornal adota uma postura mais branda com relação à situação do Império Otomano, inclusive ensaiando certo otimismo nos primeiros anos após o golpe, anunciando os Jovens Turcos como uma espécie de ânimo renovador na política turca.
- As notícias da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) compõem um quarto momento distinto, estando focadas, sobretudo, em um franco antagonismo com relação aos otomanos, dada a posição pró-Entente do OESP, focando-se em pedidos de ajuda aos armênios e denúncias de atrocidades cada vez mais frequentes na região do Cáucaso e da Anatólia, frequentemente representando os armênios enquanto vítimas impotentes frente às deportações e massacres.
- O último período é o do pós-guerra (1918-1922), em que as notícias se configuram enquanto confuso emaranhado de posições anti e pró-turcas, ora com notícias ressaltando a mudança de ares na política turca – tendo em vista o início de vários julgamentos de autores dos massacres relacionados ao CUP, ora tendendo a uma visão crítica do pós-guerra, destacando a escala das chacinas e a necessidade de dar apoio aos sobreviventes.

Conquanto essas tendências gerais existam, a subdivisão temática permitirá perceber que a abordagem dos conflitos entre turcos, curdos e armênios por parte do OESP não foi monolítica e, com efeito, apresentou variações bruscas em determinados anos e, por vezes, apesar da influência francesa e britânica sobre o jornal, também noticiando matérias críticas à França e à Inglaterra.

De toda forma, busca-se a princípio fazer um levantamento de dados a partir do acervo digital do Estadão, separando as notícias pelos citados temas. Posteriormente, com a

leitura das notícias dividiu-se os grupos em assuntos abordados nas notícias, facilitando a pesquisa qualitativa. Assim, separadas as notícias, iniciou-se a análise de conteúdo das mesmas. Isto posto, os subtópicos a seguir foram divididos e escritos com base nos temas mais relevantes encontrados na análise de conteúdo, buscando manter a grafia original das notícias.

3.2.1 - Abdul-Hamid II – O sultão vermelho

O jornal OESP passou a demonstrar interesse pelo sultão Abdul Hamid gradualmente. Em 1892 aparece a primeira menção a Abdul Hamid, falando a respeito de um suposto complô que planejava tirá-lo do poder.

Essa notícia dá início a uma fase caracterizada por certa cautela ao noticiar os conflitos entre o governo de Hamid e a população civil no território otomano. As notícias frequentemente são anunciadas como repetições de matérias de outros jornais (especialmente britânicos e franceses) e, nesses primeiros anos do recorte temporal analisado, embora as matérias dedicassem considerável espaço para falar do crescente número de mortes referentes aos atentados dos otomanos contra a população do millet armênio, o *OESP* ainda procura não culpar o governo turco pela violência em curso. Em 1895, por exemplo, o jornal anuncia:

[...] foram tomadas severas medidas contra (*sic*)aquelles que instigaram essa horrível mortandade. As auctoridades do vilayets receberam instruções terminantes de proteger os armênios contra os kurdos e os turcos, punindo de morte os que inflingirem as ordem imperiaes e os que forem presos com armas na mão, incitando os seus correligionários ao massacre.⁴⁸

De maneira geral, há certa simpatia por Hamid durante os primeiros anos da década de 1890, mas com o desenrolar da crise política interna do IO, a postura do jornal passa a se transformar em repulsa e agressividade. O mesmo ocorre de maneira reversa com os massacres de armênios: em uma primeira instância, condena-se as revoltas ocorridas em 1896⁴⁹ para mais tarde solidarizar os sobreviventes.

Em certa data, ao abordar a questão de Creta, *OESP* deixa a entender até mesmo uma sugestão de medida conciliatória que deveria ser adotada caso Hamid não quisesse perder seu Império.

⁴⁸ “Telegrammas”. *O Estado de S. Paulo*, 20/12/1895.

⁴⁹ “Os Nossos Telegrammas”. *O Estado de S. Paulo*, 01/09/1896.

E se **o sultão** quer manter o seu império qual é, se **não se sente com forças para prevenir a repetição destes combates sangrentos**, precisa ceder aos que fazem reclamações e entrar numa política conciliatória. [...]

As potências européas que ha longos mezes notificam á Turquia, por causa da revolução da ilha de Creta voltaram a insistir no pedido da autonomia pela qual luctam os cretenses e pela qual tudo indica estarem dispostos a não ceder. [...]

O sultão Abdul-Hamid precisaria attender seriamente á situação especialíssima creada pelas agitações que têm dominado o império ottomano. [...]

A questão encontra-se num ponto em que o assalto, o incêndio e a matança são possíveis conseqüências de qualquer incidente inesperado. E' por isso que a política do sultão deve ser toda de transigência e prudente conciliação de armênios e turcos. A solução dada em Creta deve ser principio da nova política, - concluea Noticia⁵⁰.

As tentativas de simpatizar com Abdul Hamid, entretanto, parecem se tornar insustentáveis a partir de meados dos anos 1890 e, a partir de então, as notícias adquirem um tom definitivamente antagonizante com o sultão otomano.

Essa nova posição do jornal *OESP* coincide com um momento de crescimento de tensões na Europa. É a partir dessa mesma década que a aliança entre alemães e otomanos se consolida de fato, tendo início tanto negociações militares propriamente ditas como os primeiros projetos da Ferrovia Berlim-Bagdá, a qual tinha como um de seus propósitos, garantir um suprimento seguro de petróleo para a Tríplice Aliança em futuras guerras.

O *Estado de S. Paulo*, tendo uma postura francamente pró-Entente, alinhou suas críticas àquelas feitas por britânicos e franceses. Em 1897, após revoltas populares na ilha de Creta, na época pertencente aos turcos, foi dado início à Guerra Greco-Turca ou Guerra dos Trinta Dias, o que foi mais uma oportunidade para criticar Abdul-Hamid:

Qual destino da Grécia? Todo mundo exprime a simpatia pleo povo helênico e pelo seu glorioso ato de generosidade, receio que paira em todos os corações, de que a Grécia seja esmagada pelo exército indisciplinado do **rancoro e detestado sultão Abdul hamid**. ... já em todos os povos cultos, a(sic)Gran-bretanha a frente, se levanta um fortíssimo movimento popular a favor da Grécia; mas o acordo das potências, feito friamente, inutiliza todos esses esforços⁵¹ [grifo nosso].

Essas condenações à posição otomana se deram em várias frentes, buscando retratar os turcos sempre como os *outros*, isto é, sempre como alheios a uma vaga ideia de civilização ocidental. Ao longo de 1897, várias notícias, geralmente breves, seguiram acompanhando a questão grega e adotando esse mesmo tom:

A Turquia terá, pois, de abandonar a Idea da posse da thessalia que Osman pachá annunciava aos seus soldados. E se a loucura do sultão não permitir que se firme a paz sem a anexação da Thessalia, a europa será forçada a por termo as negociações,

⁵⁰ Ibid. [grifo nosso].

⁵¹ “Os Nossos Telegrammas”. *O Estado de S. Paulo*, 02/05/1897.

com um novo acordo, mas esta vez, da partilha desse **império bárbaro**, ensangüentado constantemente, graças a impotência do sultão e a política exclusivamente de interesses dos nossos dias⁵².

Em setembro do mesmo ano, o OESP dedica uma matéria especial a respeito do conflito greco-turco, explorando em maior extensão todas as críticas já mencionadas. Não apenas isso, mas nota-se de forma mais clara a partir de então, uma narrativa de oposição às políticas otomanas não somente enquanto divergência política, mas também religiosa.

Tanto no caso das batalhas contra os gregos como no caso da questão armênia, existe um esforço em retratar essas vítimas, em primeiro lugar, como cristãs, apesar de suas identidades étnicas serem reconhecidas:

Para demonstrar que é falso o direito que a França invoca de protectora desses catholicos escreve: Mas onde estavam esses valentes defensores do christianismo quando se deu a matança de 600,000 armenios christãos, durante um anno seguido, nas próprias ruas de Constantinopla, a vista dos embaixadores das potencias christas?⁵³.

As notícias seguem por esse viés agressivo durante todo o ano de 1898, destacando os esforços russos, britânicos e franceses em interferir nos conflitos turco-gregos, porém há um arrefecimento do antagonismo frente ao Império Otomano a partir do ano seguinte, ou, de forma mais notável, nos primeiros anos do século XX.

As críticas continuam, porém o fim da guerra contra a Grécia torna as menções a Abdul Hamid ou a quaisquer assuntos turcos mais esparsas, estando restringidas àquelas voltadas às deportações de armênios, que se tornavam mais frequentes.

Em 1903 o jornal adota um tom agressivo e o OESP dedica um espaço considerável da primeira página do jornal para demonstrar críticas ao sultão:

Desgraçadamente nada adeantaram e o sultão, **o feroz e hypocrita Abdul-Hamid**, sempre arranja meios de ganhar tempo e **zombar das potencias** às quaes nada nega e coisa alguma cede. A política do **sinistro assassino**, como dizia o grande Gladstone, é baseada na convicção de que nenhum potencia está disposta a provocar uma complicação qualquer no Oriente Europeu: não ata nem desata e, de vez em quando, para evitar uma acção commum da Europa, manda executar um pobre diabo qualquer que apresenta como autor de um crime que foi, de facto, muito do agrado de sua imperial pessoa, mas que, á luz do dia, recebe a sua condemnação. Conflagrada a Albania ou revoltada a Macedônia, o sultão manda forças turcas para restabelecer a ordem, matam-se alguns milhares de christãos e volta-se á mesma expectativa de reformas que nunca são feitas com lealdade. [...] E, se as reformas não forem impostas pelas potencias, o sangue dos macedônios correrá em torrentes, **sem que a sombra de Deus sinta a menor contrariedade**.

⁵² “A questão do Oriente”. *O Estado de S. Paulo*, 12/07/1897 [grifo nosso].

⁵³ “Jornaes do Rio”. *O Estado de S. Paulo*, 25/12/1898.

O torvo soberano, que envergonha a cultura européa, escarnece, na sua mansa crueldade, de tudo quanto rezam as platônicas notas diplomáticas a que responde com salamaleques e satisfações de um cynismo revoltante.

[...] E'claro que os christãos macedônios têm razão na revolta em que se erguem contra uma soberania assim odiosa, infame e feroz. A guerra civil justifica-se, consagra-se como um acto de dignidade humana quando é provocada por motivos de tal natureza.

A Europa assiste, **indiferente quasi** a estas tragedias descommunes das províncias christans do Imperio Ottomano.

[...] **Gloria a Abdul-Hamid! Honra ás grandes potencias!**⁵⁴.

As críticas se estendem as potências como a França que se dedicavam mais em notas diplomáticas em tons de ameaças do que realmente atitudes concretas. Power comenta sobre a atitude dos EUA em não se envolver nos conflitos internos da Turquia, em primeiro lugar que não lhe era vantagem em se indispor com o país, em segundo, “os diplomatas americanos deviam manter-se alheios a assuntos que não dissessem respeito aos interesses nacionais dos Estados Unidos” (POWER, 2004, p. 31).

Já em outubro do mesmo ano, surge pela primeira vez a menção aos chamados “armenófilos”, isto é, simpatizantes da causa armênia, os quais estariam se tornando mais comuns na França:

A questão dos balkans é atualmente na Europa o ponto de mira da sentimentalidade latina. Esta precisa agitar-se e como os governos não intervem na opressão dos fracos, o entusiasmo, depois de gritar pelo transvaal, [Ilegível] agora pelo assassinio dos armênios e contra o negro furor das tropas do sultão. Em Pariz teve uma reunião de cinquenta armenophilos produzindo um discurso para cessar os morticínios.⁵⁵

Neste caso específico, cabe notar a tentativa do jornal em articular a defesa de uma posição “latina” a respeito da questão armênia. Como já mencionado previamente neste trabalho, o OESP utilizava constantemente de fontes francesas, principalmente a agência de notícias Havas, de tal forma que os posicionamentos presentes nas matérias veiculadas pelo jornal não necessariamente representam apenas a maneira como o conflito foi veiculado no Brasil, mas também na França, no Reino Unido (também uma fonte frequente para as matérias) e, de maneira mais geral, no restante da Europa.

A partir de 1904, OESP passa, inclusive, a adotar uma nomenclatura até então restrita aos jornais em circulação na Europa, chamando Abdul Hamid II de sultão vermelho. Esse apelido havia surgido dez anos antes, quando William Ewart Gladstone, na época primeiro-ministro do Reino Unido, utilizara o epíteto para descrever a postura brutal de Hamid durante a chamada Rebelião de Sasun de 1894.

⁵⁴ “Agência Havas”. *O Estado de S. Paulo*, 07/08/1903 [grifo nosso].

⁵⁵ “Jornaes do Rio”. *O Estado de S. Paulo*, 27/10/1903.

O apelido persistiu por um bom tempo, embora as menções a Abdul Hamid sejam bastante reduzidas a partir de 1908, quando o sultão é deposto por um golpe liderado pelo Comitê União e Progresso, o qual recebeu bastantes críticas positivas em seus primeiros anos.

As notícias acerca do Comitê União e Progresso iniciam-se em meados de 1908 e se estendem até aproximadamente 1915. Destas, selecionou-se 41 textos mais relevantes para a análise da visão do OESP quanto aos armênios, uma vez que sua posição em relação a Hamid, do CUP e dos JT terão influência em sua defesa dos armênios.

Em setembro de 1908 o jornal começa a análise de alguns pormenores sobre o movimento que influenciou na retomada da Constituição no IO. O CUP, com sede em Paris, não tem chefe e, aparentemente, todos os membros são iguais.

Emitem-se opiniões, expõem-se pareceres, e a discussão estabelece-se sem paixão e ninguém procura impor-se, porque todos tem o mesmo e único objectivo: abater o despotismo e fazer succeder ao reinado do terror o da liberdade. Enquanto em toda a Turquia europea, o comitê se entregava com bom resultado a este trabalho occulto o que aguardava o momento propicio para dar o signal[ilegível] sublevação geral, o palácio que, não obstante os numerosos espiões estava mal informado...⁵⁶

A princípio, o surgimento desse movimento político fora visto com bons olhos pelo Ocidente e, de fato, os Jovens Turcos passavam a imagem de um grupo constitucionalista, nos moldes do que França e Inglaterra desejavam já há tempos. Com efeito, algumas notícias do OESP chegaram a enaltecer a entrada dos JTs no governo em contraposição a Abdul Hamid:

O poder cuja queda a Europa saudou com alegria, é o do homem a quem um jornalista inglez foi o primeiro a chamar, se bem me recordo, <o sultão Vermelho>, o autor dos massacres de armênios. Os jovens-turcos não desculpam esses crimes horríveis, detestam-n'os mesmo, mas não é esse o seu principal motivo de queixa contra o antigo regimen: é a incapacidade da tyrannia interna a deter no exterior os progressos do estrangeiro. Esse é o crime inexplicável da <coteric> que rodava, embaia, <enganava> o sultão; atufalhado de honras e de dinheiro, ella fazia, para se conservar no poder, na fonte dos benefícios, o jogo dos grandes e dos pequenos Estados que procuravam o desmembramento da Turquia [...]⁵⁷

Nos anos seguintes OESP continua adotando uma postura ora neutra, ora positiva, ressaltando, ainda em 1908, que “os camponeses viram com satisfação desaparecer uma administração opressiva, mas são incapazes de ir mais além”⁵⁸.

As notícias otimistas seguem aparecendo em 1909 e, de fato, se configuram em um dos raros casos em que OESP adota uma postura crítica à política externa das Potências

⁵⁶ “Turquia”. *O Estado de S. Paulo*, 11/09/1908.

⁵⁷ “A situação da Turquia”. *O Estado de S. Paulo*. 08/02/1909.

⁵⁸ “Turquia”. *O Estado de S. Paulo*, 20/09/1908.

Ocidentais, passando a publicar diversas notícias sobre a Turquia em uma coluna intitulada “A Nova Turquia e o Positivismo”⁵⁹.

Nossas previsões tem sido confirmadas. Os jovens turcos triumpham; e só a prevista, perturbadora intervenção das potencias os esta embaraçando em sua incontestável preponderância. A ninguém, a par dos acontecimentos, podem hoje negar os telegrammas de exaggerados morticínios, rubras desordens, justamente nos pontos mais próprios a uma preconizada intervenção.

Como se pôde perceber, os posicionamentos políticos do jornal foram consideravelmente instáveis ao longo dos anos, especialmente antes do início da Primeira Guerra Mundial e, portanto, do recrudescimento dos conflitos étnicos na Turquia. De fato, tal como foi possível perceber no caso de Abdul Hamid, existiram matérias tanto favoráveis como contrárias à causa armênia presentes no *OESP* (às vezes no mesmo ano), um cenário melhor visualizado em partes.

3.2.2 - A culpa é dos armênios!

Uma das primeiras vezes em que *OESP* noticiou a alegação da Sublime Porta culpabilizando os armênios como os desencadeadores do massacre foi em 1896, na notícia *A CULPA É DOS ARMENIOS*, em que lhes incumbe a culpa exclusiva dos massacres. Além disso, apela para a incriminação de grupos partidários como envolvidos em possíveis atentados, e, não obstante, ressalta o pedido de um otomano quanto ao julgamento de armênios envoltos em crimes.

Neste caso, a Sublime Porta procurou retirar a culpa pelos massacres de si ao transferi-la para um bode expiatório, isto é, os próprios armênios, numa tentativa de justificar a brutalidade empregada como uma reação desencadeada pelos atos dos próprios massacrados. As principais manifestações foram respostas às notícias das potências aliadas sobre os massacres em Constantinopla,

declarando que **toda a responsabilidade recabe sobre os armênios**, que formentaram as desordens. a vista destas explicações, contrarias a verdade e fornecidas pelo governo ottomano, os representantes das grandes potencias recusaram-se a discutir a questão sem primeiramente receberem instruções especiais dos respectivos governos⁶⁰ [grifo nosso].

⁵⁹ “Jornaes do Rio”. *O Estado de S. Paulo*, 25/04/1909.

⁶⁰ “Agência Havas”. *O Estado de S. Paulo*, 08/09/1896.

Prosseguindo com a tentativa de culpabilizar os armênios por terem desencadeado os massacres, *OESP* comenta – em nota particularmente longa publicada em setembro de 1896 – sobre o pânico com os boatos sobre ataques promovidos por anarquistas⁶¹ armênios, ressaltando que a ordem havia sido mantida pelas autoridades turcas.

Na mesma edição, comenta o estado de caos em *Rethymo*, “sendo os cristãos atacados pelos turcos que cometem toda a sorte de atrocidades”⁶² e encerra o assunto citando a descoberta de um grande depósito de explosivos em *Corne d’or*, “sabe-se que esses elementos pertenciam aos armênios que se rebelaram contra as autoridades turcas”⁶³.

Esse tipo de comentário mais agressivo contra os armênios se torna bem mais raro a partir do ano seguinte, 1897, seguindo um padrão bastante parecido, porém inverso, ao caso das referências a Abdul Hamid. Se, por um lado, o sultão passara a receber cada vez mais menções negativas relacionadas à Guerra Greco-Turca e os eventos a ela relacionados, a *culpa armênia* deixa de receber atenção do OESP por um longo período, só retornando em esparsas e breves notas nos anos seguintes, dando lugar a uma visão anti-turca.

Posicionamentos mais brandos com relação à Turquia só voltam a aparecer, de fato, após o fim da Primeira Guerra Mundial, quando o jornal dá voz a Tawfik Pacha, antigo grão-vizir da Porta, mais especificamente em uma edição de março de 1919, dedicada principalmente a esclarecer as causas do intenso antagonismo entre turcos e armênios. Neste caso, OESP acaba veiculando, portanto, uma posição pró-turca, segundo a qual

os russos, desde 1876, fizeram tudo por promover a inimizade entre os armênios e musulmanos. Quando os turcos entraram em guerra, os russos organizaram a revolta dos armênios, que atacaram os ottomanos pelas costas, enquanto os russos os atacavam pela frente. “os crimes tem sido commettidos dos dois lados”⁶⁴.

Tawfik Pacha reivindicava, além disso, o julgamento dos chefes de bandos de salteadores armênios, partindo de um pressuposto de isonomia no que se refere aos criminosos de guerra, tendo em vista que, segundo ele,

os criminosos musulmanos foram presos e serão castigados. É pois, justo que a Turquia reclama a execução dos chefes dos bandos armênios, culpados como são por numerosos crimes, e pela destruição de milhares de vidas do musulmano (ibid).

⁶¹ “Jornaes do Rio”. *O Estado de S. Paulo*, 17/09/1896.

⁶² Ibid.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ *O Estado de S. Paulo*, 14/03/1919.

O discurso de Pacha, como será possível verificar mais à frente, não se limitou à esfera das palavras, tendo em vista que se tratou, se não oficialmente, *de facto*, de um paradigma bastante generalizado no Império Otomano durante o período analisado.

Como fica evidente em algumas notas, os armênios culpados e julgados de cometerem crimes e possuírem envolvimento com os atentados, seja no governo de Abdul Hamid, seja sob a administração dos Jovens Turcos, foram julgados e condenados, tanto à prisão quanto à pena capital, sendo que diversos julgamentos sofreram interferência das potências europeias ou do Patriarca armênio, solicitando seja clemência ou diminuição da pena, conforme o caso.

3.2.3 – Os julgamentos: a diferença entre os armênios e os turcos ao longo do OESP

A posição mais favorável aos armênios aparece principalmente a partir das divulgações dos julgamentos e condenações dos massacres. Entre 1895 e 1922, foi possível verificar ao menos 17 artigos focados nos massacres hamidianos e no assassinato de partidários dos Jovens Turcos.

Tais julgamentos são abordados pelo *OESP* de forma parcial, após construir uma visão de armênios como vítimas dos *bárbaros* otomanos, buscando delimitar duas posições, dependendo do caso: o armênio vítima e o armênio revolucionário.

Quanto ao armênio vítima, percebe-se que a análise construída pelo jornal baseia-se em noticiar ao público brasileiro a forma como ocorreram os massacres, quem eram as vítimas, como estas foram assassinadas, ou qual foi seu destino, fundamentando seus argumentos nos números elevados de mortos e na opinião das Potências Aliadas sobre o ocorrido.

Já armênio revolucionário, percebe-se uma dualidade na posição do jornal, ora o condenando, ora o anistiando, mas de uma forma ou de outra, sempre se alinhando à posição dos Aliados. Em 1896, por exemplo, a pressão europeia contra o julgamento de armênios obteve resultados quando o sultão acatou suas reclamações e suprimiu um tribunal que deveria julgar os armênios “justa ou injustamente acusados”⁶⁵. Neste caso, os condenados tiveram direito à revisão da sentença dada pela corte.

⁶⁵ “Jornaes do Rio”. *O Estado de S. Paulo*, 21/11/1896.

Além desse processo judicial, outros casos merecem destaque, em particular dois conjuntos de demandas, o primeiro nos anos 1890 e o segundo nos anos 1910, os quais resultaram em avaliações bastante distintas entre si no que se refere à causa armênia.

O primeiro cenário histórico começa em 1895, quando passam a ser mencionados os inquéritos sobre os massacres ocorridos em Ancara e Cesarea, resultando num total aproximado de 1.500 vítimas cristãs, tal como foi mencionado no capítulo anterior, citando que as autoridades turcas buscavam proteger os armênios contra kurdos e outros turcos.

Ora, sabe-se que os kurdos foram incitados ao conflito pela Sublime Porta e que lhes fora dado o direito de cobrar impostos da população nativa⁶⁶. A nota ressaltando as atitudes do governo para proteger os armênios de ataques kurdos e puni-los, caso novos embates ocorressem, é discrepante, visto que ocorreram novamente massacres por parte dos kurdos nos anos seguintes⁶⁷.

Poucos anos depois, já em 1897, quanto a uma possível prisão, a Porta informa ao Sr. Paul Cambon, embaixador francês em solo otomano, que havia sido efetuada a prisão⁶⁸ de 140 muçulmanos culpados pelo massacre de armênios, e que posteriormente, havia sido aberto um inquérito⁶⁹ em 1900, sobre os massacres de armênios cristãos.

Vale notar, neste caso, assim como se havia percebido no que tange às abordagens jornalísticas internacionais referentes aos turcos e seus inimigos, que a identificação religiosa é muito presente por parte de ambos os lados envolvidos, os turcos sempre sendo reconhecidos ou reconhecendo a si próprios como *muçulmanos* e tanto gregos como armênios sendo definidos como *cristãos*, de tal forma a negar ou minimizar o componente étnico envolvido. De fato, se levados em conta exclusivamente os pronunciamentos da imprensa a respeito dos massacres armênios, torna-se quase inconcebível pensar, por exemplo, em armênios muçulmanos e turcos cristãos.

De qualquer maneira, as notas referentes a julgamentos e prisões de acusados dos massacres no período Hamidiano, não passam de pequenas notas que focam a tentativa diplomática de acalmar os pedidos das Potências Aliadas por intervenção.

⁶⁶ Bloxham, 2005, p. 74. Toynbee, 2003.

⁶⁷ “Agência Havas”. *O Estado de S. Paulo*, 24/07/1896; *O Estado de S. Paulo*, 03/08/1896; *O Estado de S. Paulo*, 05/12/1896; “Agência Havas”. *O Estado de S. Paulo*, 18/09/1901; “Turquia”. *O Estado de S. Paulo*, 17/06/1909,, por exemplo.

⁶⁸ “Agência Havas”. *O Estado de S. Paulo*, 04/04/1897.

⁶⁹ “Agência Havas”. *O Estado de S. Paulo*, 22/08/1900.

O segundo momento histórico de interesse para essa análise começa em 1918 – pouco depois do fim da I Guerra Mundial⁷⁰ – e se refere à condenação e assassinatos dos membros do CUP. Por mais singelas que possam parecer as notícias em uma primeira análise, pode-se notar que o *OESP* não condena veementemente alguns assassinatos como fez com os turcos quanto aos armênios.

Em 1918, prosseguindo com notas a respeito do tema, *OESP* traz ao leitor a informação de que a Turquia pedia a entrega de fugitivos refugiados na Alemanha, “visando puni-los pelas atrocidades cometidas contra os armênios. Acredita-se que entre esses fugitivos estejam incluídos Talaat Pacha e o grão visir Enver Pacha, ex ministro da guerra⁷¹.”

Neste caso específico, é possível perceber um início de interesse pelas complexas relações entre otomanos e alemães ao longo do desenvolvimento da Primeira Guerra Mundial bem como sua posterioridade.

Não é fato novo que os alemães estavam cientes dos massacres, e que, muitas vezes não interferiram no seu desencadear para evitar dissabores com o IO. Segundo Bloxham, “Como o embaixador alemão em Istambul comentou em 1913, alguns dos massacres armênios já foram vistos por alguns na Alemanha como uma ‘reação natural ao sistema parasítico da classe empresarial armênia.’”⁷² “Texto traduzido” (BLOXHAM, 2005, p. 8-9. Tradução nossa).

Ora, a relação entre otomanos e alemães já foi debatida por autores como Sean McMeekin⁷³ e Arnold Toynbee⁷⁴, sendo incontestável seu envolvimento, mesmo que superficial, nos massacres. Apesar de aliados, ambos os lados procuraram culpar um ao outro pela negligência no que se refere aos conflitos étnicos na Anatólia.

De fato, utilizando fontes parisienses situadas em Constantinopla, em 1919 *OESP* publica importante texto questionando o envolvimento da Alemanha⁷⁵ nos massacres ocorridos com a população armênia.

⁷⁰ Embora o fim oficial da Primeira Guerra Mundial seja 11 de novembro, o Império Otomano saiu do conflito um pouco mais cedo, assinando o Armistício de Mudros em 30 de outubro.

⁷¹ “A Turquia pede a entrega de refugiados na Alemanha”. *O Estado de S. Paulo*, 25/11/1918.

⁷² “As the German Ambassador in Istanbul commented in 1913, earlier Armenian massacres had been seen by some in Germany as a ‘natural reaction to the parasitic system of the Armenian business class. The Armenians are known as the Jews of the Orient.’”

⁷³ O Expresso Berlim-bagdá - o Império Otomano e a Tentativa da Alemanha de Conquistar o Poder Mundial - 1898-1918. Sean McMeekin.

⁷⁴ O autor relata sobre a atitude de oficiais alemães com as vítimas, contudo, deve-se ter cautela devido a sua posição extremamente parcial.

⁷⁵ Em 2016, o Parlamento Alemão aprovou uma resolução classificando os massacres como genocídio. Logo ocorreu a manifestação da Turquia alegando ser um “erro histórico”. Para mais, ver: <http://www.dw.com/pt-br/alemanha-reconhece-genoc%C3%ADdio-arm%C3%AAnio-e-irrita-turquia/a-19300480>

Os Massacres na Armênia – Pariz, 2 (H.) – o correspondente do “Petit Parisien” em Constantinopla, envia pormenores relativos aos massacres de que tem sido vítimas as populações da Armênia. O correspondente afirma que houve cerca de um milhão e meio de vítimas e que os massacres foram cientificamente organizados e dirigidos pela Alemanha.

Enver Pacha, Tallah Pacha, Djemal Pacha e todos os bandidos da União e Progresso, foram os terríveis carrascos de quem o general Leiman von Sanders foi o Chefe.”

Narra mais que, especialmente no Valle de Mouth, cerca de duas mil mulheres armênias foram violentadas, despojadas e mutiladas pelos kurdos; estes, suspeitando de que algumas haviam engolido as suas jóias, rasgaram o ventre a varias, amontoaram outras, espargiram-lhes por cima petróleo e em seguida deitaram-lhes fogo. No dia seguinte, acrescenta o correspondente, os monstros passavam tranquillamente as cinzas pela peneira.

Em Dertol, sete mil crianças de [Ilegível] a 10 annos, amontoadas em [Ilegível] immunas, morreram de inanição. Nesta mesma cidade cem mulheres foram enterradas ate a cintura em trincheiras por ellas mesmas cavadas. No villayette Ezerum foram lançadas numerosas crianças num fosso e cobertas com uma camada tão tênue de terra que durante um dia inteiro se via a terra mexer.

Em Dermer, na Arábia, cem mil armênios acham-se concentrados devido a pretensas razoes estratégicas.

Telegramma de Constantinopla diz que o governo, achando esse numero demasiado, ordenou que somente 80.000 fossem massacrados.

O correspondente cita numerosos outros factos, cuja narração faz tremer de horror, e conclue que, se os culpados não fossem castigados, não se poderia mais falar em justiça neste mundo⁷⁶.

O jornal transmite nesta matéria a ideia de que os alemães são os verdadeiros perpetradores dos massacres, colocando Talaat Pasha, Djemal Pasha e Enver Pasha em segundo plano, sob liderança do general alemão Otto Liman von Sanders⁷⁷. Para enfatizar e sensibilizar o público de que tal hipótese é verídica, *OESP* argumenta com diversas formas de assassinato que os otomanos desempenharam contra os armênios, como mutilações e incinerações de supostas vítimas que engoliam joias, afirmando que, no dia seguinte, os “monstros passavam tranquilamente as cinzas pela peneira”⁷⁸.

Como citado, o jornal propõe uma hipótese e em seguida, alude a diversos casos de violência, encerrando a matéria menciona que “o correspondente cita numerosos outros fatos, cuja narração faz tremer de horror, e conclui que, **se os culpados não fossem castigados, não se poderia mais falar em justiça neste mundo**”⁷⁹ [grifo nosso].

Pois bem, segundo o contexto histórico, o fim da Primeira Guerra Mundial legou significativas perdas para a Alemanha, sancionadas no Tratado de Versalhes (1919), bem como o desmantelamento do IO.

⁷⁶ “Os massacres na Armênia”. O Estado de S. Paulo. 03/01/1919.

⁷⁷ Otto Viktor Karl Liman von Sanders (1855-1929) foi um general alemão que serviu como comandante militar e conselheiro no IO durante a Primeira Guerra Mundial.

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ Ibid.

A dúvida perante tal notícia é, por que retirar parcialmente a culpa dos otomanos e colocá-la nos alemães? Existe legitimidade para tal alegação?

Tal dúvida nos remonta a Abramo⁸⁰ no qual pode-se encaixar a referida matéria em três padrões citados pelo autor, notoriamente os de *Inversão da versão do fato*, *Inversão da opinião pela informação*, e *Padrão de indução*, dos quais este último fornece um entendimento mais amplo dos problemas históricos envolvidos.

De acordo com o *Padrão de indução*,

Submetido, ora mais, ora menos, mas sistemática e constantemente, aos demais padrões de manipulação, o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja. A indução se manifesta pelo reordenamento ou pela recontextualização dos fragmentos da realidade, pelo subtexto [...] segmentos do real, de grupos da sociedade e de personagens... Depois de distorcida, retorcida e recriada ficcionalmente, a realidade é ainda assim dividida pela imprensa em realidade do campo do Bem realidade do campo do Mal, [...] (ABRAMO, 2016, p. 49).

Neste padrão, nota-se a indução ao leitor de compreender quem é o chefe (alemães) e quem eram os executores (otomanos), utilizando de fatos históricos como a violência, para criar uma realidade em que a Alemanha era a culpada pelos massacres.

Power concorda que as autoridades alemãs ajudaram a encobrir os massacres, seja rejeitando apelos de missionários⁸¹ que serviam no país, seja evitando interferir em sua soberania. “Os alemães repetiram as alegações dos turcos de que quaisquer medidas duras eram uma resposta à altura para a traição armênia durante a guerra” (POWER, p. 29).

No entanto, Bloxham (2005) ressalta que mesmo com a responsabilidade se estendendo as potências,

a responsabilidade criminal e legal permanece inteiramente com o governo otomano durante a Primeira Guerra Mundial. Os poderes não eram co-perpetradores, como alguns historiadores rotularam erroneamente a Alemanha Imperial. “Texto traduzido” (BLOXHAM, 2005, p. 18. Tradução nossa)

Por mais que Bloxham comente sobre as acusações dos oficiais alemães nos massacres, o autor ressalta que

não há evidências de que esses homens tenham algum papel de formulação na política turca em relação aos armênios. Mais importante ainda, não se pode presumir que a expressão simples do anti-Armenianism, mesmo na forma racista completa

⁸⁰ Abramo, Perseu. Padrões de manipulação na grande imprensa / Perseu Abramo ; com colaborações de Laura Caprigliole ... [et al.]. – 2. ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

⁸¹ Power, 2004, p. 29.

que às vezes assumiu, igualava a concordância com o genocídio. Tal como acontece com os Comandantes Kress von Kressenstein e Colmar von der Goltz, crença na exagerada culpa armênia, com conhecimentos de difamação coletiva, poderia coexistir com pena pelas vítimas das deportações e condenação de seu tratamento.⁸² “Texto traduzido” (BLOXHAM, 2005, p. 117. Tradução nossa)

Dessa forma, OESP se apropria de uma versão dos fatos para instigar a opinião de seus leitores contra, principalmente, os alemães. Fato interessante, posto que, no período da Primeira Guerra Mundial, em 1917, o jornal teve conflitos com um periódico germanófilo (Diário Alemão) no estado de São Paulo.

A posição anti-Entente se verifica uma vez mais quando novos julgamentos de membros do CUP ocorrem em 1919:

Devido a pressão dos altos comissários da “entente”, o governo turco compreendeu, finalmente, a gravidade da situação e ordenou outras prisões de membros da união e progresso. Até agora já foram presos 40 políticos influentes daquele partido. Entrevistado, a respeito dessas prisões, o ministro da guerra declarou que todos os presos são acusados de cumplicidade nos massacres de armênios, na deportação e expeliação dos gregos, nos maus tratos infligidos aos prisioneiros de guerra e no extravio de fundos do Estado⁸³.

Quanto à responsabilidade pelos massacres, OESP traz pequenas notas seja sobre os envolvidos, seja sobre sua pena. Entre os condenados, encontram-se Kemal Bey⁸⁴, Halil Pacha, tio de Enver Pacha, Ali Bey e Jemal Oguz⁸⁵, entre outros. Já sobre a punição, comenta o enforcamento de Kiamil Mahmud Pacha, ex governador de Yozghd⁸⁶ após averiguado sua participação nos massacres.

Houve ainda algumas matérias dedicadas à decisão da corte marcial turca de condenar à pena capital alguns dos principais representantes do CUP, como Vali Admi Bey e Nail Bey (enforcamento)⁸⁷, Mehaed Ali, Diazl Bey e Najry Bey, além de condenar a dez anos de prisão Talaat Bey, chefe da “gendarmeria”, e Mustapha Bey: “Todos esses membros do

⁸² However, there is no evidence that these men had any formulative role in Turkish policy towards the Armenians. More importantly, it cannot be assumed that the simple expression of anti-Armenianism, even in the full-blown racist form that it sometimes assumed, equalled concurrence with genocide. As with the commanding officers Kress von Kressenstein and Colmar von der Goltz, belief in exaggerated Armenian culpability, with overtones of collective libel, could co-exist with pity for the victims of the deportations and condemnation of their treatment. (Bloxham, 2005, p. 116/117).

⁸³ “Prisão de membros da União e Progresso”. *O Estado de S. Paulo*, 08/02/1919.

⁸⁴ *O Estado de S. Paulo*, 15/02/1919.

⁸⁵ “Os massacres de armênios”. *O Estado de S. Paulo*, 10/04/1919.

⁸⁶ “Enforcamento de Kiamil Mahmud Pachá”. *O Estado de S. Paulo*, 15/04/1919.

⁸⁷ “Condenação dos membros do Comitê União e Progresso”. *O Estado de S. Paulo*, 20/06/1919.

partido dos Jovens turcos são accusados como responsáveis pelos massacres dos armênios em trebizonda”⁸⁸.

Posteriormente, traz uma nova nota sobre a condenação dos membros do CUP, desta vez citando mais dois envolvidos diretos nos massacres, Enver Pacha e Talaat Djemal, ambos condenados à pena de morte⁸⁹, e outros responsáveis como Sheik ul Islan, Alusa Kluzin e Djavid Bey a 15 anos de prisão.

As condenações dos envolvidos nos massacres não foi bem recebida pela população cristã otomana, acreditando que “essas penas são consideradas muito leves pelos cristãos, que se mostram indignadíssimos com a clemência do tribunal marcial e se agitam ante as recentes noticias de novos massacres”.⁹⁰

Essa revolta se deve, sobretudo, devido ao fato de que, mesmo com diversos julgamentos e condenações, vários acusados pelos crimes conseguiram escapar e se refugiaram em países como a Alemanha, como foi o caso de Talaat Pacha e Djemal Pacha.

Teve particularmente grande repercussão a morte de Talaat Pacha e o fato foi amplamente divulgado pelas agências internacionais, em geral construindo uma narrativa de “assassinato por honra”:

O estudante armênio Salomão Tellerian, que hontem assassinou o antigo grão vizir da Turquia Talaat-Pacha, foi hoje submetido a novo interrogatório perante as autoridades allemans, declarado que foi levado a pratica do crime por ter TalaatPacha autorizado diversos massacres de armênios, num dos [ilegível] foram victimados os seus pais. Por isso, jurara vingança. Desmentiu, terminantemente, que tivesse agido, a mando de outra pessoa. TalaatPacha há muito estava avisado de que sua vida corria perigo. Hontem, ao avistal-o Salomão Tellerian tocou-lhe levemente ao hombro. Quando o antigo [ilegível] ottomano se [ilegível], para ver quem o procurava, o estudante alvejou-o com dois tiros de revolver, matando-o instantaneamente. Preso pelo povo e conduzido a chefia de policia, comquantocomprehendesse e falasse a língua alleman, recusou fazer quaesquer declarações antes da chegada de um interprete.⁹¹

Nota-se novamente o padrão de manipulação de Abramo, classificando Soghomon Tehlirian como estudante, buscando apoio na questão cultural como instruído e não com os mesmos adjetivos que nomeava os muçulmanos durante os massacres anos antes, tipicamente os caracterizando como *bárbaros*, sendo que em nenhum momento da supracitada nota o jornal chamou Tehlirian de assassino. Ao abordar o assassinato em si, simplesmente descreve

⁸⁸ *O Estado de S. Paulo*, 15/02/1919.

⁸⁹ “Políticos turcos condemnados”. *O Estado de S. Paulo*, 13/07/1919.

⁹⁰ “Telegrammas”. *O Estado de S. Paulo*, 21/03/1920.

⁹¹ “Assassinio de Talaat Pacha”. *O Estado de S. Paulo*, 17/03/1921.

como ocorreu e sua motivação: vingança, justificando sua ação nos massacres ocorridos, fato também abordado por Power (2004, p. 25-28).

Prosseguindo com mais duas notas na mesma edição sobre o assunto, OESP traz uma matéria sobre as prováveis consequências do assassinato de Talaat Pacha⁹², receando uma “nova serie de massacres na armênia”, e sequer comentando o sentimento causado pela morte aos otomanos, mas ainda assim, ficando implícito o ódio pelo ato de Tehlirian.

Por fim, quanto ao assassinato de Talaat Pacha, o jornal divulga que segundo o Ministério do Exterior e da polícia, o assassinato teve origem política, mencionando o envolvimento de Talaat e outros turcos com um café noturno, que foi “fechado pela polícia, devido às repetidas violações da lei”⁹³, devido ao horário avançado de funcionamento. É interessante notar que, pela primeira vez, coloca-se Tehlirian como “assassino”, ainda que fazendo questão de destacar sua pouca idade (24 anos na época) e que este teria ido a Berlim, especialmente para cometer o ato.

Outro assassinato que também foi divulgado pelo OESP, mas com menor repercussão, foi de Djemal Pachá⁹⁴: “assassinado por dois armênios, Djemal Pacha pertenceu ao gabinete jovem turco germanophilo”.

Mesmo que brevemente, deve-se ressaltar que os assassinatos dos responsáveis pelos massacres dos armênios não ocorreram ao acaso e foram envoltos puramente na emoção causada pelo extermínio. Gunter⁹⁵ comenta que em meados de 1920, uma rede filiada ao Partido Dashnak, estabeleceu a Operação Nemesis, que visava a execução dos responsáveis pelos massacres. Entre as execuções, está a de Talaat Pacha e Djemal Pacha, entre outros. Quanto a Soghomon Tehlirian, este fazia parte da Operação, que segundo Gunter (2007), o tribunal alemão, declarou Tehlirian inocente, buscando respaldo numa justificativa moral para o crime. A operação se encerrou em meados de 1922, quando a Armênia caiu nas mãos da Rússia.

Dessa forma, nota-se que este recorte do tema foi construído pelo jornal tanto para aliviar a penalidade com relação aos crimes armênios quanto instigar a condenação dos otomanos. Possivelmente, deve-se esta hipótese ao fato do jornal estar ao lado da Entente, (sendo que as discordâncias entre OESP e as posições britânica e francesa a respeito do assunto foram poucas e esparsas). As potências ocidentais possuíam grande poder de

⁹² Ibid.

⁹³ Ibid.

⁹⁴ “Ex ministro turco assassinado”. *O Estado de S. Paulo*, 26/07/1922.

⁹⁵ GUNTER, Michael M. “Armenian Terrorist: A Reappraisal.” *Journal of Conflict Studies* 27 (Winter 2007), pp. 109 – 128.

influência perante o IO, assim, buscaram apagar os crimes cometidos pelas nacionalidades protegidas por si.

3.2.4 – Em prol dos armênios

Além das menções e condenações dos massacres ocorridos no Império Otomano, o jornal *OESP* também dedicou parcela significativa de seu espaço para defender ações de intervenção e ajuda mais diretas por parte tanto das potências ocidentais, como um todo, ou do governo brasileiro, em específico.

A respeito desse tema, foram levantadas 30 notas entre 1896 a 1917, sobre manifestações em prol da arrecadação de recursos ou socorros para os armênios, seja de maneira direta ou através de festividades.

A Inglaterra é um dos expoentes que tiveram maior participação nestes atos, iniciando em 1896 com a criação de um Comitê cujo objetivo era

socorrer os armênios necessitados e estabelecer colônias armênias onde serão recebidos todos indivíduos dessa nacionalidade que estiverem resolvidos a expatriar para escapar as brutalidade dos turcos.⁹⁶

Até mesmo o comitê geral socialista⁹⁷ se posicionou diante dos massacres, pedindo intervenção a favor dos armênios, perseguidos pelo sultão.

Posteriormente, em 1915, um novo comitê foi formado em Genebra⁹⁸, dirigindo um apelo aos então países neutros, em prol dos perseguidos, fato pouco significativo.

O jornal relata diversas sessões em prol dos armênios, das quais se destaca a ocorrida no edifício da Sorbonne⁹⁹, que contou com “discursos emocionantes”. Por parte do patriarcado, também ocorreram protestos contra a lentidão com que os turcos procederam para dar liberdade aos armênios. Causou boa impressão esse protesto nos círculos diplomáticos, pois ainda em 1896, o *OESP* já reclamava da falta de atitudes concretas para ajudar os armênios, por parte dos governos, fato que como nota-se com a análise, não se modificou ao longo dos anos.

Faz-se necessário ressaltar que, durante as análises, alguns termos se interpõem em uma mesma matéria, caso corriqueiro com o tema. Neste caso, destaca-se não apenas o termo

⁹⁶ “Agência Havas”. *O Estado de S. Paulo*, 27/10/1896.

⁹⁷ “Agência Havas”. *O Estado de S. Paulo*, 04/11/1901.

⁹⁸ “Comitê de socorro aos armênios”. *O Estado de S. Paulo*, 15/10/1915.

⁹⁹ “Sessão em prol dos armênios”. *O Estado de S. Paulo*, 10/04/1916.

Sultão Vermelho, cuja origem já abordada de forma breve previamente, como principalmente o posicionamento dos Jovens Turcos.

O poer cuja queda a Europa saudou com alegria, é o do homem a quem um jornalista inglês foi o primeiro a chamar, se bem me recordo, <o sultão vermelho>, o autor dos massacres armênios. Os jovens turcos não desculparam esses crimes horríveis, detestam-n'os mesmo, mas não é esse o seu principal motivo de queixa contra o antigo regime: é a incapacidade da tirania interna a deter no exterior os progressos do estrangeiro.¹⁰⁰

Como já comentado, ainda em 1908 ao assumir o poder, os JT são tidos como benevolentes para os armênios, que acreditavam na mudança de sua situação dentro do IO.

Contudo, em 1915, ano cujo número de vítimas se torna mais elevado, chegam notícias sobre a retirada de grandes massas de armênios do território otomano, “A Gazette publica um comunicado de Tiflis, anunciando que 225,000 armênios acompanharam o exercito russo na sua retirada da Ásia menor, refugiando-se na Transcaucasia”¹⁰¹.

Além da retirada da população, o jornal ainda noticia que a

esquadra francesa, que bloqueia a costa da síria, fez desembarcar em Port Said cinco mil armênios, entre os quais 3 mil mulheres, crianças e velhos, que, perseguidos pelos turcos, tiveram de refugiar-se nas montanhas de Sjebal moussa, fazendo ahi frente ao inimigo, desde o mês de julho. Os armênios estavam [...] desprovidos de quaisquer recursos.”¹⁰²

A partir de 1918, as noticias se resumem a pedidos de empréstimos das Potências Aliadas¹⁰³ e envios de suprimentos e destacamentos para Baku¹⁰⁴ pelos ingleses, apesar de diversas matérias seguirem sendo publicados em tom de simpatia para com a Armênia, seja em pequenas notas¹⁰⁵ mostrando a crueldade dos massacres, seja em longos discursos com visível apelo ao sentimentalismo por parte de embaixadores estrangeiros, seja por parte da própria embaixada brasileira, ou ainda, por parte da comunidade armênia residente no Brasil. Dentre as diversas notas romantizadas sobre o tema, encontramos apelos à igualdade para as pequenas nações, perante o direito internacional¹⁰⁶.

E, entre outros, o caso da armênia, cuja sorte, sob o domínio feroz do Império Ottomano, todos nos lamentávamos. Quem não conserva a impressão dolorosa dos

¹⁰⁰ “A Situação da Turquia”. *O Estado de S. Paulo*, 08/02/1909.

¹⁰¹ “A retirada de armênios para a Transcaucásia”. *O Estado de S. Paulo*, 13/08/1915.

¹⁰² “Armênios salvos pelos francezes”. *O Estado de S. Paulo*, 23/09/1915.

¹⁰³ “A questão da Armênia”. *O Estado de S. Paulo*, 28/09/1919; “A questão dos refugiados russos”. *O Estado de S. Paulo*, 28/09/1925.

¹⁰⁴ “Noticias da Guerra”. *O Estado de S. Paulo*, 19/08/1918.

¹⁰⁵ *O Estado de S. Paulo*, 24/12/1918.

¹⁰⁶ “A Aspiração da Armênia” *O Estado de S. Paulo*, 25/12/1918.

freqüente massacres de que era victima aquelle novo infeliz? É, pois, com a mais viva sympathia que, nós brasileiros, esposamos a causa dos armênios, que há de ser amparada pelas nações que vão ditar a paz.

Por fim, mesmo o jornal sendo simpático aos armênios, devido ao seu posicionamento pró-Entente, ocorreram momentos de embates entre OESP e o TIMES¹⁰⁷, ainda durante a Primeira Guerra Mundial, quando o norte-americano defendeu a figura do turco. Na notícia “*O turco, combatente leal*”, publicado pelo *Times*, este pontuava as diferenças entre o turco na realidade e em lendas, criando uma visão romantizada do turco, recebendo severas críticas do OESP.

A primeira pontuação. Já nesta época, *OESP* não defendia o governo dos Jovens Turcos como fazia logo em seu início. Em segundo lugar, *OESP*, no decorrer da guerra, falou da boa índole dos turcos, confuso

quando o que é certo é que eles tem seguido a política mais diabólica que, mesmo nesta guerra, foi revelada ao mundo. Os turcos massacraram, assassinaram, reduziram a fome e expuseram a moléstias os armênios, em tal quantidade que talvez, 700.000, entre homens mulheres e crianças, tenham morrido, suas vítimas.... A despeito de tudo isto, alguns escriptores insistem em fazer do espírito cavalheiresco do turco o seu tema favorito.¹⁰⁸

Não é novidade que tanto o *OESP*, quanto outros jornais defensores dos Aliados se colocaram em favor do golpe aplicado pelos JTs. Relevante mencionar a simpatia que possuía pelo sultão Abdul Hamid, mas que ao mudar os interesses dos Aliados quanto ao Oriente, mudou-se o discurso, passando a atacá-lo como déspota, demente e sultão vermelho. O mesmo ocorre com os Jovens Turcos, aclamados pela Inglaterra ao tomar posse do Império, para depois, se tornarem o tipo perfeito de carrasco para se explorar a imagem.

De toda maneira, foram pouco efetivas as intervenções dos países aliados em prol dos armênios, cuja alegação mais corriqueira era a não intervenção na soberania otomana, fato mascarado, visto o jogo de interesses em dividir o Império logo no eclodir da Primeira Guerra Mundial. (LOUREIRO, 2016, p. 54)

3.2.4.1 – A Simpatia brasileira

¹⁰⁷“Opinião do ‘Times’ sobre os turcos”. *O Estado de S. Paulo*, 22/02/1917.

¹⁰⁸ Ibid.

Além da ajuda em resgates e manifestações políticas, algumas organizações beneficentes, como a Sociedade Beneficente Armênia¹⁰⁹ em São Paulo, organizaram concertos de teatro para arrecadar fundos para os armênios, sendo apurados “200 libras esterlinas em benefício dos soldados armênios que conquistaram a cidade e praça forte de Erzerum”¹¹⁰. Tais doações foram levantadas entre os sócios do clube e repassadas para os soldados, devido à situação em que se encontravam após retomar a cidade, seja pela falta de alimentos ou armamento.

Ainda no mesmo espírito, a Associação Christan de Moços de São Paulo, remeteu para a “Armênia e Syria a quantia de 1:536\$500 produto de uma festa realizada no Palácio Teatro desta capital, em benefício dos armênios e sírios vítimas da guerra.”¹¹¹ Além disso, foram organizados eventos para levantar fundos para órfãos armênios¹¹², cuja Comunidade Armênia de São Paulo, já dava sinais de estabilidade socioeconômica. Não obstante, o jornal alerta para estelionatários pedindo em nome dos órfãos armênios.¹¹³ Fato interessante de ser analisado, visto que a população armênia era uma minoria no Brasil, e o país localizava-se em outro continente, demonstra que para até ocorrer casos de estelionato, os massacres repercutiam relevantemente no território brasileiro.

De fato, a Sociedade Armênia de Beneficência de São Paulo, aproveitando o momento propício, envia à Conferência de Paz uma nota a favor da independência da Armênia, mencionando o apoio obtido do embaixador Lloyd George.

Os armênios aqui domiciliados tendo no Brasil vinculados não pequenos interesses, alguns já sob o gozo de regalias que lhes são facultadas pelas disposições constitucionais brasileiras, e outros com descendentes nascidos debaixo da proteção da bandeira auriverde, resolveram fazer chegar até vos, o pedido de bons ofícios em prol da sua mãe pátria: dos que, irmanados no mesmo sangue, em torrão longínquo sofreram as consequências da irrevogabilidade dos princípios em prol da sua liberdade, e ainda hão de sofrer no pervir, caso não seja determinada a sua independência. A vos, pioneiros da justiça, que tão de perto ireis ouvir a condenação da opressão – pedimos intercedais do melhor modo em favor do país de haig, a “peróia de todas as russias” como o apelidou o ex-czar Nicolau II; deste povo que tem civilização, porque tem língua própria, porque tem sua religião, o porque nos seus monumentos literários e artísticos e na sua notividade industrial, o comercial, sempre demonstrou grandes desenvolvimentos.... Aos filhos de haig residentes no Brasil, será imorredoura a gratidão a este torrão abençoado, quando tiverem de ouvir a manifestação dos representantes desta republica, ao lado das simpatia imensas já

¹⁰⁹ “Festival pró armênios”. *O Estado de S. Paulo*, 03/05/1916; “Festival pró armênios” *O Estado de S. Paulo*, 07/05/1916; “Festival pró armênios”. “Pelos Armênios”. *O Estado de S. Paulo*, 12/05/1916.

¹¹⁰ “Pelos Armênios”. *O Estado de S. Paulo*, 14/04/1918.

¹¹¹ “Pelos Syrios e Armênios”. *O Estado de S. Paulo*, 14/09/1918.

¹¹² “Pelos Orphams Armênios”. *O Estado de S. Paulo*, 10/10/1919.

¹¹³ “Exploradores da caridade pública”. *O Estado de S. Paulo*, 17/09/1920.

asseguradas em defesa da sua independência pela França, Inglaterra, Itália, Bélgica e principalmente pela República dos EUA.¹¹⁴

Quanto ao governo brasileiro, interessante notar a simpatia pelo imigrante armênio, já em 1924, posterior às primeiras levadas de imigrantes.

Pareceu-me nessa ocasião que havia uma emigração possível, de **excelente qualidade, e que poderíamos obter com vantagem: era a dos armênios**. Os armênios constituíam uma atrapalhação para a Turquia, **estava no interesse dela extingui-los**, não porque fossem maus e ociosos mas ao contrário porque **eram activos, fortes e inteligentes; tinham apenas o inconveniente do antagonismo religioso**. Assim, no passo que outras nações só nos dariam os piores dos seus cidadãos, a Turquia, se a pedíssemos, nos daria, de certo, **os melhores, mais fortes, mais robustos dos armênios: era o seu desejo ver-se livre deles**. Dahi mesmo os grandes morticínios a que os submetia, de tempo a tempos. Um bello dia, em 1808, estando em Constantinopla, fui ver o patriarca dos armênios, que era então monsenhor ILEGIVEL, falei-lhe do meu plano: o patriarca aceitou a ideia com grande alegria. Pediu-me que a puzesse em pratica. Prometeu-me levaz de agricultores, sadios e fortes, que nunca tinham estado nas cidades. Quando, porem, eu voltei com a minha ideia, disposto a pleitear-o, esbarrei com um artigo do orçamento em que se proibia a entrada de “asiáticos”. O artigo tinha sido feito especialmente contra chineses e japoneses, [ILEGIVEL] na sua redação abrangiu tudo, e os armênios, embora da Asia Menor, estavam na proibição. Como e quando se revogou a disposição não sei.¹¹⁵

Como se sabe, estavam em voga no Brasil as ideias da ciência eugênica, que considerava as culturas orientais como inassimiláveis, por isso, sua entrada no país deveria ser restrita (GRÜN, 1992, p. 33-34). No entanto, as primeiras levadas de imigrantes de armênios chegam ao Brasil ainda no final do século XIX e a segunda, a partir de aproximadamente 1920. Mesmo sendo dificultada a sua entrada, no caso dos armênios, o ministério da agricultura achava proveitosa sua atividade comercial nas cidades, como nota-se ainda em 1923:

o ministério da agricultura, pouco proveitosa as regiões rurais a entrada de emigrantes armênios em território nacional, por isso, que preferem eles dedicar a sua atividade de trafico comercial, no que se mostram hábeis e constantes¹¹⁶

Essa caracterização dos armênios enquanto um povo essencialmente comercial faz parte de um cenário maior relacionado à imigração bastante significativa de outras etnias advindas do Império Otomano, notoriamente sírios e libaneses, ambos também tidos enquanto “raças” relativamente propícias à integração dentro da sociedade brasileira, devido, principalmente, a sua condição religiosa. Tanto dentre os imigrantes sírio-libaneses como

¹¹⁴ “A aspiração da Armênia”. *O Estado de S. Paulo*, 25/12/1918.

¹¹⁵ “Jornais do Rio”. *O Estado de S. Paulo*, 31/10/1924.

¹¹⁶ “Notícias do Rio”. *O Estado de S. Paulo*, 13/04/1923.

dentre os armênios – estes últimos em levadas bem mais modestas – houve uma predominância forte de cristãos, sendo raros os muçulmanos a imigrarem para o Brasil.

De toda forma, tanto a imigração armênia como a participação do Brasil ao lado da Tríplice Entente, somados às posições eminentemente anti-turcas de jornais como OESP, *Jornal do Comércio* e *Correio da Manhã*, contribuíram para posicionamentos oficiais mais vigorosos por parte do governo brasileiro, de tal sorte que o Brasil é um dos poucos governos que reconhecem os massacres armênios segundo sua nomenclatura mais agressiva, isto é, Genocídio Armênio¹¹⁷.

Dessa forma, ao longo deste capítulo constatou-se a evolução de um jornal brasileiro (OESP) que, em concordância com valores liberais, manipulou e distorceu fatos (como a culpa alemã, a ocultação religiosa de parte das vítimas e os crimes cometidos por estas) para reforçar valores pessoais e se consolidar enquanto renomado veículo formador de opiniões.

¹¹⁷ O Brasil reconhece o Genocídio Armênio desde 2015, quando uma moção referente ao tema foi aprovada pelo Senado. Cf. Folha (2015)

CONCLUSÃO

Em 1894 iniciaram no IO diversos ataques as populações armênias, principalmente por parte dos Kurdos, vinculados ao próprio governo. Tais massacres se estendem até a entrada dos Jovens Turcos no poder, o que causou esperança nestas populações de conseguirem apoio do novo governo para impedir tais matanças, fato que não foi concretizado.

Ao assumir o governo com uma política nacionalista, os JTs perpetraram novos massacres e deportações, que se estenderam até meados de 1920. Após o fim da Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano foi dividido pelas potências vendedoras.

Durante o período de 1894 a 1923, as notícias dos massacres, relações diplomáticas e fatos internos que ocorriam no IO passam a circular no mundo, a partir da divulgação pelas potências aliadas, como Inglaterra, EUA e França.

Estas notícias, em sua maioria, eram encaminhadas para os países da América Latina a partir de agências de informações, como a francesa Agência Havas, captadas por jornais da época, no qual selecionou-se *O Estado de S. Paulo*.

Como era um dos jornais mais relevante do período e, principalmente, focado no estado de São Paulo, local com maior contingente de imigrantes, tanto armênios quanto sírio-libaneses, o jornal estava bem suprido de informações do exterior, fato crucial para ser selecionado para a análise.

Os jornais inseridos no meio social buscam o poder e é neste aspecto que Abramo classifica a manipulação da imprensa, em que por meio do poder, os meios de comunicação se tornam novos órgãos políticos, “é por isso que eles precisam recriar a realidade onde exercer esse poder, e para recriar a realidade eles precisam manipular as informações” (ABRAMO, 2016, p. 61). Desta forma, a manipulação é necessária para a consolidação do poder, visto seus milhares/milhões de leitores e simpatizantes, que moldam suas opiniões baseadas nas informações divulgadas em seus editoriais.

Com isso, a partir da tomada de poder e autoridade, OESP passa a influir na sociedade brasileira, utilizando a formação de opinião a cerca de fatos internacionais relevantes, como os massacres de armênios.

Já em mãos do editores, as notícias sobre as matanças sofriam juízos de valores, fato muito bem abordado por Abramo sobre a manipulação da imprensa, afinal, o jornal OESP deu grande divulgação aos massacres sobre os armênios, noticiando os fatos desde os massacres

hamidianos. Contudo, por que noticiar o ocorrido para a população brasileira, cuja comunidade armênia no período era relativamente pequena?

Como citado nos primeiros capítulos, ocorreram duas levadas de imigrantes armênios para o Brasil, a primeira leva focada no setor trabalhista, e a segunda leva, de sobreviventes dos massacres. A estabilidade financeira da comunidade armênia de São Paulo, por exemplo, só se concretizaria na segunda metade do século XX, como cita Grün. Por isso, descartou-se a hipótese de que a comunidade armênia possuísse poder econômico na sociedade paulista durante o recorte do trabalho.

Dessa forma, iniciou-se a análise dos interesses do OESP, cujo crescimento de tiragens cresceu significativamente neste período, devido aos seus boletins semanais sobre a Primeira Guerra Mundial. Como mencionado, Julio Mesquita era considerado adepto do liberalismo, por isso, buscava se posicionar ao lado das potências liberais da época, como EUA e Inglaterra.

Com a ascensão dos JTs no poder e, posteriormente, a entrada do IO na guerra, as potências aliadas, caso ganhassem, poderiam dividir o antigo e decadente Império. No entanto, para isso, faz-se necessário um motivo para difamar o IO, fato este ocorrido no mesmo período: os massacres armênios.

Assim, constatou-se que as notícias dos massacres foram exaustivamente divulgadas, seja pela Havas, seja por diplomatas como Morgenthau ou por políticos como Lord Bryce, para divulgar as crueldades do inimigo “oriental e bárbaro”, manipulando a opinião internacional para seus próprios interesses.

Isso é notável devido às atitudes com as vítimas, que recebiam apoio em manifestações públicas, notas diplomáticas, ou doações em dinheiros e mantimentos, que eram confiscados pelo IO. Atitudes mais drásticas eram solicitadas pelos oficiais que serviam em solo otomano, contudo, devido ao protocolo diplomático respectivos aos seus países, a orientação era o não envolvimento em assuntos internos.

Sendo assim, o jornal OESP divulga tão amplamente tais notícias devido ao posicionamento de seu editor, Julio Mesquita, que buscava sintonia com os interesses dos países aliados.

Prosseguindo com a pesquisa, nota-se outro padrão de manipulação abordado por Abramo, caracterizado pela ausência de certos termos referentes às vítimas, como a definição de armênios muçulmanos e armênios assassinos.

Abramo relata que esta ocorrência se caracteriza pelo padrão de ocultação, o qual se refere à ausência dos fatos, não se tratando

“de fruto do desconhecimento, e nem mesmo de mera omissão diante do real. É, ao contrário, um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade [...] O fato real foi eliminado da realidade, ele não existe. O fato real ausente deixa de ser real para se transformar em imaginário. E o fato presente na produção jornalística, real ou ficcional, passa a tomar o lugar do fato real, e a compor, assim, uma realidade diferente da real, artificial, criada pela imprensa” (ABRAMO, 2016, p. 40-41).

Se o fato é negligenciado, cria-se no imaginário que ele não existe. Ao longo dos anos, encontraram-se diversas ocorrências aos “armênios cristãos”, mas nenhuma menção que entre estas vítimas existiam muçulmanos, judeus, entre outros. *OESP* utiliza dessa forma de manipulação da imprensa como um meio para aflorar empatia entre o povo brasileiro e um povo em outro continente, a partir da religião das vítimas e do leitorado, ambos cristãos. A religião também se torna adjetivo para especificar os responsáveis pelos crimes.

A Sublime Porta anunciou ao sr. Paul Cambon, embaixador da França nesta capital, que em Tokaf, tinham sido presos 140 muçulmanos considerados os principais culpados dos massacres de armênios. (“Agência Havas”. *O Estado de S. Paulo*. 04/04/1897).

Com o desenrolar dos conflitos entre armênios e otomanos, o *OESP* utiliza do padrão de inversão da relevância dos aspectos, em que “o secundário é apresentado como o principal e vice-versa; [...] o caráter adjetivo pelo substantivo; o pitoresco, o esdrúxulo, o detalhe, enfim, pelo essencial”. (ABRAMO, 2016, p. 43-44). Em grande número de notícias, nota-se a construção do algoz (muçulmano/otomano/bárbaro) e da vítima (cristã/indefesa). Mesmo quando ocorrem reações dos armênios, o jornal os define como revoltosos e revolucionários.

Outra forma de manipulação das notícias devido a conflitos de poder no domínio local foi a tentativa de culpar os alemães pelos massacres, retirando a culpa primordial dos otomanos, fato abordado no terceiro capítulo e enquadrado como um padrão de indução da opinião pública.

Assim, em um perfil cronológico perante a análise do *OESP*, nota-se que entre 1892 e 1896 *OESP* mantinha cautela quanto à exposição dos massacres de armênios, buscando ênfase nas notícias sobre as tensões étnicas dentro do Império, bem como o início do questionamento do governo de Abdul Hamid. Neste período, nota-se ainda pouco destaque ao vitimismo armênio, divulgando as notícias sobre os massacres hamidianos, mas ainda, sem fervor.

Já no período de 1896 a 1908 (final da guerra e golpe de Estado), *OESP* não poupa críticas ao governo de Abdul Hamid, principalmente após a invasão da Grécia na Guerra Greco-Turca. Além disso, o jornal já demonstrava visível simpatia pelo *CUP*, que até então, recebia apoio da Inglaterra e França, como uma das poucas alternativas para o *IO*. Com a ocorrência do golpe de Estado do *CUP*, *OESP* comemora abertamente a vitória do partido. Quanto aos armênios, os massacres hamidianos ganham forte visibilidade no *OESP*, já demonstrando empatia com as vítimas.

Entre 1908 e 1914 *OESP* divulga, a princípio, notícias comparativas sobre a política governamental entre os *JTs* e Abdul Hamid, principalmente a respeito da tensão envolvendo a população armênia em meio a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Com o desenrolar da Primeira Guerra Mundial, durante o período de 1914 a 1918, *OESP* passa a divulgar assiduamente a situação do *IO* diante do conflito, bem como o desencadear dos massacres em 1915. A partir desse momento, o tom de harmonia com os *JTs* modifica-se, passando a culpá-los diretamente pelos massacres, enquanto constrói uma imagem dos armênios de “vítimas sem reação”, amenizando os casos de ataques armênios á soldados e vilas otomanas, enquanto ressaltava as crueldades praticadas pelos turcos.

Por fim, no período pós-guerra, entre 1918 e 1922, nota-se a diminuição gradativa dos massacres, e conseqüentemente, das notícias sobre o fato. *OESP* passa a focar nas relações do *IO*, bem como no julgamento dos considerados responsáveis pelos massacres armênios, no entanto, em nenhum momento pós-guerra deixou de lado seu espírito armenófilo.

Desta maneira, conclui-se com a análise que o jornal *O Estado de S. Paulo*, em concordância com os interesses aliados e liberais, passa a divulgar as notícias sobre os massacres de armênios como uma forma de se estabelecer politicamente no estado de São Paulo, utilizando recorrentemente padrões de manipulação. Além disso, o jornal utiliza termos pejorativos quanto aos otomanos, passando de “bárbaros”, “assassinos”, “cruéis”, até termos específicos para Abdul Hamid, como “torvo assassino” e “sultão vermelho”, além de diversas ocorrências com acusações pessoais como “demente” e quanto a sua “má administração”.

Já sobre os armênios, nota-se visível simpatia criando um imaginário de vítimas passíveis e vulneráveis, buscando empatia com o leitorado com base em valores religiosos e culturais.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

O Estado de S. Paulo, São Paulo, 1894-1923. Acervo Digital Estadão. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/> Acesso em: 20 Jul. 2017.

LIVROS E ARTIGOS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa** / Perseu Abramo ; com colaborações de Laura Caprigliole ... [et al.]. – 2. ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

ALEM, Jean Pierre. **A Armênia**. São Paulo, Difusão Européia do Livro. Tradução de Arakcy Kafejian Martins Rodrigues, 1961.

ALMEIDA, Ligia Cristina Sanchez de. **Armênios e gregos otomanos: a polêmica de um Genocídio**; 2013. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP; São Paulo/SP.

ALMEIDA, Patrícia Teixeira. **Representações sociais do analfabetismo na perspectiva de jovens e adultos alfabetizados**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília/GO.

BAHIA, Juarez. **Jornal. História e Técnica**, 4º ed. rev. e amp. São Paulo, Ática, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: REMOND, Rene. **Por uma história política**. [Direção de] Renê Rémond; tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

BERTONHA, João Fábio.. **A Primeira Guerra Mundial: o conflito que mudou o mundo (1914-1918)**. Maringá: Eduem, 2011. 136p

———. O Império otomano e a Primeira Guerra Mundial (resenha da obra de Sean McMeekin). Tempo. *Revista do Departamento de História da UFF*, v. 17, p. 269-273, 2012.

BLOXHAM, Donald. **The Great Game of Genocide: imperialism, nationalism, and the destruction of the Ottoman Armenians**. Nova York: Oxford University Press, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 11º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOGOSSIAN PORTO, Pedro. **Construções e Reconstruções da Identidade Armênia no Brasil**. 2011. Dissertação de mestrado em Antropologia, ICHF/UFF. Rio de Janeiro/RJ.

CALDEIRA, Jorge. Julio Mesquita, fundador do jornalismo moderno no Brasil. In: Julio Mesquita. (Org.). **A Guerra**. São Paulo: Terceiro Nome, 2002, v. 1, p. 21-32.

CAMPOLINA MARTINS, Antônio Henrique. O Genocídio da Primeira Nação Inteiramente Cristã. *Revista Ética e Filosofia Política* – Volume 10 – Nº 1. Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Junho de 2007.

CHARNY, Israel W. **Anatomia do genocídio**: uma psicologia da agressão humana. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

CAMPOS, Paula Drumond Rangel. O crime internacional de genocídio: uma análise da efetividade da Convenção de 1948 no Direito Internacional. *Revista Eletrônica de Direito Internacional*, v. 1, p. 638-692, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim e PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

———. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELLE, Mônica; MELO, Marlene, GONÇALVES, Carlos. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, Lavras - MG, v. 5, n.1, p. 69-85, 2003.

CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil** / Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno. – 2. ed. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2002.

CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO. Dica de Leitura. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/convenca....crime_genocidio.pdf> Acesso em: 10 de jan. 2017

CORREA, Amélia Siegel. Imprensa Política e Pensamento Republicano no Paraná no século XIX. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR), Curitiba, v. 17, n. 32, p. 139-184, 2009.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. **Na oficina do historiador**: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, PUC, nº 35, pp. 253-270. Disponível em <<http://www4.pucsp.br/projetohistoria/series/series3.html>>. Acessado em 14/09/2015.

DARÓZ, Carlos. **Os Janízaros Otomanos**. Disponível em: <<http://darozhistoriamilitar.blogspot.com.br/2009/03/os-janizaros-otomanos.html>>. Acesso em: 20 Jun. 2017.

DIVERSOS. **Veredito em o Crime do Silêncio**: Genocídio Armênio. Trad. Sossi Amiralian. São Paulo, 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil** / Boris Fausto. – 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. – (Didática, 1).

FERNANDES, José Pedro Teixeira. **O Genocídio armênio**: o reconhecimento político e o problema histórico. *Revista História* nº 68, pp. 28-38, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Senado aprova moção que reconhece genocídio na Armênia**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/06/1637201-senado-aprova-mocao-que-reconhece-genocidio-na-armenia.shtml>>. Acesso em: 22 Ago. 2017.

GOLDFELD, Monique Sochaczewski. O Império Otomano e a Grande Guerra. In: *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*: Instituto de Estudos Estratégico da Universidade Federal Fluminense - INEST/UFF. Ed. nº 5 - Vol. I Rio de Janeiro, Luzes – Comunicação, Arte & Cultura, 2015, 340 p.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, Rousiley; Maria Céres Pimenta Spínola Castro (orgs). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG. Coleção: Humanitas, 2006.

GRÜN, Roberto. **Negócios & famílias**: armênios em São Paulo / Roberto Grün. – São Paulo: Editora Sumaré, 1992. FAPESP. – (Série Imigração; v.3)

GUNTER, Michael. **Armenian Terrorist**: A Reappraisal. *Journal of Conflict Studies* 27 Winter 2007, pp. 109 – 128.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

KECHICHIAN, Hagop. **Os Sobreviventes do Genocídio**: Imigração e Integração Armênia no Brasil – Um Estudo Introdutório – (Das Origens à 1950). 2000. Tese de doutorado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo .São Paulo/SP.

KERIMIAN, Nubar. **Massacres armênios e memórias de Naim Bey para Aram Andonian**. São Paulo, 1981.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América** / Boris Fausto (organizador). 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho. Considerações sobre a abordagem da mídia brasileira ao genocídio armênio. *Revista Ética e Filosofia Política* – Volume 10 – Nº 1. Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Junho de 2007.

———. A imigração armênia para a América do Sul: os casos de Argentina e Brasil. In: Ismênia de Lima Martins; Alexandre Hecker. (Org.). *E/ Imigrações: questões, inquietantes*. 1 ed. São Paulo: Expressão e Arte, 2013, v. 1, p. 99 – 116.

———. Diálogos entre História e Direito: o conceito de genocídio e o caso armênio. *Revista Fórum de Ciências Criminais*, v. 1, p. 1-20, 2015.

———. **Pragmatismo e humanitarismo: a política externa brasileira e a causa armênia (1912-1922)** / Heitor de Andrade Carvalho Loureiro – Franca: [s.n.], 2016. 230 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca/SP.

LUCA, Tânia Regina de. **A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX**. 9º Conferência Internacional da Brazilian Studies Association (Brasa), Tulane University, 2008.

———. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-153.

LIPPI, Camila Soares. **A importância da obra de Raphael Lemkin para a elaboração da Convenção Internacional sobre Genocídio**. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

LITRENTO, Oliveiros. **Curso de direito internacional público**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direito internacional público/ Valério de Oliveira Mazzuoli**. – 5. ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

———. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: MÉTODO, 2014.

MESQUITA, Júlio. **A Guerra**. São Paulo: Terceiro Nome, 2002. 4v.

MINIUCI, Geraldo. O genocídio e o crime de genocídio. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 83, p. 299-321, 2010.

MIRANDA, Luciana Meira Lins. Uma abordagem política e jurídica do genocídio armênio. *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, Vol. 2 (2), 2011.

MOUILLAUD, Maurice; DAYRELL, Sergio Dayrell (orgs). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2002.

PASTORE, Fortunato. O Primeiro Ano: do início do conflito à entrada da Itália. In: Julio Mesquita. (Org.). **A Guerra**. São Paulo: Terceiro Nome, 2002, v. 1, p. 41-51.

PAULA, Luiz Augusto Módolo de. **Genocídio e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito

Internacional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo/ SP, 2011.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. **Islã: Religião e Civilização** (Uma Abordagem Antropológica). Aparecida: Santuário, 2010.

POWER, Samantha. **Genocídio: a retórica americana em questão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

QUATAERT, Donald. **O Império Otomano**. Das origens ao século XX, Lisboa, Edições 70, 2008.

RIBEIRO, Maria Florencia Guarache. **A revolução das mulheres no Curdistão**. II Simpósio Internacional / XV Simpósio Nacional / II Simpósio Sul da ABHR. UFSC, Florianópolis, 2016.

ROCHA, Ilana Peliciari. **Imigração internacional em São Paulo: retorno e reemigração, 1890 – 1920**. Dissertação de mestrado, Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir**. Usos políticos dos massacres e dos genocídios. RJ: Difel, 2009.

SILVA, Carlos Augusto Canêdo Gonçalves da. **O genocídio como crime internacional**. Horizonte: Del Rey, 1998, 270p.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. *Revista História em Reflexão*: Vol. 4 n. 8 – UFGD – Dourados jul/dez 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Ismara Izepe de. O Brasil e a Grande Guerra nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo. In: *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*: Instituto de Estudos Estratégico da Universidade Federal Fluminense - INEST/UFF. Ed. nº 5 - Vol. I Rio de Janeiro, Luzes – Comunicação, Arte & Cultura, 2015, 340 p.

SOUZA, Roney Salina. **Uma vida entre dois mundos: imigrantes sírios e libaneses em Dourados (1910-1980)** / Roney Salina de Souza. Dourados, MS: UFGD, 2007.

SOTANA, Edvaldo Correa. **O discurso pacifista nas páginas da imprensa escrita brasileira: uma análise dos jornais O Estado de S. Paulo e Correio da Manhã**. XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

TOYNBEE, Arnold J. **Atrocidades Turcas na Armênia**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TURKISH INDUSTRIALISTS' AND BUSINESSMEN'S ASSOCIATION. **U. S. Res. 106: Factual and Legal Deficiencies.** TÜSIAD publications: Istanbul, 2008

VEZNEYAN, Sergio. **Genocídios no século XX: uma leitura sistêmica de causas e consequências.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo/ SP, 2009.

ZICMAN, Renée B.. **História através da Imprensa:** Algumas considerações metodológicas. Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 4, p. 89-102, 1985.

ANEXOS

Esta seção de anexos destina-se à organização de notícias utilizadas no decorrer da pesquisa. Tais notícias destacam-se pela importância qualitativa para a análise desenvolvida, visto que abordam desde os massacres e violência empregadas contra os armênios, ataques realizados pelos armênios e a visão do jornal OESP sobre os envolvidos nos conflitos, como Abdul Hamid, Jovens Turcos e as Potências da Tríplice Entente. Dessa forma, buscamos selecionar as notícias mais relevantes e ricas em conteúdos para utilizarmos na análise exposta no terceiro capítulo, além de optarmos por reproduzi-las, na íntegra, para mais informações.

ABDUL HAMID

“O império otomano”. *O Estado de S. Paulo*. 10/09/1896.

OS NOSSOS TELEGRAMMAS

O imperio ottomano

As notícias da Turquia passaram inesperadamente a apresentar o que parecia resolvido como um caso intrincadíssimo, em que, nem as reclamações das potencias nem as promessas, que o sultão fez do lhes dar satisfação, subsistiam.

As atitudes successivas dos musulmanos nos christãos parecia indicada, como remedio, a decretação das providencias apontadas pelas nações da Europa as quaes offendia e feria profundamente a indifferença do Sultão ante os morticínios de christãos que no seu imperio se têm repetido, desde o da Arménia até ao de Creta, passando pelo da propria capital ottomana.

O sultão Abdul-Hamid prometia dar satisfação a estes conflitos fataes; mas, em porque lhe fallamos a autoridade efectiva para dar cumprimento de suas promessas, ou porque de lá se dá a resposta, e certo é que o imperador da Turquia nada repellido e lido se dá de se mais tristes annos de selvageria aos que se nota collectiva que sobre a que Sultão Forte tem chorido de uma resposta satisfactoria.

Alguns factos europeus, ante esta estranha conduta, chegaram a assegurar que o sultão se encontrava, como aquelles que Deus condena, desmentado, e, portanto, irresponsavel. E telegrammas recentes davam volta a esta affirmativa, porquanto attribuíam ao sultão e proprio de desviar contra os arménios, sem desamparar de qualquer ordem, a pena a si mesma.

Des morticínios de Constantinopla Abdul-Hamid impõe a responsabilidade integral aos arménios.

A morte é tão constante que as potencias, que têm interesse no capital ottomano, se apressaram em desmentar a esta nota collectiva, e as representações diplomaticas pediram aos seus governos instruções explicas para se guiarem no seguimento das negociações estabelecidas.

O caso dos arménios, porém, não é mais momento e que fuzco o elemento essencial para a crise nacional do Imperio Ottomano. Causas tendem para reger a situação mas o problema de Creta é o que sobre o qual se movem e se movem toda a intervenção estrangeira, diplomática ou armada.

E' principio de mais nada, que digamos que as negociações feitas a respeito de Creta, feitas por uma evidente impugnação ao sultão, foram a causa da repulsa das demandas e da confusão de Constantinopla. E' por causa dos acontecimentos de Creta, e pelo facto de Turquia ter sido acometida a perder a integridade territorial, que a população da capital do imperio se revoltou, em breve fuzco, contra os arménios e lhes pedia as cabeças pelas ruas da forma Stambul.

O velho estadista inglês, em quem se portava a quem vir excessos de uma christã, Gladstone, referindo-se a tristes consequências que a relativa victoria cretense trouxe aos arménios residentes em Constantinopla, foi ao ponto de afirmar que o império da Turquia estava a cada mais nada menos do que o proprio Abdul-Hamid.

Não chegou para ele a tal ponto para que grave accusação, muito embora, por algumas circumstancias—por exemplo a que o sultão allega de insurreição abastada dos musulmanos—se se a que lhe agredia a liberdade local. Seis adivinha, que não são ditas, não jactâncias e imperador desculpam, mas não negligenciam, os arménios que elles foram, os accusados de tanta vergonha para o seu reino.

O sultão, porém, cruzou os braços, e, de alto do seu poder absoluto limitou a responder ás nações civilizadas que os morticínios de arménios eram provocados pelas proprias victimas.

A fidelidade do que se contém na resposta do sultão não é fira de discussão para quem haja seguido estes acontecimentos desde o seu inicio.

A luta começou religiosa e passando, durante algum tempo, por uma phase de representações, em que (o sultão) se arrastou a tomar a offensiva, chegou a este momento de accusar os seus inimigos, fuzcos, que só momentanea explicação no despojar os musulmanos contra aquelles dos sultão do Imperio da Turquia para os que eram então volada a sympathia que a Europa dispensava aos insurrectos da ilha de Creta. E' indubitavelmente do que aconteceu na ilha de Creta, que resulta o recrudescimento do racor pelos arménios e reagiu a matança a que o sultão permitiu, comecando os fuzcos, portanto, o seu apoio.

Deus vai ao se limitou os termos musulmanos a simples luctas de raça, não até á leitura, atilagem o delirio de sangue, puzam pela cidade—no plano Europeu—alugue e fuzcos de raça, e á civilização do velho mundo, fuzcos, fuzcos de indignação, apontam os corpos mutilados e dantes de os culpados!

Custear, na sua eloquencia fuzcos de morticínios, e quem o mal comprada a luz e o calor, disse alguns que aos armenios de vices o progresso e a civilização surgem como oites nefandos. E' a cidade o grande condor a Turquia, bella na sua natureza e na sua arte tradicional, a Turquia bella e ligada, a que a cultura só chegou com um delirio de polvera e outro de fogo.

E' assim parvo que ha de ser a Turquia de agora, e Turquia do amanhã que segue. Nem as prevenções das grandes potencias, nem a palavra convincente do piedoso, do compellido! Barba e indifferente var espalhando cadáveres, vao-se matando de sangue, impiedoso, indifferente.

E' por isso que ao attender á situação que foi creada pela insurreição pela matança de mil, e ao saber que por tais equívocos fuzcos de vices nações para Constantinopla, e a todos os honras de compia a expugnação de que a Europa retalia e distubia pelas povoações e visto imperio a cujos destinos do desmantelamento prelo o sultão Abdul-Hamid.

Pelo dr. J. de Almeida foi luctas remittido ao dr. J. de Almeida da 1ª v. a criminal, o luctos sobre o estado de Louc Florini.

Recebemos e a. 57, do 11 anno, de excellentissima Gualterio e Flaminio, que se publica no Rio, Grato.

MASSACRES E VIOLÊNCIA

“Os haréns turcos e massacres de armênios”. *O Estado de S. Paulo*. 31/07/1919.

OS HARENS TURCOS E OS MASSACRES DE ARMENIOS

Nova York. (U. P.) — Comunicação epistolar do sr. Don Chatterlain, enviado de Londres, pelo correio:

“A maneira por que estão sendo reconstituídos os harens turcos com raparigas armênias e pela qual os muçulmanos reencontraram os massacres na Armênia — servem de assunto para uma narrativa do sr. Melville Chater, romancista de Nova York, que acaba de chegar a esta capital da volta de uma viagem a Turquia e Armênia, como membro de uma missão da Cruz Vermelha norte-americana.

O sr. Melville Chater, que garante a veracidade da sua narrativa, diz que, pessoalmente, procedeu a investigações sobre os massacres e raptos de moças armênias, sequestrando muitas vezes com homens e mulheres, que haviam conseguido fugir aos turcos.

Essas investigações podem ser resumidas na narrativa feita por uma rapariga armênia, raptada com vinte e poucos annos.

“Encontrei-a em Constantinopla, diz o sr. Chater, onde me contou os transe por que passou descobrindo os métodos empregados pelos turcos para a realização dos seus planos.

“Os turcos são muito ardilosos — disse-me ella. Quando apresentavam um plano, punham immediatamente mãos á obra. O seu primeiro passo era estabelecer quartéis generaes na aldeia. Enviavam em seguida um aviso a todos os habitantes, com ordem de entregar todas as suas armas e depositá-las em um determinado ponto. Depois, davam buscas nas casas e, onde encontravam armas, os respectivos moradores eram immediatamente executados. Seguiu-se um período de inactividade. Quando já se começava a pensar que ninguém seria mais molestado, os turcos publicavam outra proclamação ordenando que todos trouxessem os seus utensílios caseiros para um certo sítio da aldeia, sendo então esses objectos confiscados.

Vinha depois nova proclamação, declarando que em vista de razões militares, a aldeia devia ser abandonada e, logo que todos os habitantes se tinham reunido para attender a ordem, as suas casas eram queimadas com archotes.

Estes habitantes, cujo número ás vezes, se elevava a alguns milhares de individuos, eram intimados a prepararem-se para seguir para outra aldeia, distante alguns dias de viagem. Mas, em vez de seguirem directamente para a aldeia, eram conduzidos por estradas e forçados a andar, dias e dias, sem alimentação. Mesmo os que possuíam recursos, não podiam adquirir viveres. Assim o numero dos viandantes, decrescia,

continuamente, pois que os velhos e os enfermos, cahiam exaustos e eram abandonados á beira da estrada.

Finalmente, depois de caminhar dias e noites, fazia-se uma parada. Nessa occasião verificava-se que todos os velhos, homens e mulheres, haviam morrido ou tinham sido abandonados exaustos pelos caminhões; restavam somente os jovens. Estes eram separados, segundo os sexos, exceptuados os meninos de menos de onze annos, que eram collocados ao lado das mulheres. Começavam então os massacres. Homens eram mortos a tiros ou a punhaldadas. Tres ou quatro eram atados juntos com a mesma corda e lançados ao rio. Depois do massacre, era impossivel fazer uso das águas do rio, pois ellas corriam vermelhas, tintas do sangue das victimas.

Depois que os turcos haviam completado a sua obra assassina, as mulheres eram collocadas em ordem, escolhendo os officiaes quatro ou cinco dentre ellas, sendo que os de alta patente faziam sua escolha em primeiro logar.

Fui levada por um official turco para a sua tenda, onde já estavam tres outras mulheres.”

Refere Chater que quando os turcos partiram, essa joven tentou escapar sob o pretexto de que havia descoberto um pouco atrás, na estrada, uma porção de rebotalho. Como os turcos consideraram isso um excellentes combustível, deram-lhe permmissão para ir buscá-lo.

Ella se retirou para trás e continuou a retroceder até chegar ao rio, que atravessou a nado. Essa joven armênia caminhou durante dias, procurando sustentar-se com arros selvagem até chegar a uma cidade, onde um jovem official turco propoz fazer a sua legitima e unica esposa. Ella aceitou.

Chater acrescenta, em sua narrativa, que os armênios são o cerebro dos negocios das regiões transcaucasas.

É exactamente por temerem que as suas empresas commerciaes tragam como resultado o dominio dos armênios na Transcaucasia, que os turcos os massacram. Os armênios são bons ganhadores de dinheiro, muito prolificos; o seu incessante crescimento numerico é um grande alarma para os turcos. Nada agradaria mais aos turcos do que a sua completa eliminação.

Geographicamente, a posição dos armênios é muito desvantajosa. Estão apertados pelos tartaros e pela georgias de dois lados, e de outro lado pelas montanhas, onde dezenas de tribus selvagens, falando muitas linguas differentes são para elles uma outra ameaça constante.”

“Execução de armênios”. *O Estado de S. Paulo*, 15/09/1909.



“Os fanáticos da Ásia Menor pregam o massacre dos italianos e dos armênios.”. *O Estado de S. Paulo*, 09/03/1912.



“A propriedade dividida pela força”. *O Estado de S. Paulo*, 25/10/1912.

A propriedade dividida pela força—O patriarca armênio recebeu de Bitlis e de Mouche uma série de notícias alarmantes, entre outras a de que Ibrahim Kaimakan de Modgan forçou os camponeses armênios de Dagawank a assinar um documento declarando que metade das suas propriedades pertenciam aos kurdas. O kaimakan declarou que procederia do mesmo modo nas outras povoações armênias.

De Mouche comunicaram para Constantinopóla que doze chefes kurdas com duzentos homens armados e o kaimakan assassinaram um sacerdote e sete armênios em Dagawank, dirigindo-se depois com o kaimakan de Kadvan à aldeia armênia de Chinist onde intimaram os camponeses a ceder metade das suas propriedades aos kurdas da tribo dos Bedik-E chego, sob a ameaça de uma carnificina. Os camponeses assinaram o documento respectivo, apavorados.

No distrito de Psank, os kurdas reclamaram dos camponeses armênios o pagamento do imposto do kafir, que respeita à escravidão. Mataram e feriram muitos camponeses que recusaram paga-lo. Depois apoderaram-se-lhes dos rebanhos. O célebre bandido Hadj-Fero começou a mostrar-se nas aldeias armênias, em companhia do kaimakan de Kadvan. As queixas dos bispos de Mouche e de Bitlis às autoridades locais foram infrutíferas.

“Os massacres de armênios”. *O Estado de S. Paulo*. 28/04/1915.

Os massacres de armenios — WASHINGTON, 27 (E.) — O sr. William Bryan, secretario de Estado, attendendo a solicitações da Russia, representou á Porta, a proposito dos massacres dos armenios, pelas tropas ottomanas, insistindo pela

adopção de medidas, para impedir a repetição dessas selvagerias.

“A perseguição dos armênios na Turquia”. *O Estado de S. Paulo*. 26/05/1915.

A perseguição dos armenios na Turquia
— Massacres — Uma nota dos governos da «entente» — PARIZ, 25 (H.) — Os governos da França, da Gran Bretanha e da Russia, accordaram fazer publica a seguinte declaração:

«De ha um mez, mais ou menos, a esta parte, a população kurda e turca da Armenia, procedendo de connivencia, e muitas vezes com o auxilio de autoridades ottomanas, tem massacrado grande numero de armenios.

Taos massacres verificaram-se em meados de Abril, em Erzerum, Dertcham, Eugene e Bittlis e em toda a Armenia, onde os habitantes de centenas de aldeias dos arredores do Van foram assassinados.

Nas proprias cidades, os bairros armenios estão cercados pelos kurdos. Em Constantinopola, o governo dá o exemplo, perseguindo a inoffensiva população armenia.

Deante destes novos crimes da Turquia contra a humanidade e a civilização, os governos dos paizes alliados fazem saber publicamente á Sublime Porta que consideram pessoalmente responsaveis pelos ditos crimes todos os membros do governo ottomano, assim como áquelles dos seus agentes que se acharem implicados em taes massacres.»

Os alliados em Gallipoli — ATHENAS, 25 (H.) — Sabe-se aqui que os recentes ataques dos turcos, em Gallipoli, foram todos repellidos.

Os alliados, que receberam novos reforços, reassumiram a offensiva.

NA TURQUIA

As atrocidades turcas na Arménia —
LONDRES, 5 (E.) — Despachos de Tiflis annunciam que depois da occupação do vilayet do Van pelas tropas russas, os kurdos continuaram a commetter atrocidades contra os armenios nos districtos de Bitlis, Mush e Diarbekir.

Os voluntarios armenios combatem desesperadamente, afim de proteger os christãos contra a malvadez do inimigo.

“Massacres de armênios”. *O Estado de S. Paulo*. 03/08/1915.

Massacre de armenios — PETROGRADO, 2 (H.) — Telegramma de Tiflis annuncia que o chefe da egreja armenia appellou para o presidente dos Estados Unidos, sr. Wilson, afim de fazer cessar os massacres de armenios e a deportação de grandes massas de armenios para a Mesopotamia, onde por certo vão morrer.

“Os refugiados armênios”. *O Estado de S. Paulo*. 30/11/1916.

OS REFUGIADOS ARMENIOS EM TIFLIS — Nova York, 29 (H.) — Segundo o relatorio apresentado pelo consul dos Estados Unidos em Tiflis é indizível a miséria que reina entre os milhares de refugiados armenios procedentes da Turquia.

Esses infelizes viveram em terras ottomanas um anno, escondidos em cavernas, para fugir á perseguição dos turcos.

As autoridades russas esforçaram-se por fornecer alimento e abrigo aos mais necessitados.

“Os massacres de armênios”. *O Estado de S. Paulo*. 02/01/1917.

OS MASSACRES DE ARMENIOS — Londres, 1 (H.) — O "Times" publica o depoimento de dois muçulmanos, que assistiram ao massacre dos armenios, em Junho de 1915.

Declara um delles que viu em Naubuyrgs e Mush grande numero de cadaveres de armenios, homens e mulheres. Alguns haviam sido mortos a tiro, e outros a punhaladas. Quasi todos estavam muito mutilados, e as mulheres despojadas de todas as suas vestes. "Vi 500 mulheres e crianças num campo, perto de Bitilis. Os gendarmes que as guardavam disseram-nos que eram prisioneiras, que deviam ser deportadas, mas que tinham ordem de deixar que os bandos de kurdos as massacrassem no caminho.

Perto de Zaart, vi cerca de 5.000 cadaveres empilhados, entre duas ravinas. O bispo armenio de Zaart tinha sido fuzilado, a seu pedido, num subterraneo proximo.

Perto de Mush, vi os gendarmes atear fogo, com archotes, em estabulos em que se achavam recolhidos de quinhentos a mil armenios enfermos, os quaes morreram queimados. Em Mush, todo o armenio que sae á rua é morto. Não se poupa nem os velhos, nem os moços, nem os enfermos.

Entre Hinis e Sherkiskeif, vi fossos cheios de cadaveres de crianças. Em Karasshuban, innumerados cadaveres fluctuavam sobre as aguas do Murad.

Em Herzingham, milhares de armenios foram jogados ao Euphrates, e muitos se atiraram espontaneamente, para evitar a morte.

Um auxiliar do sheik-ul-Islam, acompanhado de um frade, declarava que os armenios haviam derramado sangue muçulmano, sendo, porisso, necessario matar-os. As mulheres eram ultrajadas e assassinadas por bandos organizados de malfeitores.

Em Trebizonda, as crianças, sob a protecção do consul sul-americano, eram arrebatadas, carregadas para barcas e ali mettidas em sacos e atiradas ao mar, depois de assassinadas.

Em Kamach, os bandos de kurdos obrigaram os guardas que combatavam os armenios a afastar-se. Depois, massacravam todos os armenios, lançando os cadaveres no Euphrates.

Em Trebizonda, os muçulmanos foram avisados de que eram passíveis da pena de morte, se dessem abrigo a armenios. Os funcionarios turcos, que escoltavam mulheres bonitas, violavam-n'as, antes de assassina-las."

"Opinião do 'Times' sobre os turcos". *O Estado de S. Paulo*. 22/02/1917.

NA TURQUIA

OPINIÃO DO "TIMES" SOBRE OS TURCOS — Londres, 20 (H.)

— O "Times" de hoje publica um longo artigo intitulado. "O turco, combatente leal", em que se estabelece a diferença entre o turco da lenda e o turco da realidade.

O "Times" insiste na detestável influencia exercida sobre a Turquia pelos Jovens Turcos.

Diz o artigo que no correr da presente guerra se tem falado muito da boa índole dos turcos, quando o que é certo é que elles têm seguido a politica mais diabólica que, mesmo nesta guerra, foi revelada ao mundo. Os turcos massacraram, assassinaram, reduziram a fome e expuzeram a molestias os armenios, em tal quantidade que talvez, 700.000, entre homens, mulheres e crianças, tenham morrido, suas victimas. A fome artificialmente criada no Libano, fez morrer mais da metade da população local em pontos onde a abundancia reinava a olhos vistos. As mais nobres familias da Syria foram aterrorisadas e roubadas, arrebatando-se-lhes os ultimos vintens, sob o disfarce de impostos. Os colonos israelitas foram arrastados á pobreza e pela força os submeteram ás mais abjectas indignidades. Os prisioneiros britannicos pareceram á fome e á sede á beira dos caminhos, e sabe-se que os turcos deixaram que morressem de frio em prisões insalubres, os raros que sobreviveram áquellas crueldades. Recusavam-se-lhes todos os remedios, todos os objectos indispensaveis á vida.

A despeito de tudo isto, alguns escriptores insistem em fazer do espirito cavalleiresco do turco o seu thema favorito.

"O massacre dos armênios". *O Estado de S. Paulo*. 26/02/1917.

O MASSACRE DOS ARMENIOS
— Londres, 25 (H.) — O sr. Balfour, ministro do Exterior, dirigiu a comissão norte-americana de soccorros aos armênios a seguinte carta:

"Conheço os sofrimentos dos armênios do Imperio Ottomano. Duvido, porém, que se possa descrever-o em todo o seu horror. De um milhão e oitocentos mil armênios, que tantos eram os que existiam no Imperio Ottomano, um milhão e duzentos mil foram, em dois annos, massacrados ou deportados.

Os massacrados morreram, em abominaveis torturas, mas escaparam ao sofrimento cruel dos deportados. Homens, mulheres e crianças, sem alimentos e sem qualquer provisão para a viagem, sem protecção contra as intempéries, sem nenhuma attenção para com o seu estado de fraqueza e a sua idade ou as suas enfermidades, foram expulsos de seus lares e obrigados a marchar, até que se esgotassem as suas forças, ou até que os que os expulsavam os afogassem ou massacassem aos montões.

Alguns morreram de esgotamento, ou caíram no caminho. Outros sobreviveram a uma marcha de tres mezes e chegaram aos desertos e pantanos, ao longo do Medio Euphrates, ou foram abandonados e deixados para morrer á fome ou devido ás intempéries. Um recente relatorio fala em um grupo de sobreviventes, mulheres, crianças e velhos, na maioria, os quaes ficaram sete dias sem viveres em Abu-Herrera.

O miseravel punhado de armênios que foi deixado no Imperio Ottomano foi todo victima da pilhagem ou da morte. Apenas as mulheres e crianças foram poupadas, convertendo-se, para escapar, ao islamismo. Pelo menos um decimo dos armênios que habitavam o Imperio Ottomano, em Abril de 1915, depois dos terriveis soffrimentos e das privações que lhes infligiram, fugiu para o Caucaso ou para o Egypto. A simples narração dos factos mostra as crueldades que os armênios soffreram. Nenhuma palavra é necessaria, para ennegrecer o quadro, ou dar-lhe relevo.

"Prisão de membros da União e Progresso". *O Estado de S. Paulo*. 08/02/1919.

PRISÃO DE MEMBROS DA UNIÃO E PROGRESSO — Constantinopola, 7 (H.) — Devido á pressão dos altos commissarios da "Entente" o governo turco comprehendeu, finalmente, a gravidade da situação e ordenou outras prisões de membros da União e Progresso. Até agora já foram presos 40 politicos influentes daquele partido.

Entrevistado, a respeito dessas prisões, o ministro da Guerra declarou que todos os presos são accusados de cumplicidade nos massacres de armênios, na deportação e expellção dos gregos, nos maus tratos infligidos aos prisioneiros de guerra e no extravio de fundos do Estado.

“Condenação dos Membros do Comitê União e Progresso”. *O Estado de S. Paulo*. 20/06/1919.

TURQUIA
CONDEMAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ UNIAO E PROGRESSO
 — Constantinopola, 19 (U. P.) — A corte marcial desta cidade condemnou o Vall Admi Bey e Nail Bey, representantes do Comitê Central

AMANHÃ

DO\$000
 DE SÃO JOÃO
 mesmo um bilhete.
 Quinze de Novembro n. 1-B

União e Progresso à morte por enforcamento; Mehmed Ali, chefe dos cobradores de impostos, Talaat Bey, chefe da “gendarmerie”, Dizi Bey e Najry Bey, chefe de polícia e Mustapha Bey, a dez annos de prisão. Todos esses membros do partido dos Jovens Turcos são accusados como responsáveis pelos massacres dos armenios em Trebizonda.

“Nota do presidente Wilson ao governo turco”. *O Estado de S. Paulo*. 27/10/1919.

A NOTA DO PRESIDENTE WILSON AO GOVERNO TURCO—Chicago, 28 (U. P.) — Segundo um despacho enviado pelo correspondente do "Chicago Daily News", em Paris, a nota do presidente Wilson, di-

rigida ao governo da Turquia a respeito dos massacres de armênios, alarmou os turcos, porque estes acreditam que a defesa da integridade territorial ottomana baseia-se nos princípios do presidente dos Estados Unidos.

O governo turco respondeu á nota dizendo não ter havido massacre algum de armênios, que o presidente dos Estados Unidos fora mal informado pelos diplomatas aliadas em Paris, e finalmente, que ficaram surpresos com a nota do sr. Wilson, porque desde que o armistício havia sido assignado não se dera massacre algum de armênios.

Os nacionalistas turcos ficaram indignados, dizendo que a nota havia sido enviada sem que fosse consultada a delegação de paz norte-americana, em Paris.

Os delegados norte-americanos explicaram que a opinião da America do Norte a favor dos armênios requeria o envio da nota aos turcos.

Mustaphá Kemal-Pachá declarou que tentou impedir toda e qualquer violência contra os armênios que permanecem na Turquia e que não permitirá tampouco, que sejam destituídos dos seus direitos.

“O julgamento dos autores dos massacres de armênios”. *O Estado de S. Paulo*. 21/03/1920.

O JULGAMENTO DOS AUTORES DE MASSACRES DE ARMENIOS — Salônica, 20 (H.) — Notícias procedentes de Constantinopla, dizem que o tribunal marcial, que julga os soldados e funcionarios accusados de terem deportado christãos durante a guerra, no districto Ismid, já pronunciou varias sentenças, que variam entre quatro mezes de prisão, com 14 chibatadas, a tres annos de carcere.

Accrescentam, as referidas noticias que essas penas são consideradas muito leves pelos christãos, que se mostram indignadissimos com a clemencia do tribunal marcial e se agitam ante as recente noticias de novos massacres.

“Assassinio de Talaat Pasha”. *O Estado de S. Paulo*. 17/03/1921.

ALLEMANHA

ASSASSINIO DE TALAAT-PACHA' — DECLARAÇÕES DO ESTUDANTE SALAMÃO TEILIERIAN — Berlim, 16 (U. P.) —

O estudante armenio Salomão Teilerian, que hontem assassinou o antigo grão vizir da Turquia, Talaat-pachá, foi hoje submettido a novo interrogatorio perante as autoridades allemãs, declarando que foi levado á pratica do crime, por ter Talaat-pachá autorizado diversos massacres de armenios, num dos quaes foram victimados os seus pais. Por isso, jurára vingança. Desmentiu, terminantemente, que tivesse agido, a mandado de outra pessoa.

Talaat-pachá ha muito estava avisado de que sua vida corria perigo. Hontem, ao avistal-o Salomão Teilerian tocou-lhe levemente no hombro. Quando o antigo politico ottomano se voltou, para ver quem o procurava, o estudante atirou-lhe com dois

tiros de revolver, matando-o instantaneamente.

Preso pelo povo e conduzido á chefia do policia, comquanto comprehendesse e falasse a lingua allemã, recusou fazer quaesquer declarações antes da chegada de um interprete.

AS PROVAVEIS CONSEQUÊNCIAS DO ASSASSINIO DE TALAAT-PACHA' — Berlim, 16 (U. P.) — Algumas pessoas refugiadas da Turquia, que residem actualmente nesta capital, declararam que o assassinio de Talaat-pachá poderá redundar numa nova série de massacres na Armenia.

O ASSASSINATO DE TALAAT-PACHA' — Berlim, 16 (U. P.) — O governo tomou conta do cadaver de Talaat-pachá, afim de mandar autopsial-o.

O Ministerio do Exterior e a repartição de policia são concordes em que o assassinato teve origem politica. Sabe-se que Talaat-pachá e outros turcos mantiveram durante muito tempo um café nocturno muito frequentado por membros de diversas facções politicas. Esse café foi fechado pela policia, devido ás repetidas violações da lei, que regula o fechamento de estabelecimentos dessa natureza a certas horas da noite.

O assassino de Talaat-pachá tem apenas 24 annos de idade, acreditando-se que tenha vindo a Berlim especialmente para commetter o crime.

“Ex ministro turco assassinado”. *O Estado de S. Paulo*. 26/07/1922.

EX-MINISTRO TURCO ASSASSINADO — Londres, 25 (H.) — Communicam de Tiflis que Djemal-Pachá, ex-ministro da marinha da Turquia, foi alli assassinado por dois armenios. Djemal-Pachá portenceu ao gabinete jovem turco germanophilos.

“Um ‘COMLOT’”. *O Estado de S. Paulo*. 26/10/1924.

TURQUIA

UM “COMLOT” — Constantinopola, 24 (H.) — Os jornais noticiam que a policia desta capital descobriu um “complot” de armenios, que tramavam o assassinio do presidente da Republica, sr. Mustaphá Kemal.

Cinco dos membros do “complot” já foram presos.

REVOLTOSOS ARMENIOS

“Telegrammas”. *O Estado de S. Paulo*. 21/12/1905.

TIFLIS, 20.
Os armênios voltaram a atacar os bairros muçulmanos, queimando as habitações dos turcos, matando trezentos homens e tentando contra o pudor das mulheres. O consulado da Turquia foi asnebrejado.
(*Dos nossos correspondentes*)